



UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
ESCOLA DE COMUNICAÇÕES E ARTES

KATIA RODRIGUES DOS ANJOS

**Percepções institucionais sobre o processo de ranqueamento das Estâncias
Turísticas do Estado de São Paulo**

SÃO PAULO
2024

KATIA RODRIGUES DOS ANJOS

**Percepções institucionais sobre o processo de ranqueamento das Estâncias
Turísticas do Estado de São Paulo**

Versão Original

Monografia apresentada ao Curso de Turismo da Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo como requisito para obtenção do título de Bacharel em Turismo.

Orientação: Profa. Dra. Karina Toledo Solha

SÃO PAULO

2024

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Catlogação na Publicação
Serviço de Biblioteca e Documentação
Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo
Dados inseridos pelo(a) autor(a)

Anjos, Katia Rodrigues dos
Perspectivas institucionais sobre o
processo de ranqueamento das Estâncias
Turísticas do Estado de São Paulo / Katia
Rodrigues dos Anjos; orientadora, Karina
Toledo Solha. - São Paulo, 2024.
110 p.: il.

Trabalho de Conclusão de Curso
(Graduação) - Departamento de Relações
Públicas, Propaganda e Turismo / Escola de
Comunicações e Artes / Universidade de
São Paulo.
Bibliografia

1. Gestão do Turismo. 2. Política de
turismo. 3. Estâncias turísticas. 4.
Ranqueamento. 5. Estado de São Paulo. I.
Solha, Karina Toledo. II. Título.

CDD 21.ed. - 910

Dedico este trabalho a Gabriel Gorni, meu
maior incentivador e por ser sempre, o melhor
companheiro.

Agradecimentos

Agradeço primeiramente ao meu querido Universo por todas as bênçãos que recebi durante essa trajetória.

Agradeço aos meus pais Ivonete e Edimicio por sempre acreditarem em mim e por todo suporte que recebi. Aos meus irmãos Aline, Thiago, Pedro e Edison por me incentivarem a sempre dar o meu melhor.

Agradeço imensamente ao meu companheiro Gabriel Gorni, por ser ouvido e compreensão, pois todos os dias corria para conta-lo do andamento deste trabalho. Obrigada por todo carinho, atenção e suporte!

Agradeço imensamente, a minha querida USP. A tudo o que conquistei. Às memórias que fiz e que nunca esquecerei, pelos dias corridos de trabalho, pelos apoios que recebi para permanecer estudando.

Sou grata à Prof.^a Karina Solha, a quem admiro desde a primeira aula do curso de Turismo na sala 07; por aceitar ser minha orientadora e acompanhar esta saga desde fevereiro de 2023.

Sou grata ainda às minhas belas amigas. Pessoas estas que levarei com muito carinho e orgulho por toda minha existência. Mari, Cacau, Isa... Vocês são um dos presentes mais lindos que eu pude ganhar na vida. Obrigada por todo apoio e por me acompanharem nesse caminho!

Sou grata à USP pela Eca Júnior, pelas 20 pessoas incríveis que conheci, por tudo o que vivemos na salinha 02 e para além dela. Aprendi muito com cada um de vocês!

Sou grata ao Sábados Azuis, por me deixar tão pertinho do meu sonho de trabalhar com a gestão pública e por me fazer acreditar no poder que um grupo pode ter na transformação de realidades.

Agradeço à minha psicóloga Michele Augusta, com quem compartilho, a cada segunda-feira, as etapas do meu desenvolvimento. Obrigada pelo incentivo e por toda força para chegar até aqui.

Agradeço muito aos representantes da SETUR, APRECESP, DADE e às Estâncias que muito gentilmente, aceitaram participar deste estudo.

E sou infinitamente grata ao meu coração por ter escolhido o Turismo como carreira para seguir. Não medirei esforços para ser uma profissional dedicada, focada e referência nessa área que tem todo o meu amor.

Por fim, sou grata ao meu TCC (Querido TCCinho) por ser uma oportunidade de me conhecer enquanto pesquisadora e por meio dele, ver tanta coisa mudar em tão pouco tempo.

RESUMO

O objetivo principal do trabalho consiste em compreender a visão das instituições sobre o sistema de ranqueamento implementado pela Lei Complementar 1.261/15, que busca uma gestão mais eficiente e transparente dos recursos destinados ao turismo. Para alcançar esse objetivo, a pesquisa utiliza uma metodologia qualitativa e exploratória, baseando-se na análise de conteúdo de entrevistas semiestruturadas realizadas com representantes da SETUR, APRECESP, DADETUR e municípios classificados como estâncias turísticas. A pesquisa se apoia também em pesquisa documental, utilizando-se de notícias, leis, documentos oficiais e publicações das instituições. Os resultados da pesquisa, organizados em oito dimensões (participação, reação, suporte, avaliação, fragilidade, transparência, sugestões e impacto), revelam que as instituições consideram o ranqueamento uma atividade importante para o desenvolvimento do turismo paulista, mas apontam para a necessidade de aprimoramentos em diversas áreas do processo. A pesquisa conclui que o ranqueamento, embora desafiador, tem o potencial de transformar o turismo no Estado de São Paulo, incentivando a profissionalização da gestão, a mobilização das instituições e a busca por uma gestão mais transparente.

Palavras-chaves: Gestão do Turismo. Política de turismo. Estâncias turísticas. Estado de São Paulo.

ABSTRACT

The main objective of the work is to understand the institutions views on the ranking system implemented by Complementary Law 1.261/15, which seeks more efficient and transparent management of resources allocated to tourism. To achieve this objective, the research employs a qualitative and exploratory methodology, based on the content analysis of semi-structured interviews conducted with representatives from SETUR, APRECESP, DADETUR and municipalities classified as tourist resorts. The research also relies on documentary research, utilizing news articles, laws, official documents, and publications from institutions. The research findings, organized into eight dimensions (participation, reaction, support, evaluation, fragility, transparency, suggestions and impact), reveal that the institutions consider ranking an important activity for the development of tourism in São Paulo, but point out the need for improvements in various areas of the process. The research concludes that although the ranking is challenging, it has the potential to transform tourism in the State of São Paulo, encouraging professional management, institutional mobilization and the pursuit of more transparent governance.

Keywords: Tourism Management. Tourism Policy. Tourist Resorts. State of São Paulo.

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

ALESP	Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo
APRECESP	Associação das Prefeituras das Cidades Estância do Estado de São Paulo
BID	Banco Interamericano de Desenvolvimento
CDHU	Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano
CIET	Centro de Inteligência e Economia do Turismo
CNTUR	Conselho Nacional de Turismo
COMTUR	Conselho Municipal de Turismo
DADE	Departamento de Apoio ao Desenvolvimento das Estâncias
DADETUR	Departamento de Apoio ao Desenvolvimento dos Municípios Turístico
EMBRATUR	Empresa Brasileira de Turismo
ET	Estância Turística
FUMEST	Fomento de Urbanização e Melhoria das Estâncias
FUMTUR	Fundo de Melhoria dos Municípios Turísticos do Estado de São Paulo
FUNGETUR	Fundo Geral do Turismo
GAMT	Grupo Técnico de Análise dos Municípios Turísticos
INVEST SP	Agência Paulista de Promoção de Investimentos e Competitividade
MIT	Município de Interesse Turístico
PLC	Projeto de Lei Complementar
PRT	Programa de Regionalização do Turismo
SEBRAE	Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
SENAC	Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial
SETUR	Secretaria de Turismo e Viagens do Estado de São Paulo
TCU-SP	Tribunal de Contas do Estado de São Paulo

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Ciclo de política pública	19
Figura 2 - Estâncias e suas datas de criação por lei estadual.....	31
Figura 3 - Página inicial da Plataforma Inventário Turístico	34
Figura 4 - Estâncias turísticas do Estado de São Paulo.....	35
Figura 5 - Posição do trabalho com relação ao ranqueamento	36
Figura 6 - Modelo generalizado do processo de ranqueamento	38
Figura 7 - Síntese dos capítulos iniciais	39
Figura 8 - Tela de trabalho do Software de pesquisa MAXQDA 2024	42
Figura 9 - O processo de ranqueamento no ciclo das políticas públicas.....	88
Figura 10 - Síntese geral do ranqueamento	90

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Municípios escolhidos para a entrevista.....	43
Quadro 2 - Roteiro de entrevista explicado	44
Quadro 3 - Perfil dos entrevistados	46
Quadro 4 - Síntese das dimensões	82

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	13
2. FUNDAMENTOS TEÓRICOS DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE TURISMO: CONTEXTO BRASILEIRO E PAULISTA	17
2.1 Conceituações e práticas.....	18
2.2 Políticas públicas de turismo: panorama do Brasil e Estado de São Paulo	24
3. O PROCESSO DE RANQUEAMENTO DAS ESTÂNCIAS TURÍSTICAS EM SÃO PAULO: ORIGEM, FUNCIONAMENTO E DESAFIOS	28
3.1 A trajetória de uma estância turística.....	28
3.2 O sistema de ranqueamento das estâncias turísticas.....	32
4. METODOLOGIA	40
4.1 Características da pesquisa	41
4.2 Método de coleta de dados	42
4.2.1 Entrevistas	42
4.2.2 Pesquisa documental	47
4.3 Análise e interpretação dos dados	48
5. APRESENTAÇÃO, INTERPRETAÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS SOBRE A PERCEPÇÃO DO PROCESSO DE RANQUEAMENTO	51
5.1 Breve explicação das dimensões	51
5.1.1 Como participam do processo de ranqueamento?	52
5.1.2. Como reagem ao processo?	55
5.1.3 Qual suporte recebem?	58
5.1.4 Qual avaliação têm do processo?	62
5.1.5 Quais fragilidades identificadas?	65

5.1.6 As instituições consideram o processo transparente?	70
5.1.7 Quais são as sugestões de aprimoramento dadas ao processo?	73
5.1.8 Quais os maiores impactos observados no processo de ranqueamento?	77
5.2 Como as instituições percebem o processo de ranqueamento?	86
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS	92
Referências	94
APÊNDICES.....	99
APÊNDICE A – Síntese do estudo.....	99
APÊNDICE B - Modelo de Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE)	100
APÊNDICE C – Roteiro de Entrevista	101
ANEXOS	102
ANEXO A – Lei Complementar 1.261/15	102
ANEXO B - Resultado final do ranqueamento 2021	109

1. INTRODUÇÃO

O turismo enquanto fenômeno social e econômico, tem se tornado um dos principais motores de desenvolvimento em diversas regiões do Brasil, especialmente no Estado de São Paulo. As políticas públicas de turismo, conforme discutido por Hall (2011), são fundamentais para a organização e promoção desse setor, uma vez que visam não apenas a atração de visitantes, mas também a melhoria da qualidade de vida das comunidades locais. Nesse contexto, o ranqueamento das estâncias turísticas emerge como uma ferramenta de avaliação e incentivo à gestão turística, permitindo que os municípios sejam classificados de acordo com critérios estabelecidos (Brocchi; Solha, 2008; Galvão, 2018; São Paulo, 2021).

O Estado de São Paulo possui uma política pública pioneira na transferência de recursos para investimentos no turismo. De acordo com Moller (2016) e Galvão (2018), os municípios estão aptos a acessarem os recursos apenas se passarem por um processo complexo denominado "ranqueamento". O ranqueamento é uma metodologia utilizada para classificar as Estâncias, definindo como seriam organizados os municípios para receber aportes financeiros. A classificação tem implicações diretas no repasse de recursos do DADETUR e pode influenciar na visibilidade e atratividade dos destinos turísticos paulistas (Galvão, 2018; São Paulo, 2021).

Implementado em 2015 pela Lei Complementar 1.261/15, o ranqueamento das Estâncias Turísticas visa classificar os municípios que detém esse título, determinando a alocação de recursos financeiros do Fundo de Melhoria das Estâncias (FUMTUR). Antes da lei, os municípios recebiam verbas sem a necessidade de comprovar investimentos específicos em turismo, gerando uma "zona de conforto" e, em alguns casos, o uso inadequado dos recursos. A implementação do ranqueamento busca promover uma gestão mais eficiente e transparente dos recursos públicos, incentivando os municípios a investirem no desenvolvimento do turismo (Galvão,

2018; São Paulo, 2021; Reunião Estância Turística de Brotas recebe a 5ª Reunião de Prefeituras da APRECESP, 2023¹).

O processo de ranqueamento das estâncias turísticas em São Paulo exemplifica o ciclo de políticas públicas e os princípios da governança turística. As diferentes fases do ranqueamento refletem as etapas clássicas do ciclo de políticas públicas: identificação do problema, formulação da solução, tomada de decisão, implementação da política e, por fim, avaliação dos resultados (Souza, 2006; Rua, 2009; Secchi, 2016). A necessidade de direcionar recursos de forma mais eficiente e justa para os municípios turísticos motivou, o que mais tarde, levou a criação do sistema de ranqueamento. A Lei Complementar 1.261/2015, que instituiu o sistema de ranqueamento para MITs (Municípios de Interesse Turístico) e Estâncias, representa a formulação de uma solução para este desafio.

A implementação da política ocorre por uma série de atividades, como por exemplo, a inserção de dados em uma plataforma digital, denominada “Inventário Turístico”, aproveitamento das capacitações oferecidas aos municípios por parte da SETUR e APRECESP, processo de coleta de dados realizado pelas estâncias, análise técnica das informações pelo GAMT e da divulgação dos resultados do ranqueamento. A avaliação do processo ocorre em diferentes níveis, incluindo *feedback* dos municípios para os organizadores do processo, análise crítica dos resultados pelo grupo técnico e proposição de ajustes para futuras edições. A lei prevê a revisão do processo a cada três anos, demonstrando a busca por aperfeiçoamento constante da política (Rua, 2009; Galvão, 2018; São Paulo, 2021).

Ao considerarmos o ciclo de políticas públicas, podemos observar que entre 2010 e 2012 foi formulada a proposição da atual política pública; em 2015, ocorreu a tomada de decisão, culminando na Lei Complementar 1.261; a primeira implementação dessa política ocorreu entre 2018 e 2021, sendo este período nomeado como o 1º ciclo e, no momento da elaboração deste trabalho, o ranqueamento se encontra em transição do 1º para o 2º ciclo, com os municípios a serem reclassificados em 2024.

¹ Reunião Estância Turística de Brotas recebe a 5ª Reunião de Prefeituras da APRECESP, 2023 - 07/10/2023.

Entende-se que o processo de ranqueamento envolve a participação de diversos indivíduos que atuam diariamente na conquista e manutenção dos recursos financeiros destinados ao município. Com o objetivo de compreender o comportamento dos atores envolvidos no processo, o problema de pesquisa é formulado da seguinte maneira: *“Como diferentes instituições percebem o processo de ranqueamento das estâncias turísticas?”*. Este estudo configura-se como uma tentativa exploratória de avaliação da política pública de turismo, além de buscar entender as percepções dos envolvidos em serem ranqueados.

A justificativa para a realização deste estudo reside no interesse pessoal e profissional da autora sobre o universo das políticas públicas de turismo e necessidade de aproximar a academia da realidade prática do turismo, contribuindo com as investigações que ainda são escassas sobre o processo de ranqueamento das Estâncias. Além disso, compreender esse processo de forma interna e detalhada é essencial para identificar problemas mais complexos e, possivelmente, encaminhar formas de melhorar essa política pública. Para alcançar o objetivo geral, foram traçados três objetivos específicos: (I) apresentar os principais pontos sobre a trajetória do sistema de ranqueamento; (II) entrevistar representantes de diferentes instituições para entender suas percepções e experiências sobre o processo e; (III) analisar a percepção das instituições à luz de oito dimensões relacionadas aos conceitos de Ciclo de Políticas Públicas e Governança Turística.

A resposta a esses objetivos será obtida por meio de uma metodologia que inclui a formulação de um roteiro com base nos conceitos de Ciclo de Políticas Públicas e Governança Turística, a realização de entrevistas semiestruturadas, a coleta de documentos secundários e a aplicação da Análise de Conteúdo de Laurence Bardin (1977). A análise, discussão e interpretação das oito dimensões permitirão a formação de uma percepção geral das instituições sobre o processo de ranqueamento.

O trabalho analisa as percepções institucionais sobre o processo de ranqueamento das Estâncias Turísticas do Estado de São Paulo, começando com uma introdução que contextualiza a importância das políticas públicas de turismo e a relevância do ranqueamento para o desenvolvimento do setor. O Capítulo 2 aborda os conceitos teóricos fundamentais relacionados às políticas públicas de turismo e governança turística; além de traçar o percurso das políticas públicas de turismo no Brasil e no Estado de São Paulo. No Capítulo 3, é detalhada a origem das estâncias

e implicações para o seu desenvolvimento; funcionamento do ranqueamento, os critérios de avaliação e o posicionamento temporal do trabalho em relação ao processo. A metodologia, apresentada no Capítulo 4, inclui a explicação sobre a forma como foram coletadas as entrevistas semiestruturadas e feita a análise de conteúdo, que visam compreender as percepções dos atores envolvidos. O Capítulo 5 explora as dimensões do ranqueamento a partir das falas dos entrevistados e pesquisa documental, culminando em sugestões para aprimorar o processo, com o objetivo de contribuir para um sistema mais eficiente e participativo. Por fim, o capítulo 6 apresenta as considerações finais sobre o estudo.

2. FUNDAMENTOS TEÓRICOS DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE TURISMO: CONTEXTO BRASILEIRO E PAULISTA

Este capítulo tem como objetivo apresentar um panorama histórico das políticas públicas de turismo no Brasil, com foco no Estado de São Paulo, e situar o processo de ranqueamento das estâncias turísticas nesse contexto. Para tanto, serão abordados conceitos fundamentais como políticas públicas, ciclo de políticas públicas e governança turística.

As políticas públicas, enquanto conjunto de ações governamentais, são moldadas por um processo dinâmico e complexo, conhecido como ciclo de políticas públicas. Este ciclo compreende etapas como definição de agenda, formulação, decisão, implementação e avaliação. A governança turística, por sua vez, agrega uma nova dimensão a esse processo, promovendo a participação de diversos atores sociais na formulação e implementação das políticas. Essa abordagem colaborativa busca superar modelos centralizados e garantir uma gestão mais democrática e eficiente do turismo (Pinto, 2008; Rua, 2009 e Secchi, 2016).

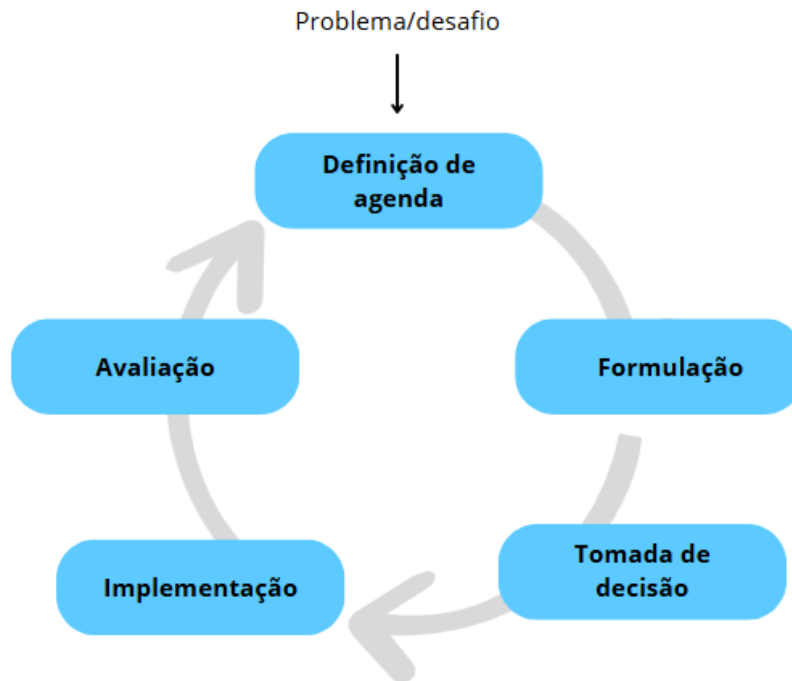
No Brasil e no Estado de São Paulo, a institucionalização do turismo ocorreu a partir da década de 1960, com a criação da Embratur e de órgãos estaduais como a Secretaria de Estado dos Negócios do Turismo de São Paulo. Ao longo das décadas, as políticas públicas de turismo evoluíram, com a criação de fundos de investimento e a implementação de programas como o Programa de Regionalização do Turismo. (Brocchi; Solha, 2008). No entanto, foi a partir da década de 2010 que o Estado de São Paulo avançou significativamente na institucionalização de suas políticas de turismo, com a criação da Lei Complementar 1.261/15, que instituiu o ranqueamento das estâncias turísticas. Essa lei complementar representou um marco importante para o setor, promovendo uma gestão mais eficiente dos recursos e incentivando o desenvolvimento do turismo em diversas regiões do estado (Alesp, 2015; Galvão, 2018; São Paulo, 2021).

2.1 Conceituações e práticas

As políticas públicas podem ser compreendidas como um conjunto de ações do Estado, com finalidade de promover o bem-estar social. Essas ações podem se materializar por meio da criação de leis, decretos, programas, transferência de recursos e regulamentações (Souza, 2006; Pinto, 2008; Rua, 2009). No geral, a criação de uma política pública envolve o conhecimento técnico e científico, bem como valores compartilhados na sociedade a qual se insere.

Sendo elaboradas pelo governo, as políticas públicas se constituem por meio de um processo complexo que envolve diversos atores, como políticos, grupos de interesse e sociedade civil. Segundo Rua (2009), esse processo pode ser observado pelo conceito de “ciclo de políticas públicas”, que descreve a trajetória de uma política pública do seu surgimento até a sua avaliação. O ciclo de políticas públicas consiste em uma série de etapas que marcam a sua constituição. Importante ressaltar que alguns autores como Secchi (2016), possui o entendimento do processo em sete² etapas, enquanto que Souza (2006) e Rua (2009) em seis etapas. No entanto, faz-se necessária a junção dos pontos comuns dos autores que pode ser elencado como: definição de agenda, formulação, tomada de decisões, implementação e avaliação, conforme pode ser visto na figura 1 abaixo:

² As etapas do ciclo de políticas públicas compreendidas por Secchi podem ser elencadas como: 1. Identificação do problema; 2. Formação da agenda; 3. Formulação de alternativas; 4. Tomada de decisão; 5. Implementação da política pública; 6. Avaliação da política pública; 7. Extinção da política pública.

Figura 1 - Ciclo de política pública

Fonte: Elaboração própria com base em Souza (2006), Rua (2009) e Secchi (2016). Modelo inspirado em Sette (2018).

No ciclo das políticas públicas, ao contrário do que se pensa do termo “ciclo”, a característica mais marcante é a sua natureza dinâmica e interativa. Neste ciclo, as etapas se sobrepõem, podem ocorrer simultaneamente e configuram um fluxo contínuo de ações e reações. Os estudiosos sobre o tema reconhecem a complexidade do processo, enfatizando a interação das diferentes fases, bem como a troca mútua entre elas. Essa característica dinâmica do ciclo a torna flexível para acompanhar as mudanças que ocorrem ao longo de todo o processo (Pinto, 2008; Rua, 2009 e Secchi, 2016).

Deste modo, o ponto de partida do ciclo é a definição de agenda. Esta etapa ocorre quando há identificação e seleção de um desafio que demanda atenção e intervenção governamental. Neste momento, se define o escopo da atuação pública, estabelecendo o que será priorizado e tratado. Conforme destacado por Rua (2009), diversos são os fatores que podem impulsionar o início desse processo, tais como: mobilização social, atuação da mídia, influência de grupos de interesse, entre outros.

Em seguida, recorre-se à segunda etapa denominada “formulação”, entendida como alternativa para resolução de problemas e desafios elencados na agenda. Nesta etapa, diferentes perspectivas, interesses e atores se manifestam, a fim de influenciar o desenho da política pública. Importante frisar que a formulação de uma política pública pode ser feita por diversos modelos, como modelo racional, modelo incremental e modelo “lata de lixo”. De acordo com Souza (2006), Pinto (2009), Secchi (2016), a escolha do modelo dependerá das características dos problemas, recursos disponíveis pelo governo, além do contexto político vigente.

Segundo os autores, uma política pública raramente se enquadra em um único modelo de formulação, no geral, são formadas pelas combinações:

- **Modelo racional:** Pressupõe a formulação de uma política pública como um processo lógico e racional. Usa-se análises e cálculos precisos. Este modelo é frequentemente criticado por ser uma abordagem simplista que não considera os diversos aspectos sociais que podem ser encontrados em uma sociedade;
- **Modelo incremental:** Reconhece as limitações do modelo racional e propõe uma formulação de política pública gradativa, procurando consenso entre os atores envolvidos no processo. Neste modelo, busca-se resolver um problema de imediato e;
- **Modelo lata de lixo (*garbage can model*):** Este modelo propõe que a política pública surge de forma caótica e desordenada. Nesse contexto, as organizações agem por tentativa e erro; as decisões são tomadas de forma pouco compreendida pelos participantes e os atores entram e saem do processo de forma imprevisível.

Em seguida da formulação, a etapa terceira é definida como “tomada de decisão”. Este é um momento crucial para o ciclo, pois envolve a análise das alternativas formuladas e a escolha do que será implementado. A construção de consensos, negociações e articulações políticas assumem o papel central nesse estágio (Pinto, 2008; Rua, 2009 e Secchi, 2016).

Conforme apontado por Secchi (2016), a implementação de uma política pública é a etapa seguinte à tomada de decisão. Nesse sentido, as políticas se materializam em programas, projetos e ações concretas que mobilizam recursos humanos, financeiros e materiais. Nesta etapa, envolve-se a atuação de diversos

atores e instituições. No entanto, a implementação de uma política pública é um processo desafiador, pois o caminho pode ser permeado por resistências e obstáculos dos participantes. Ainda de acordo com Secchi (2016), o sucesso de uma política pública depende da clareza nos objetivos, apoio político-administrativo, comunicação eficiente, liderança eficaz e monitoramento constante do processo.

A avaliação, última etapa do ciclo, consiste na análise da política pública implementada com o objetivo de conferir seus impactos e se os objetivos impostos foram atendidos. A avaliação pode ocorrer em diferentes momentos, como antes, durante e após a implementação, e pode se utilizar de vários métodos e critérios para fazer esse balanço. De acordo com Rua (2009, p.38), a avaliação:

“[...] é um conjunto de procedimentos de julgamento dos resultados de uma política, segundo critérios que expressam valores. Juntamente com o monitoramento, destina-se a subsidiar as decisões dos gestores da política quanto aos ajustes necessários para que os resultados esperados sejam obtidos” (Rua, 2009, p.38).

Nesse sentido, a avaliação é uma etapa valiosa para análise de indicadores, para o aprendizado, além de possibilitar a correção de rumos, otimização de recursos e tomadas de decisões estratégicas e eficazes.

Os autores concordam que o ciclo de políticas públicas é uma ferramenta importante para analisar e compreender o funcionamento das intervenções do Estado em um desafio. Além disso, reconhecem que a ideia do ciclo não é linear e que as etapas se sobrepõem a qualquer momento. No mais, a ideia do ciclo auxilia o entendimento de como uma política pública é formulada, implementada e avaliada (Pinto, 2008; Rua, 2009; Secchi, 2016).

Assim como o ciclo de políticas públicas, a implementação de uma política pública de turismo se configura em um processo complexo e fluido, que envolve a participação de diversos atores e a consideração de múltiplas variáveis. Juliano (2015), descreve o processo voltado para o turismo, como um ciclo que se inicia com a definição de objetivos, elaboração de diretrizes e estratégias, culminando na implementação e monitoramento dos resultados. Barros *et. al.* (2011), reforça a necessidade de haver participação social e transparência em todas as etapas do processo, a fim de garantir a legitimidade e a efetividade da política pública para o setor turístico.

Nesse sentido, há elementos relevantes para as políticas públicas de turismo, como a sustentabilidade e a participação social. Tratados como pilares, a sustentabilidade busca garantir que a atividade se desenvolva em harmonia com o meio ambiente e com as comunidades receptoras (Hall, 2011). Por sua vez, a participação social visa conceder voz ativa à comunidade local, no que tange o ciclo das políticas públicas de turismo. A participação social contribui para a democratização do processo e aumenta a legitimidade da política pública. Assim, o processo de identificação de problemas e resolução de conflitos pode ser mais facilitado (Hall, 2011; Barros *et al.*, 2011 e Juliano, 2015).

Como visto, a elaboração de uma política pública pressupõe a participação da comunidade e de diversos atores. Neste sentido, apresenta-se o conceito de governança turística que é compreendido como um complexo sistema de interações entre atores envolvidos no desenvolvimento e na gestão do turismo (Hall, 2011).

De acordo com Hall (2011), a governança turística busca entender como o Estado pode atuar na mediação do desenvolvimento social, econômico e político de uma localidade mesmo quando o próprio governo se encontra em transformação. Essa mudança implica na adição de novos atores ao processo de desenvolvimento, ultrapassando questões restritas do próprio estado. Os autores Coutinho e Nóbrega (2019), corroboram com essa visão e enfatizam que é necessário gerir o turismo por meio de redes interorganizacionais. Nesta ideia, instituições públicas, privadas e sociedade civil colaboram para alcançar objetivos comuns. A colaboração é baseada na confiança e na reciprocidade, buscando promover a equidade na participação e distribuição dos benefícios.

De acordo com Coutinho e Nóbrega (2019), a governança turística quando observada no cenário brasileiro, baseia-se na articulação em rede regionais, com a criação de instâncias de participação e colaboração entre municípios. Essas redes possuem o ideal de promover a participação democrática e a busca por soluções conjuntas para os desafios do turismo. Além disso, faz-se necessário compreender que o conceito de governança turística apresenta diferentes modelos, cada qual com suas características e desafios específicos. Segundo Hall (2011), os modelos podem ser entendidos como:

- **Centralizador:** O estado assume papel central na formulação da política pública de turismo com pouca participação de outros atores;

- **Descentralizador:** Neste modelo o poder e as responsabilidades são distribuídas em diferentes níveis de governo e atores, atribuindo maior ênfase na autonomia local.

Com base no entendimento anterior, Hall (2011) propõe a categorização da governança turística em quatro tipos:

- **Hierarquias:** Modelo tradicional de governança estatal, possui ênfase no controle e regulação das ações;
- **Mercados:** A governança se baseia na auto regulação do mercado com mínima intervenção do estado;
- **Redes:** A governança se forma através da interação e colaboração entre os atores, com o Estado atuando como coordenador;
- **Comunidades:** A governança turística é exercida na comunidade, com base na participação e no empoderamento local.

Após compreender essas tipologias, Hall (2011) destaca que a forma como o estado trabalha com a governança turística depende de como é visto o seu papel na sociedade. Por exemplo, em modelos hierárquicos, o Estado assume um papel centralizador, enquanto que em modelos de redes, atua como coordenador e facilitador das interações entre os atores.

Nesse contexto, Coutinho e Nóbrega (2019) foram escolhidos para compor o entendimento da governança turística, pois focam na aplicação do conceito no cenário brasileiro. Eles destacam a importância das redes interorganizacionais e argumentam que a colaboração entre diferentes setores é essencial para superar os desafios institucionais e organizacionais. Os autores também afirmam que no Brasil, a governança turística necessita superar alguns desafios como o personalismo político (priorização dos interesses individuais em detrimento do bem comum), a descontinuidade das ações mediante a trocas de governo e a dependência do estado. Defendem uma postura mais coordenada do Estado que facilite a participação dos atores e que promova a participação social na tomada de decisões.

Os autores de governança turística concordam sobre a importância da governança em rede de turismo, reconhecem a necessidade de superar modelos centralizados e hierárquicos, defendem a participação social de diferentes atores, a

descentralização do poder e a colaboração entre o estado, setor privado, bem como da comunidade (Hall, 2011; Coutinho; Nóbrega, 2019).

Os tópicos apresentados são relevantes para ilustrar que, na dinâmica governamental, diversas experiências estudadas no campo conceitual podem ser verificadas na prática. A política pública se apresenta como um instrumento para o desenvolvimento de ações voltadas para o turismo, o ciclo de políticas públicas delineia o caminho do “como” as ações serão desencadeadas e a governança turística, por sua vez, funciona como um mecanismo para articular os diferentes atores envolvidos no setor, garantindo idealmente, que a política pública de turismo seja implementada de maneira participativa e eficiente. Por fim, o item seguinte tratará de apresentar a trajetória das políticas públicas de turismo no Brasil, com ênfase no estado de São Paulo.

2.2 Políticas públicas de turismo: panorama do Brasil e Estado de São Paulo

A década de 1960 foi um marco para a institucionalização do turismo. Em 1966, o Decreto-lei nº 55 definiu a Política Nacional do Turismo, criando a Empresa Brasileira de Turismo (EMBRATUR) e o Conselho Nacional de Turismo (CNTur). Segundo Brocchi e Solha (2008), um ano antes dessas criações, o Estado de São Paulo já demonstrava a importância atribuída ao turismo com a fundação da Secretaria de Estado dos Negócios do Turismo.

A criação da Secretaria de Estado dos Negócios do Turismo em São Paulo refletia a importância do turismo como atividade econômica. Nesse sentido, a administração do órgão passou por várias modificações que visaram aprimorar a gestão e a promoção do turismo no estado. Em 1967, uma reforma administrativa promovida pelo decreto nº 49.165 uniu as atividades do turismo à Secretaria de Promoção Social, Cultura, Educação Física e Esportes. De acordo com Brocchi e Solha (2008), essa mudança representou, para a época, uma busca mais integrada e abrangente das políticas públicas relacionadas ao turismo.

No que tange o cenário de investimentos, o governo brasileiro intensificou as ações institucionais do turismo com a criação do Fundo Geral de Turismo (FUNGETUR), no início da década de 1970. São Paulo, acompanhando o mesmo ritmo, criou o Fundo de Melhoria das Estâncias (FUMEST). Este fundo se tornou um importante instrumento de financiamento para a infraestrutura e desenvolvimento

turístico das cidades estâncias, cuja titulação foi criada na década de 1940 (Brocchi; Solha, 2008; Moller, 2016; Cestari, 2017).

A década de 1980 foi marcada por uma crise econômica mundial que gerou instabilidades no turismo brasileiro. Nesse período, o Estado de São Paulo voltou suas atenções para o desenvolvimento do turismo social, buscando oferecer atividades de lazer à população de baixa renda (Brocchi; Solha, 2008). Esta preocupação mostra um interesse do estado em manter, de alguma forma, o incentivo ao turismo. Tanto que em 1989, o FUMEST foi extinto e substituído pelo DADE (Departamento de Apoio ao Desenvolvimento das Estâncias), conforme previsto na Constituição do Estado de São Paulo, visando destinar recursos para projetos de infraestrutura e melhoria da qualidade de vida nas estâncias, se configurando como uma política pública para o setor turístico.

De acordo com Brocchi e Solha (2008), a partir da década de 1990 o turismo passou a ser considerado como instrumento de desenvolvimento local e regional, dada a nova realidade da redemocratização e estabilização econômica. Esses fatores foram fundamentais para o crescimento de políticas públicas focadas no fomento da atividade turística.

Por conseguinte, nos anos 2000 o turismo brasileiro experimentou um significativo crescimento e maior atividade econômica. A criação do Ministério do Turismo em 2003, configurou-se como um marco para o setor, demonstrando o desenvolvimento econômico e social do país (Sette, 2018). No ano seguinte, em 2004, o governo federal lançou o Programa de Regionalização do Turismo (PRT), com o objetivo de promover o turismo em todo o território nacional (Sette, 2018).

Com o Ministério do Turismo recém-criado, uma série de mudanças foram impulsionadas. De acordo com Brocchi e Solha (2008), o PRT enfatizava a regionalização. O Estado de São Paulo, alinhado às diretrizes nacionais, adotou o conceito de circuitos turísticos e começou a desenvolvê-los em seu território, criando o “Circuitos das Águas” e “Caminhos de Anchieta”, por exemplo. Essas iniciativas evidenciam o comportamento do Estado de São Paulo de interesse pelo setor de turismo. No entanto, Brocchi e Solha (2008) criticaram que as ações estaduais estavam fortemente atreladas à forma como o governo federal conduzia as políticas públicas de turismo. Essa dependência do modelo federal fez com que o estado negligenciasse as particularidades do turismo no seu próprio território.

No entanto, ultrapassando as conclusões de Brocchi e Solha (2008), a partir da década de 2010 um movimento no cenário das políticas públicas estaduais começou a surgir, levando São Paulo a traçar seus próprios caminhos nas políticas públicas de turismo. O primeiro ponto dessa trajetória recente iniciou entre os anos de 2010 e 2012, quando uma comissão de parlamentares foi incumbida de estudar e propor formas de classificação para as Estâncias. Com isso, elaboraram o Projeto de Lei Complementar nº 32/2012. Essa medida foi necessária para regularizar o repasse de verbas para as Estâncias, dado que durante muitas décadas os municípios recebiam recursos financeiros sem possuir infraestrutura turística básica. Esse movimento, que permaneceu em vigor até 2014, deixou muitas localidades em uma "zona de conforto", no entanto os recursos precisavam de organização eficiente e definitiva (Alesp, 2015; Moller, 2016; Galvão, 2018).

O PLC 32/2012, representado pelo deputado João Caraméz (PSDB), tramitou na Assembleia Legislativa por três anos entre ajustes e debates. Em 2015, dele originou-se a Lei Complementar 1.261/15, que estabeleceu critérios e métodos para a classificação das Estâncias nos próximos anos. Esse foi um marco importante para a política pública de turismo, dado que o Estado de São Paulo é o único no Brasil a possuir tal organização, com um fundo constitucionalmente garantido destinado ao desenvolvimento turístico (Galvão, 2018; São Paulo, 2021).

O DADE criado no final da década de 80, conforme mencionado, passou por uma mudança significativa após a aprovação da lei complementar 1.261/15, sendo renomeado de "DADE" para "DADETUR". Essa mudança refletiu o novo enfoque da política de turismo do Estado de São Paulo, pois expandiu o escopo de atuação do departamento, passando a abranger não apenas as estâncias, mas todos os municípios com potencial turístico. Essa mudança acompanha a crescente demanda de outros municípios por acesso aos recursos e incentivos para o desenvolvimento do turismo (Santos e Faxina, 2019).

O DADETUR (anteriormente chamado de DADE) administra o FUMTUR (Fundo de Melhoria dos Municípios Turísticos do Estado de São Paulo). Segundo Moller (2016), o FUMTUR tem como objetivo principal financiar projetos de infraestrutura e desenvolvimento turístico nos municípios classificados como estâncias turísticas.

De acordo com Galvão (2018, p.28):

“[...] esse fundo é constituído de 11% (onze por cento) sobre a somatória de todas as receitas próprias das Estâncias Turísticas (ET), sendo que 80% (oitenta por cento) desse Fundo é endereçado às Estâncias e 20% (vinte por cento) aos MIT” (Galvão, 2018, p.28).

Nesse sentido, o fundo é alimentado por uma parcela da arrecadação dos impostos municipais das estâncias, conforme previsto na Constituição do Estado de São Paulo e se configura como um importante instrumento de política pública para o desenvolvimento do turismo, pois permite que as localidades invistam em projetos que melhorem a infraestrutura turística e a qualidade dos serviços oferecidos aos visitantes (Galvão, 2018).

Ademais, faz-se necessária a distinção de termos do presente trabalho. A categorização dos municípios possui duas vertentes, sendo definidas como:

- **Municípios de Interesse Turístico (MITs)** – Localidades reconhecidas pelo estado que possuem infraestrutura turística em processo de desenvolvimento e;
- **Estâncias Turísticas (ET³)** – Municípios que apresentam atributos naturais, culturais e históricos de grande relevância para o estado, e caracterizam-se por possuírem infraestrutura consolidada, preparada e voltada para a atividade turística (Santos e Faxina, 2019; São Paulo, 2021).

Segundo Galvão (2018, p.28), "do ponto de vista legal, [...] a Lei Complementar Estadual número 1.261/2015 [...], sem dúvidas introduziu avanços importantes no desenvolvimento do turismo [...]". A mesma lei também introduziu o conceito de Município de Interesse Turístico (MIT), diferenciando-os das Estâncias. Estas, já consolidadas como destinos turísticos, apresentavam ter melhores condições de atendimento ao turismo, enquanto os MITs necessitavam de suporte nesse processo, justificando a criação de uma categoria que pudesse ampliar a vocação turística do estado (Alesp, 2015; São Paulo, 2021).

³ Em alinhamento com o parágrafo único do artigo 1º da Lei 1.261/15, o trabalho apresentará o termo “Estância Turística” como uma generalização para todas as Estâncias, independentemente de sua natureza.

3. O PROCESSO DE RANQUEAMENTO DAS ESTÂNCIAS TURÍSTICAS EM SÃO PAULO: ORIGEM, FUNCIONAMENTO E DESAFIOS

Este capítulo oferece um panorama sobre o conceito e a história das Estâncias Turísticas, bem como a metodologia de ranqueamento implementada pela Lei Complementar 1.261/15. O texto explica como o ranqueamento classifica os municípios que detêm o título de Estância, discute os critérios utilizados para a avaliação, os desafios enfrentados pelos municípios durante o processo e as implicações dessa classificação para o desenvolvimento do turismo no estado.

O termo "Estância" tem suas origens nas estações balneárias europeias dos séculos XVII a XIX, conhecidas pelas propriedades terapêuticas de suas águas. No Brasil, a prática de cura pelas águas ganhou destaque com a chegada da família real no século XIX, popularizando-se em alguns destinos brasileiros. Por volta de 1940 as primeiras estâncias foram criadas, dando origem a política pública de repasse de verbas para investimentos no turismo. Nos anos mais recentes, a Lei Complementar 1.261/15 instituiu o ranqueamento das Estâncias, uma metodologia para classificar municípios paulistas e definir a distribuição de recursos financeiros para o turismo (Solha et al. 2010; Alesp, 2015; Medeiros; Soares, 2022).

3.1 A trajetória de uma estância turística

O surgimento do termo "Estância" remonta às estações balneárias europeias, populares entre os séculos XVII a XIX. Esses ambientes se caracterizavam por serem "locais que ofereciam possibilidade de tratamento pelas propriedades diferenciadas de suas águas, inicialmente com o objetivo de buscar a cura para seus males físicos e mentais", referindo-se a pessoas enfermas devido à estressante rotina de trabalho das cidades em crescimento (Raimundo *et al.*, 2010; Medeiros; Soares, 2022).

Na época, como os medicamentos não apresentavam tanta eficácia, os médicos recomendavam e acompanhavam seus pacientes em tratamentos hidrológicos, que envolvia a ação de banhar-se em rios, mares e/ou termas. Existiam

alguns tipos de tratamentos tais como crenoterapia⁴ e a talassoterapia⁵ que eram indicados por cerca de 21 dias aos enfermos. Com isso, o tempo de duração dos tratamentos recomendados pelos profissionais de saúde tornou-se um fator importante para o rumo das Estâncias, pois as pessoas permaneciam por muito tempo nesses locais (Mourão, 1997 *apud* Raimundo *et al.*, 2010).

No entanto, o enfoque apresentado acima considera apenas o cenário europeu. No Brasil, com a chegada da família real no século XIX, as práticas de cura pelas águas também ganharam apoio e incentivo (Franco, 2014 *apud* Medeiros; Soares, 2022). Segundo Rejowski e Solha (2002), não por acaso que cidades brasileiras com potenciais termais ganharam destaque, tais como Caxambu (MG), Araxá (MG) e Caldas de Imperatriz (SC).

Na década de 1930, o governo do Estado de São Paulo vislumbrou essa potencialidade e passou a reconhecer o cunho terapêutico das águas, identificando certos destinos com propriedades medicinais. Este reconhecimento gerou um movimento de pessoas que viajavam para essas localidades em busca dos tratamentos. Como mencionado, as intervenções tinham duração prolongada, permitindo que os acompanhantes dos enfermos desfrutassem de diversas atividades de lazer oferecidas nos circuitos desses municípios, tais como cassinos e jogos de azar (Solha *et al.* 2010)

Nesse contexto, um decreto⁶ foi promulgado em 1938, a fim de tornar Serra Negra uma Estância Hidromineral. Esse exemplo mostra que a temática do turismo, envolvendo as águas, ganhou reconhecimento por parte do estado. Mais tarde, em 1945, surgiu o “Código das Águas Minerais” (decreto-lei 7.841), constituindo-se como

⁴ Crenoterapia: aplicação terapêutica de diferentes técnicas com água em baixas temperaturas em diferentes regiões do corpo, utilizada comumente na reabilitação fisioterápica e em procedimentos estéticos.

⁵ Talassoterapia: compreende o tratamento utilizando a água do mar e elementos marinhos, tais como algas, areia, brisa do mar e sais. https://www.udesc.br/arquivos/udesc/id_cpmenu/14871/Livro_Termalismo_e_Crenoterapia_Editora_Unisul_cgdo__1__15440240070452_1887_16424479282597_14871.pdf.

⁶ No direito, o decreto se encontra abaixo da lei. Sendo assim, enquanto que a Lei precisa passar por um longo processo de aprovação da assembleia legislativa determinando, o que pode ou não ser feito, o decreto não possui essa obrigatoriedade. JUSBRASIL, 2024. <https://www.jusbrasil.com.br/artigos/que-diferenca-faz-lei-ou-decreto/116712721#:~:text=O%20processo%20de%20forma%C3%A7%C3%A3o%20da,%2C%20e%20o%20decreto%2C%20n%C3%A3o.>

um marco para esse processo. Desenvolvido e publicado pela União, seu objetivo consistia na proteção dos mananciais de água, bem como orientar sobre o uso desse recurso no território brasileiro (Solha et al. 2010; Medeiros; Soares, 2022).

Válido mencionar que algumas estâncias foram criadas depois do referido decreto-lei (7.841). Locais como Caraguatatuba (1947), Cunha (1950), Cananéia, Guarujá, Iguape, Ilhabela, Itanhaém, São Sebastião, São Vicente e Ubatuba (1948) receberam lei específica para nomeação, tornando essa época a primeira onda para criação das estâncias (Raimundo *et al.*, 2010). Percebe-se que a importância para a ideia de ter um título de Estância vem se construindo desde a década de 1940.

Segundo Solha *et al.* (2010), por volta de 08 de dezembro de 1971, o Estado de São Paulo criou a Lei das Estâncias (Lei 10.426/71), delimitando não apenas a administração, mas estabelecendo alguns critérios para identificação das categorias de estâncias: balneárias, climáticas e hidrominerais. O próprio texto de lei, demonstra sucintamente, os aspectos que define no artigo 3º os requisitos para que um município se torne estância hidromineral ou mesmo o artigo 4º que estabelece a temperatura mínima e máxima que uma estância climática deveria apresentar, por exemplo. Esse movimento demonstra o início de uma forma de organização dos títulos (São Paulo, 1971).

Passados seis anos da lei das estâncias, surge em 1977, a Lei das Estâncias Turísticas (1.457/77). O texto complementa a Lei 10.426/71 e estabelece no artigo 2º que para se tornar uma estância turística faz-se necessária a “[...] existência de atrativos de natureza histórica, artística ou religiosa, ou de recursos naturais e paisagísticos” (São Paulo, 1971). Ou seja, o estado em reconhecimento dessa forma de organização do território passou a considerar a adesão de muitas outras estâncias. Estas foram classificadas de acordo com sua natureza e desde a década de 70 são divididas em: hidrominerais, climáticas, balneárias e turísticas (Solha *et al.*, 2010; Setur, 2017).

Figura 2 - Estâncias e suas datas de criação por lei estadual**ESTÂNCIAS E SUAS DATAS DE CRIAÇÃO POR LEI ESTADUAL**

1947 · 1948	1962 · 1967	1986 · 1987	1990 · 1999	2000 · 2003
Cananéia Caraguatatuba Cunha Guarujá Iguape Ilhabela Itanhém São Vicente Ubatuba	Analândia Bragança Paulista Caconde Nuporanga Santo Antônio do Pinhal São Bento do Sapucaí	Águas da Prata Águas de Lindóia Águas de Santa Bárbara Águas de São Pedro Amparo Atibaia Bananal Campos do Jordão Ibirá Lindóia Monte Alegre do Sul Poá Serra Negra Socorro	Batatais Bertioga Eldorado Holambra Ibitinga Igarapu do Tietê Ilha Comprida Morungaba Paraguacu Paulista Presidente Epitácio Ribeirão Pires Salto São José do Barreiro São Roque Tremembé	Avaré Ibiúna Ilha Solteira Joanópolis Paranapanema Pereira Barreto Piraju Salesópolis São Luiz do Paraitinga Sanra Fé Sul Tupã
1950 · 1955	1974 · 1979			2014
Campos Novos Paulista Santa Rita do Passa Quatro	Aparecida Barra Bonita Embu das Artes Itu Mongaguá Peruíbe Praia Grande Santos São Pedro São Vicente			Brotas Guaratinguetá Olimpia

Fonte: Adaptado de Cartilha de Orientação para MITs. Setur, 2017.

Faz-se importante ressaltar que, na trajetória das estâncias, a instituição APRECESP (Associação das Prefeituras das Cidades Estância do Estado de São Paulo) possui significativa relevância. Esta entidade privada e sem fins lucrativos foi fundada em 1985 com o propósito de representar os interesses e promover o desenvolvimento turístico das cidades estância no litoral e interior do Estado de São Paulo. Desde a metade da década de 1980, a APRECESP acompanhou a criação de várias estâncias e o redirecionamento de recursos para o investimento e desenvolvimento do turismo municipal. Essa prerrogativa de título permanente de Estância, se mostrou como motivo de orgulho para alguns municípios e perdurou por um longo período (Aprecesp, 2024).

No entanto, com a mudança de cenário ocasionada pela lei complementar 1.261, para que o município consiga acessar o recurso, faz-se necessária à sua participação no processo denominado “ranqueamento”. O sistema constitui uma política pública pioneira no Brasil, pois prevê a classificação dos municípios paulistas

para a transferência permanente de recursos para obras e melhoria da infraestrutura turística (São Paulo, 2021).

3.2 O sistema de ranqueamento das estâncias turísticas

A Lei Complementar 1.261/15, citada anteriormente, também instituiu a figura do ranqueamento. O ranqueamento, por sua vez, é uma metodologia utilizada para classificar as Estâncias, definindo como seriam organizados os municípios para receber aportes financeiros (São Paulo, 2021).

Conforme o dicionário Michaelis (2024), "ranqueamento" significa a determinação de uma posição hierárquica baseada em uma contagem de pontos. No contexto das Estâncias, isso se traduz em uma lista na qual cada município ocupa uma posição específica, sem empates de pontuação. Neste caso, existem critérios definidos para classificação, reclassificação e impeditivos para participação dos municípios (São Paulo, 2021).

A implementação desse processo visa, primeiramente, cumprir a lei, e, em segundo lugar, estabelecer a prioridade dos destinos na recepção das verbas. As Estâncias devem atender a determinados requisitos para sua classificação, conforme o artigo 5º (vide Anexo A):

I - para classificação de Estâncias:

- a)** estudo da demanda turística existente nos 2 (dois) anos anteriores à apresentação do projeto, a ser realizado pela Prefeitura Municipal em convênio com órgão público estadual, federal, instituição de ensino superior ou entidade especializada;
- b)** inventário, subscrito pelo Prefeito Municipal, dos atrativos turísticos do município, de que trata o inciso II do artigo 2º desta lei complementar, com suas respectivas localizações e vias de acesso;
- c)** inventário dos equipamentos e serviços turísticos, de que trata o inciso III do artigo 2º desta lei complementar;
- d)** inventário da infraestrutura de apoio turístico de que trata o inciso IV do artigo 2º desta lei complementar;
- e)** certidões emitidas pelos órgãos oficiais competentes para efeito de comprovação dos requisitos estabelecidos no inciso V do artigo 2º desta lei complementar;
- f)** cópia do Plano Diretor Municipal de Turismo e atas das 6 (seis) últimas reuniões do Conselho Municipal de Turismo, devidamente registradas em cartório (São Paulo, 2021).

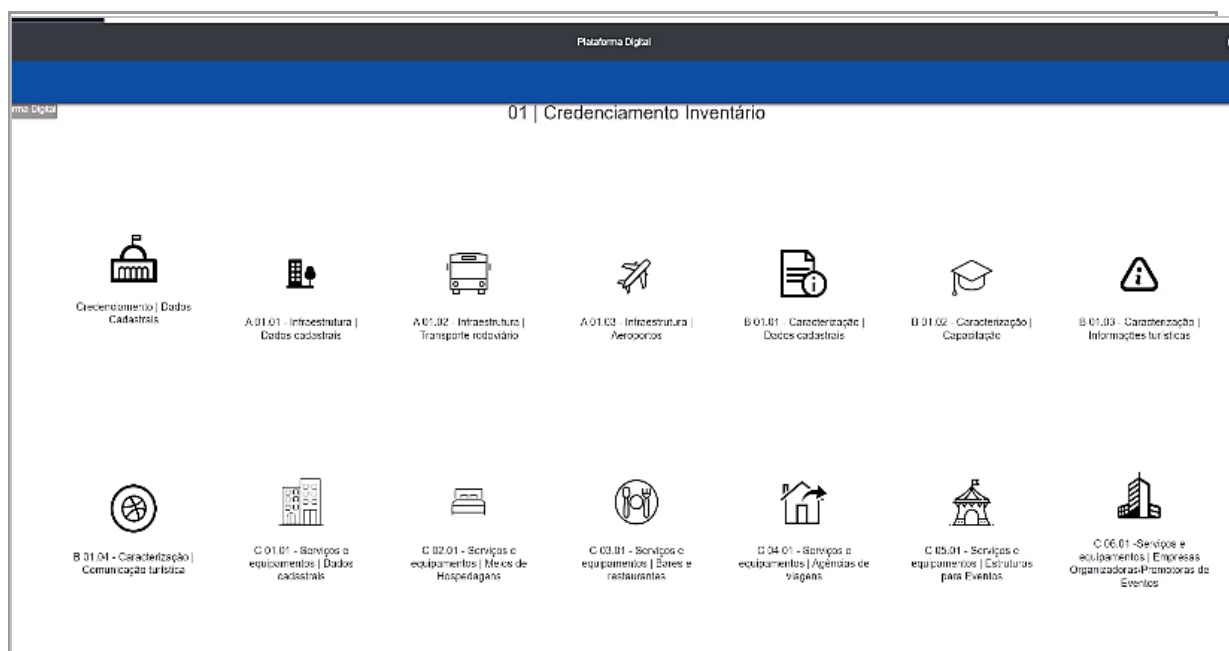
Com a promulgação da lei de 2015, por volta de 2018, iniciou-se a implementação do processo de ranqueamento. O primeiro passo envolveu a manifestação dos municípios para serem/manterem-se classificados como Estância. Em seguida, era necessário atender aos requisitos estabelecidos no artigo 5º da lei complementar. Além disso, os aspirantes ao título deveriam apresentar à Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo (ALESP), por meio de um deputado, um projeto de lei acompanhado da documentação necessária - mencionada no parágrafo anterior (São Paulo, 2021).

Após a entrega da documentação à ALESP, os materiais foram encaminhados à Secretaria de Turismo e Viagens do Estado de São Paulo (SETUR-SP) e um técnico de gabinete, com o apoio da sua equipe jurídica, cuidaram dos trâmites internos, trabalhando em conjunto com o Grupo Técnico de Análise dos Municípios Turísticos (GAMT). Em conjunto, produziram diversos materiais tais como: Cartilha de orientação para municípios de interesse turístico (MITs); guia de conselhos municipais; modelos de questionários de demanda; modelos de inventários turísticos; e estabelecimentos de parâmetros para a elaboração do plano diretor (São Paulo, 2021).

O grupo como um todo analisou mais de 350 propostas de leis recebidas, ao passo que emitiam pareceres sobre os documentos. Neste mesmo ano de 2018, exigiu-se a realização simultânea das análises dos pleitos com os preparativos para o primeiro ranqueamento, conforme estipulado na lei. Para efetuar o ranqueamento, foi necessária a criação de uma plataforma digital para a inserção dos dados sobre os municípios, garantindo que apenas as informações solicitadas pela SETUR fossem enviadas, evitando o excesso de dados.

Os critérios para avaliação dos municípios, elaborados pelo GAMT, concentram-se em quatro pilares principais: 1. Dimensões de fluxo turístico; 2. Dimensão dos atrativos turísticos; 3. Dimensão de infraestrutura, equipamentos e serviços turísticos, além da 4ª dimensão voltada para ações de turismo (normativo-institucional), sustentabilidade, acessibilidade e legislação. Esses pilares formaram a matriz de ranqueamento, documento publicado oficialmente, que continha os valores e pesos de cada dimensão. Essa estrutura foi transferida para o meio digital, disponibilizado na Plataforma Inventário Turístico. Abaixo segue a imagem da página inicial da plataforma:

Figura 3 - Página inicial da Plataforma Inventário Turístico



Fonte: Imagem de tela proveniente do curso “Valoriza São Paulo”. Arquivo pessoal da autora, 2024.

Em agosto de 2019, os 645 municípios do estado foram convocados a inserir informações na Plataforma do Inventário Turístico. Segundo São Paulo (2021), o sistema, voltado para o ranqueamento, foi aberto a todos os municípios, com a participação de 471 destes (cerca de 73,02% das localidades). Ao fornecer informações sobre o turismo, mesmo daqueles que não tiveram seus pleitos analisados a tempo, a gestão pública iniciou um movimento de compreender a realidade do setor no estado por meio dos dados.

Quanto ao processo de ranqueamento em si, o GAMT seguiu ainda algumas premissas:

- Ser uma metodologia comum aos 645 municípios quanto ao levantamento de dados de serviços e equipamentos;
- Atender todas as faixas populacionais quanto ao turismo;
- Atender todas as vocações das regiões do Estado;
- Ter uma visão Paulista e não apenas Paulistana (São Paulo, 2021, págs. 3 e 4).

Segundo a lei complementar, os municípios devem passar pela "Lei Revisional" a cada três anos para melhorar suas condições e se qualificarem como MITs ou Estâncias, o que pode resultar na sua reclassificação (São Paulo, 2021). Desse modo,

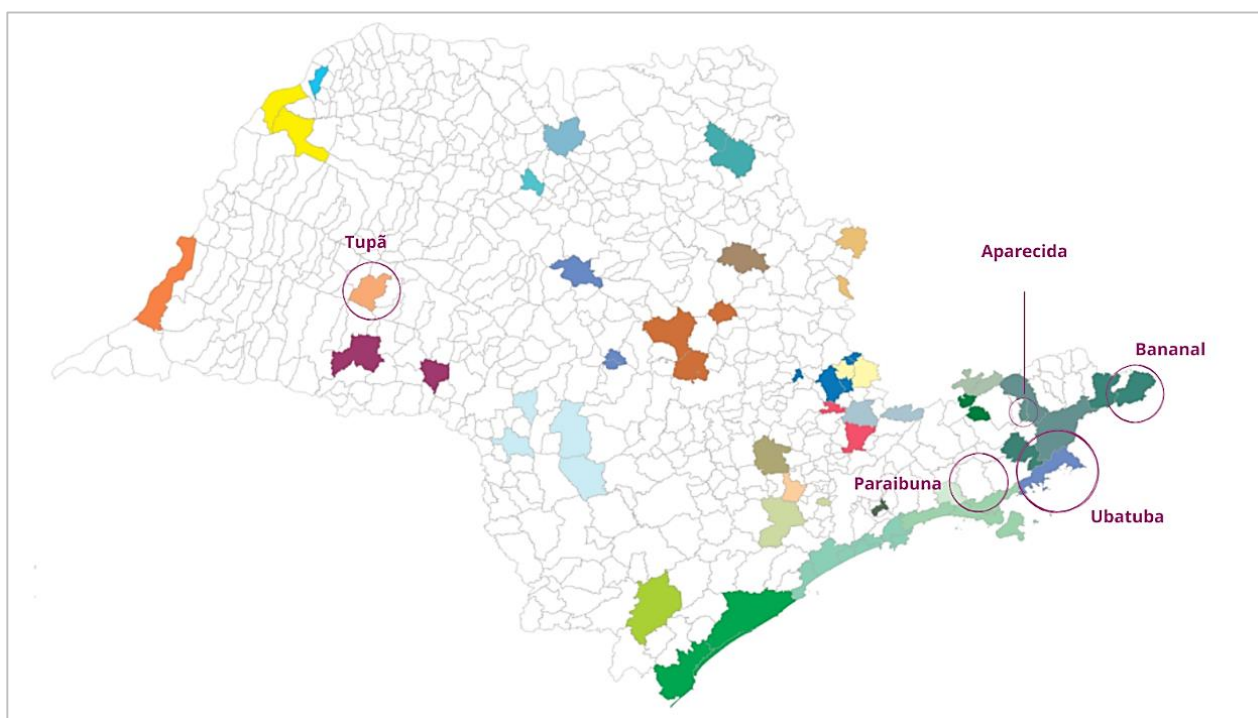
os municípios vinham se preparando para o processo desde 2018 e foram ranqueados no final de 2021.

De acordo com o relatório Secretaria de Turismo e Viagens do Estado de São Paulo (São Paulo, 2021), o primeiro ranqueamento enfrentou vários imprevistos e adiamentos, em razão da pandemia de Covid-19, dificuldades dos municípios em compreender e preencher a plataforma do Inventário, além do grande volume de acessos simultâneos na plataforma.

O resultado do primeiro ranqueamento foi divulgado em outubro de 2021 por meio dos canais oficiais da Secretaria de Turismo e Viagens do Estado de São Paulo (SETUR). Neste primeiro ciclo, foram preenchidas as “vagas” para o máximo de 70 estâncias turísticas permitidas por lei e 140 Municípios de Interesse Turístico (MITs), totalizando 210 municípios aptos a receberem verbas para investimentos no setor (São Paulo, 2021).

O mapa a seguir demonstra a localização, especificamente das estâncias, selecionadas no primeiro ciclo, com foco nas estâncias entrevistadas para este estudo:

Figura 4 - Estâncias turísticas do Estado de São Paulo



Fonte: Elaborado pela autora com base no mapa do site Turismo.sp.gov.br, 2024.

Diante das informações, tornou-se necessário compreender que o 1º ciclo de ranqueamento foi realizado como uma experiência para implementação da política pública de turismo. No momento de realização deste trabalho, o processo de ranqueamento se encontra entre o 1º ciclo (com os municípios já definidos) e 2º ciclo, no qual os municípios ainda serão reclassificados. A figura abaixo representa o posicionamento temporal deste em trabalho em relação ao ranqueamento:

Figura 5 - Posição do trabalho com relação ao ranqueamento

2015: LC nº 1.261/15

2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025	2026	2027
Preparação			1º Ranqueamento	Preparação		2º Ranqueamento (Atual)	Preparação		3º Ranqueamento

Fonte: Elaborado pela autora, 2024.

Entende-se que neste processo, existem instituições e indivíduos atuantes há muito tempo, ou seja, desde o começo do ciclo. Quando se observa as experiências passadas, pode-se encontrar elementos comuns que permitem a generalização das etapas do ranqueamento. Essa generalização ajudou a compreender a sequência de fatores até o presente momento. Desse modo, o processo de ranqueamento ocorre com a reunião de um grupo técnico composto por especialistas, membros do governo e entidades, que definem os critérios e as respectivas pontuações a serem utilizadas para avaliar os municípios (São Paulo, 2021; Entrevistado 1⁷, 2024).

Em seguida, os critérios do ranqueamento são divulgados e inicia-se o preenchimento da plataforma digital Inventário Turístico. Sendo assim, os municípios que tiverem suas propostas de classificação como estâncias aprovadas se inscrevem e recebem o acesso à plataforma - desenvolvida para a coleta das informações necessárias para a avaliação e outras finalidades. Nesse ínterim, tanto a APRECESP quanto a SETUR, oferecem suporte técnico aos municípios, a fim de orientá-los sobre como preencher a plataforma e coletar os dados corretamente.

⁷ Informações obtidas com base nas entrevistas semiestruturadas desenvolvidas para este trabalho. Período de realização: abril a agosto de 2024. Conduzidas por Katia Anjos.

Durante essa fase, os municípios se mobilizam para coleta de informações diversas sobre seus atrativos, infraestrutura, serviços, eventos, fluxos turísticos, entre outros. A coleta das informações envolve, muitas vezes, visitas *in locu* dos membros das secretarias à atrativos e serviços, contato com empresários do setor, membros do Conselho Municipal de Turismo (COMTUR), levantamento de documentos e coleta de dados das várias secretarias das prefeituras, como meio ambiente, obras e cultura. Ressalta-se ainda que a qualidade no preenchimento das informações pode impactar diretamente a pontuação final dos municípios (São Paulo, 2021; Entrevistado 1, 2024).

A Lei Complementar 1.261 ordena que a submissão das informações para participação no ranqueamento deve ocorrer até o trigésimo dia do mês de abril, a cada três anos. Após o prazo final, a equipe técnica analisa minuciosamente as informações, avaliando a consistência dos dados em conformidade com os critérios estabelecidos pelo GAMT. Ao final do processo, os resultados são divulgados, classificando os municípios de acordo com a pontuação obtida. Essa classificação tem implicações diretas no repasse de recursos do DADETUR e pode influenciar a visibilidade e atratividade dos destinos turísticos paulistas (Galvão, 2018; São Paulo, 2021).

O segundo ciclo do ranqueamento está previsto para 2024, ano atual. Com base na experiência do ranqueamento realizado em 2021, segue abaixo um modelo generalizado que sintetiza o fluxo desse processo desde o início. Como o ranqueamento vem sendo desenvolvido há quase uma década, é provável que os membros do GAMT utilizem em 2024 o mesmo fluxo, mas com alguns aprimoramentos.

Figura 6 - Modelo generalizado do processo de ranqueamento

Ano 0	Ano 1	Ano 2	Ano 3
1. Município deseja tornar-se Estância Turística 2. Verificar se atende ao artigo 5º da Lei Complementar 1.261/15	Início do processo para o ciclo seguinte: 3. Deputado submete à Comissão de assuntos legislativos o projeto de lei para a estância e documentos necessários 4. Comissão recebe, analisa e envia para Setur-SP 5. Setur-SP recebe, avalia e emite parecer favorável ou desfavorável	6. Continuação da análise dos pleitos pela Setur-SP 7. Divulgação da Matriz de Pontuação 8. Abertura do sistema para preenchimento da plataforma Inventário Paulista	10. Final do preenchimento da Plataforma Inventário Turístico 11. GAMT elabora o ranqueamento com base nas informações fornecidas pela plataforma e Lei Complementar 12. Resultado do ranqueamento

Fonte: Elaborado pela autora, 2024.

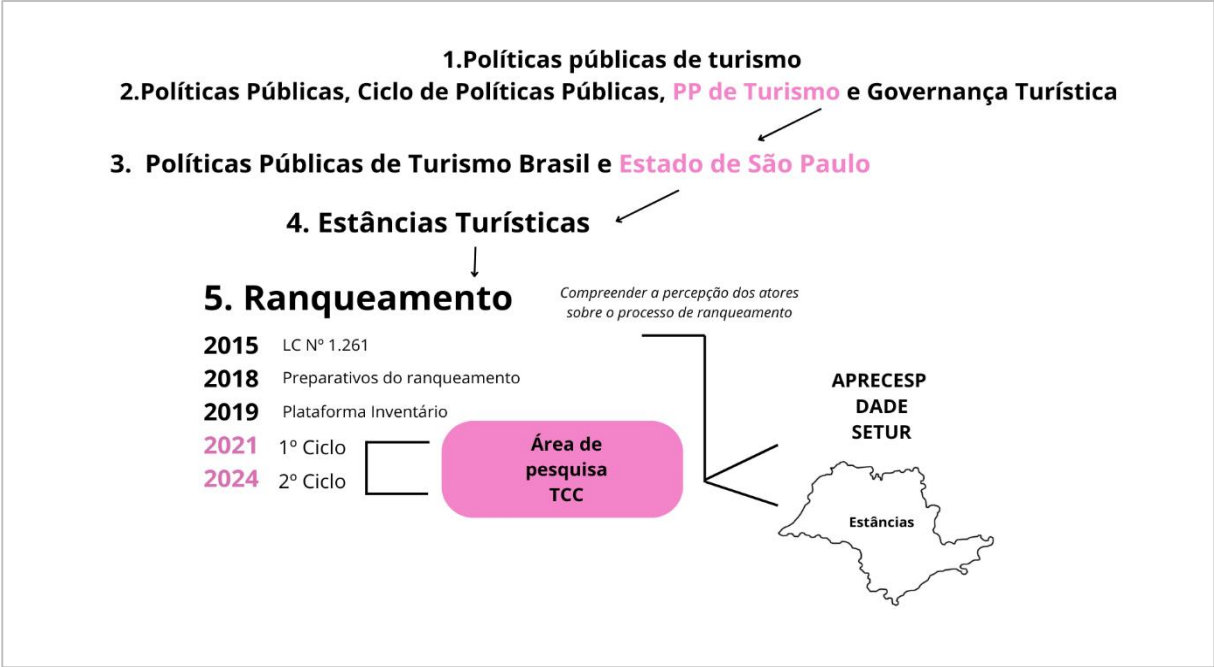
Embora a Lei Complementar 1.261/15, se apresente como marco, é importante ressaltar que para o ano de 2024 o processo sofreu uma nova atualização com a lei complementar nº 1.383/23. As principais mudanças estão relacionadas ao número de estâncias e MITs. Houve uma ampliação de 70 para até 80 estâncias; e de 140 para até 165 MITs. Além disso, ao invés de três estâncias descenderem para MITs, nesta atualização até oito poderão “perder” o título de estância. O que pode tencionar a competitividade entre os municípios turísticos.

Portanto, ao considerarmos o ciclo de políticas públicas, podemos observar que entre 2010 e 2012, foi formulada a proposição da atual política pública; em 2015, ocorreu a tomada de decisão, culminando na Lei Complementar 1.261. A primeira implementação dessa política ocorreu entre 2018 e 2021 - sendo este período nomeado como o 1º ciclo e -, no momento da elaboração deste trabalho, o ranqueamento se encontra em transição do 1º para o 2º ciclo, com os municípios a serem reclassificados em 2024.

Dessa forma, o estudo se posiciona entre o primeiro e o segundo ciclo, buscando compreender a percepção dos atores-participantes sobre o processo de

ranqueamento. O estudo é uma tentativa exploratória de avaliação da política pública de turismo, conforme discutido por Rua (2009) e Secchi (2016).

Figura 7 - Síntese dos capítulos iniciais



Fonte: Elaborado pela autora, 2024.

4. METODOLOGIA

A partir do problema de pesquisa intitulado “*qual a percepção das diferentes instituições sobre o processo de ranqueamento das estâncias turísticas do Estado de São Paulo*”, foi desenvolvido um caminho metodológico com objetivo de responder à questão central deste trabalho. Neste estudo, fez-se necessário contextualizar o significado de “percepção” adotado para a análise.

A palavra percepção tem origem etimológica do latim perceptio,-onis, significando o “ato ou efeito de perceber” e também pode ser definida como a capacidade de diferenciar as coisas por meio dos sentidos ou da mente (Dicionário Michaelis, 2024). Nesse sentido, a percepção é um termo subjetivo, estudado por diversos campos do conhecimento, tais como a filosofia, sociologia, medicina, psicologia e outras áreas.

O presente trabalho visa compreender a percepção das instituições sobre um processo. Logo, essas instituições são compostas por indivíduos que possuem vivências e lidam com o processo de ranqueamento no cotidiano profissional. Sendo assim, fez-se necessário compreender por qual lente a percepção seria observada. Dada a complexidade do tema, adotou-se o conceito da Teoria da Percepção Social (TPS).

Segundo a UNITINS⁸ (2011), a Teoria da Percepção Social é o processo no qual um indivíduo seleciona, organiza e interpreta as informações recebidas do ambiente social para construir uma imagem significativa do mundo. Esse processo envolve a forma como os outros são julgados, os sentimentos que se têm em relação a eles e como características internas são atribuídas com base nas circunstâncias em que os comportamentos são observados. Além disso, a percepção social é influenciada pelo estado emocional, pelas necessidades e expectativas individuais, podendo ser enganosa ou menos precisa.

⁸ Curso de Serviço Social. Cadastro no MEC: (829) Universidade Estadual do Tocantins UNITINS. <https://emec.mec.gov.br/emec/consultacadastro/detalhamento/d96957f455f6405d14c6542552b0f6eb/ODI5>.

Visto a definição da palavra norteadora do estudo, é válido mencionar que o presente capítulo se subdivide nas seguintes seções: características da pesquisa; método de coleta de dados e análise e interpretação dos dados.

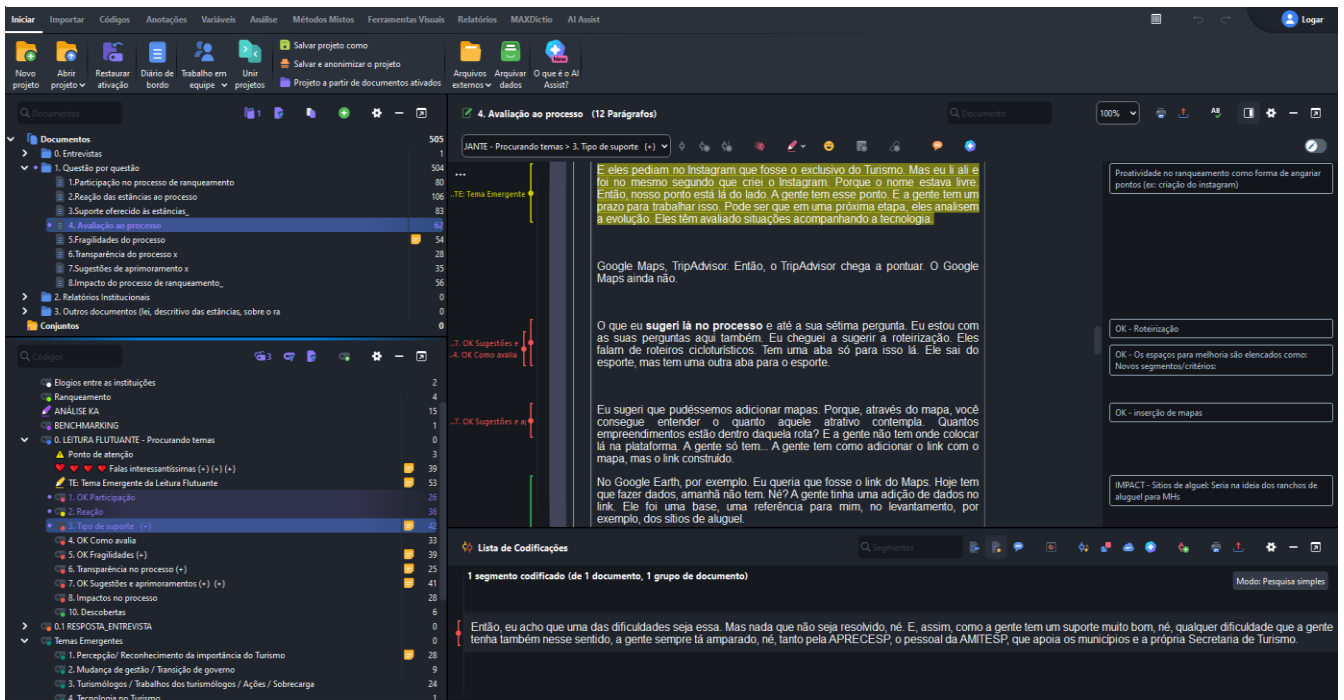
4.1 Características da pesquisa

Este estudo adota uma abordagem exploratória, visando aprofundar o entendimento e a compreensão sobre o objeto em questão. A pesquisa foi delineada como qualitativa, uma vez que explora emoções, sentimentos e percepções, elementos intrinsecamente difíceis de quantificar (Gil, 2008; Lakatos, 2017; Júnior, 2019).

Com relação ao método de análise, adotou-se a Análise de Conteúdo de Laurence Bardin (1977), recomendada quando se estuda contextos abstratos e complexos. Além disso, como forma de coleta das informações, foram realizadas entrevistas semiestruturadas com 09 representantes das instituições. A escolha por esse tipo de coleta justifica-se pelo equilíbrio entre um roteiro que guia a conversa e a liberdade de fala concedida ao entrevistado, permitindo uma captação organizada e relevante de dados (Gil, 2008). Conjuntamente, foram realizadas análises documentais com notícias, leis, vídeos disponibilizados na plataforma *Youtube* e relatórios institucionais das unidades entrevistadas, a fim de integrar a percepção das pessoas com o conteúdo escrito.

Por fim, utilizou-se o Software MAXQDA 2024 (versão 24.5.1) como ferramenta para organização dos dados, aproveitando os avanços tecnológicos que aprimoram os métodos de pesquisa (Garcia e Estêvão, 2016).

Figura 8 - Tela de trabalho do Software de pesquisa MAXQDA 2024



Fonte: Arquivo pessoal da autora, 2024.

4.2 Método de coleta de dados

Os dados foram coletados por meio de entrevistas individuais semiestruturadas, gravadas em áudio e transcritas na plataforma Turbo Scribe. As transcrições foram revisadas para correção de erros e duplicadas para análise. Os dados secundários foram obtidos através de pesquisas nos sites das instituições, utilizando termos específicos para encontrar resultados relevantes.

4.2.1 Entrevistas

Os entrevistados foram selecionados de forma não probabilística, ou seja, houve a intenção de captar pessoas capazes de responder precisamente sobre o processo de ranqueamento, alinhadas aos objetivos do trabalho. Sendo assim, os respondentes escolhidos atuam nas secretarias de turismo e/ou entidades privadas e lidam diretamente com o processo de ranqueamento.

Deste modo, foram selecionados um (01) representante de cada uma das seguintes instituições: APRECESP, SETUR e DADETUR. As estâncias foram escolhidas sob a

condição de possuírem a titulação vigente de 2021 a 2024 (entre o primeiro e segundo ciclo do ranqueamento) e que fosse uma representante do grupo de cada 10 pontos, de acordo com o *ranking* publicado em 2021 (vide anexo B). No geral, esses participantes garantem a relevância dos dados, pois responderam pontualmente a todas as questões, fornecendo informações-chave para o estudo. Importante explicar que várias estâncias de cada grupo foram convidadas para participarem do estudo, mas apenas as listadas abaixo atenderam a tempo e aceitaram o convite para serem entrevistadas.

Quadro 1 - Municípios escolhidos para a entrevista

Grupo de Pontuação	Estância	Pontuação no ranqueamento (2021)
40 pontos	***	*** ⁹
50 pontos	Aparecida	58
60 pontos	Bananal	68,5
70 pontos	Tupã	74,5
70 pontos	Paraibuna	78,5 MIT promovido à Estância
80 pontos	***	***
90 pontos	Ubatuba	92 Pontuação máxima recebida por uma Estância

Fonte: Elaboração da autora com base em Setur, (2021).

As entrevistas foram conduzidas, em sua maioria, de forma remota, por meio da ferramenta *Google Meet* para videoconferências, com exceção de uma que ocorreu presencialmente. Foram realizadas de 22 de abril a 01 de agosto de 2024, obtiveram duração média de 1 hora e totalizaram cerca de 9,9 horas de gravação.

⁹ *** Estâncias do grupo de 40 e 80 pontos não atenderam, em tempo, as solicitações para participação na pesquisa.

Nesse sentido, o material coletado foi gravado em áudio e lançado em uma plataforma de transcrição (Turbo Scribe - alta precisão). Estes dados foram tratados e passaram por correção de erros ortográficos/semânticos encontrados no corpo do texto, tais como: “instâncias” ao invés de “estâncias”. Após isso, os documentos foram multiplicados, mantendo-se as versões da transcrição original e cópias que serviram de “lâmina” para a análise de conteúdo.

No início de cada entrevista, os participantes eram informados de que a sessão estava sendo gravada. Em seguida, as perguntas previamente elaboradas eram feitas, sendo replicadas para todos os entrevistados. Destaca-se que o roteiro de entrevista foi concebido considerando ideias relevantes sobre os conceitos teóricos de Governança Turística e Ciclo de Políticas Públicas. Sendo assim, obteve-se:

- **Governança Turística** - Dimensões de participação, suporte e transparência;
- **Ciclo de Políticas Públicas** - Dimensões de reação, avaliação, fragilidades, sugestões e impactos.

Desse modo, o objetivo principal consistiu em gerar percepções sobre essas dimensões, e com base nisso formulou-se uma percepção final do processo. Abaixo, segue o quadro com o roteiro utilizado - destaque para uma explicação prévia de cada questão:

Quadro 2 - Roteiro de entrevista explicado

Questão	Explicação
1.Participação no processo de ranqueamento: Poderia descrever com detalhes o seu papel e as atividades que realiza no processo de ranqueamento das Estâncias do Estado de São Paulo?	Esta pergunta visa entender o envolvimento direto dos participantes no processo de ranqueamento, fornecendo contexto sobre suas responsabilidades e ações.
2.Reação das estâncias ao processo: Como as estâncias têm reagido ao processo de ranqueamento? Elas reconhecem a importância e o propósito deste processo? Quais são as principais dificuldades enfrentadas?	Busca captar as percepções e reações das estâncias no processo de ranqueamento.
3.Suporte oferecido às estâncias: Que tipo de suporte ou recursos são oferecidos às estâncias para auxiliá-las no processo de ranqueamento?	Investiga os recursos e suportes disponíveis para as estâncias, avaliando sua eficácia e adequação.

<p>4.Avaliação do processo de ranqueamento: Como você avalia o atual processo de ranqueamento? Informe ainda quais aspectos você considera eficazes e quais acredita que precisam ser melhorados.</p>	<p>Permite uma avaliação crítica do processo de ranqueamento, identificando pontos fortes e áreas de melhoria.</p>
<p>5.Fragilidades do processo: Quais são as principais fragilidades ou desafios que você identifica no atual processo de ranqueamento?</p>	<p>Identifica as principais limitações e desafios do processo, fornecendo <i>insights</i> para melhorias.</p>
<p>6.Transparência do processo: O processo de ranqueamento é transparente? As estâncias têm acesso suficiente às informações sobre como o ranqueamento é realizado e como as decisões são tomadas?</p>	<p>Avalia a transparência do processo e a acessibilidade das informações para as estâncias.</p>
<p>7.Sugestões de aprimoramento: Você tem alguma sugestão específica para aprimorar o processo de ranqueamento? Por favor, explique.</p>	<p>Coleta sugestões dos participantes para melhorias no processo de ranqueamento.</p>
<p>8.Impacto do processo de ranqueamento: Você poderia compartilhar quais são os impactos mais significativos, positivos ou negativos, que você observou nas estâncias como resultado direto do processo de ranqueamento? Por favor, forneça exemplos específicos e explique por que você considera esses impactos significativos.</p>	<p>Investiga os impactos do processo de ranqueamento nas estâncias, com exemplos específicos que ilustram os efeitos observados.</p>

Fonte: Elaborado pela autora, 2024.

Por fim, obteve-se o perfil dos participantes das entrevistas. Os dados seguem compilados abaixo:

Quadro 3 - Perfil dos entrevistados

Entrevistado	Sexo	Instituição	Secretaria/de partamento de Turismo	Tempo na instituição
1	M	SETUR- Secretaria de Turismo e Viagens do Estado de São Paulo	***	20 anos
2	F	APRECESP - Associação das Prefeituras das Cidades Estâncias do Estado de São Paulo	***	07 anos
3	F	Estância Turística de Paraibuna - SP	Departamento Municipal de Planejamento, Gestão e Turismo	Menos de 01 ano
4	M	Estância Turística de Bananal - SP	Secretaria Municipal de Cultura, Turismo, Segurança e Trânsito	02 anos
5	F	Estância Turística de Paraibuna - SP	Departamento Municipal de Planejamento, Gestão e Turismo	Menos de 01 ano
6	F	Estância Turística de Aparecida - SP	Secretaria de Turismo	03 anos
7	F	Estância Turística de Tupã - SP	Secretaria Municipal de Gabinete e Turismo	20 anos
8	F	DADETUR - Departamento de apoio e desenvolvimento turístico	***	08 anos
9	M	Estância Turística de Ubatuba - SP	Secretaria de Turismo	03 anos

Fonte: Elaborado pela autora a partir das entrevistas.

Com a visualização do quadro, é possível notar que duas entrevistadas são da mesma estância (3 e 5). O estudo iria, a princípio, considerar duas estâncias e duas instituições (SETUR e APRECESP), mas depois que esse objetivo foi cumprido, sentiu-se a necessidade de ampliar o número de participantes. Sendo assim, a terceira pessoa entrevistada indicou conversa com a pessoa de número 5, pois esta é a responsável oficial por inserir as informações na plataforma do Inventário. Além disso, a representante do DADETUR também foi entrevistada, pois sentiu-se a necessidade de compreender a visão do ranqueamento por parte de um departamento ligado à SETUR.

No mais, o ranqueamento se mostra como um fator competitivo, pois existe a possibilidade de municípios que são estâncias “caírem” de posição, tornando-se MITs - em que há uma drástica redução de verba - ou até mesmo de perderem o título definitivamente. A ascensão ou a possibilidade de descenso são motores do sistema, conforme observado pela entrevistada 2: “O sonho de todo MIT é ser Estância, mas o sonho de toda Estância não é ser MIT”. No entanto, é necessário explicar que o estudo focou apenas nas Estâncias, pois são municípios com o turismo consolidado, com pelo menos 10 anos com a nomeação, e estão no “topo” do processo. Ou seja, como se trata de um estudo exploratório e em constante evolução, pode ser importante começar por um ponto “seguro”.

4.2.2 Pesquisa documental

A coleta dos dados secundários foi realizada por meio de pesquisas nos sites das instituições, buscando termos e relatórios como: relatórios de atividades da APRECESP (em vídeo 2022; 2023), íntegra das reuniões de gestores e prefeitos (2022; 2023; 2024 - *youtube*), descrições sobre as estâncias (site APRECESP), relatórios institucionais da SETUR-SP (2021; 2022 e 2023), lei complementar 1.261/15, notícias sobre as estâncias (portal de informações municipais), bem como publicações oficiais sobre o ranqueamento (São Paulo, 2021).

Esses materiais complementam, por escrito, as evidências e relações encontradas nas entrevistas, de modo a promover um “diálogo comum” com todas as fontes de dados escolhidas. Importante ressaltar que os documentos selecionados são relativos ao período de outubro 2021 a junho 2024 (do primeiro para o segundo ciclo de ranqueamento).

4.3 Análise e interpretação dos dados

A análise e a interpretação dos dados foram feitas por meio da Análise de Conteúdo. Esta técnica é dividida em três etapas: pré análise, exploração do material e interpretação, sendo bastante utilizada em pesquisas acadêmicas. Seu objetivo principal é descrever e sistematizar o conteúdo das comunicações (Bardin, 1977).

A primeira fase, pré análise, consistiu na captação do material a ser utilizado na pesquisa. Ou seja, realização das entrevistas e coleta dos documentos. Depois de transcrita todas as entrevistas, seguiu-se para a leitura flutuante dos dados relacionados ao tema. Esse passo, previsto na metodologia de Bardin (1977), foi importante para proporcionar à analista a familiarização com o universo captado. Além disso, se tratou de um momento propício para a identificação de temas emergentes, se deixando invadir por impressões iniciais diversas.

Com isso, as impressões iniciais foram unificadas em um documento e partiu-se para a criação de um referencial teórico-base. Esses novos materiais são referentes aos temas emergentes encontrados e que serviram, posteriormente, para auxiliar a análise. Adicionalmente, houve a criação de um “plano analítico” que consistiu no planejamento dos passos que seriam dados para realização da análise de conteúdo. Este plano congregou o problema de pesquisa que se pretendia responder, os objetivos da pesquisa, temas emergentes e as categorias provisórias criadas. Ressalta-se ainda, que o roteiro de entrevista foi elaborado previamente fazendo o uso de palavras-chaves dos conceitos de Governança Turística e Ciclo de Políticas Públicas, considerados como “indicadores” neste trabalho. A primeira fase da análise de conteúdo se encerrou com a separação do material que efetivamente seria usado na pesquisa (definição do corpus).

Em seguida, recorreu-se à fase dois da análise: exploração do material. Depois de ter preparado o plano de análise e tendo o referencial teórico-base, a analista leu atentamente as entrevistas fazendo anotações sobre a estrutura das respostas e procurando identificar padrões. Em seguida, os parágrafos (ou unidades de registro) das entrevistas foram analisados para verificar a presença dos indicadores previamente definidos (participação, reação, suporte e etc). Apenas os parágrafos que continham esses indicadores foram selecionados para análise posterior. Esta etapa contou com o auxílio da ferramenta MAXQDA, a fim de garantir precisão na identificação dos parâmetros.

Os parágrafos selecionados foram agrupados por temas que respondiam a dimensão desejada, criando-se assim categorias iniciais. A seguir, foi utilizado o referencial teórico para relacionar esses temas às teorias estudadas. As categorias iniciais foram refinadas, receberam uma breve contextualização e, no mesmo processo, foram aglutinadas por temas culminando nas categorias intermediárias e, em seguida, nas categorias finais. O objetivo era obter a ideia principal daquela dimensão/indicador.

Desse modo, foram criados 08 quadros (um para cada dimensão/indicador) que continha a categoria inicial com a sua descrição, exemplos de citações, relação com referencial teórico e comentários da analista. Ademais, outros 08 quadros foram criados para sintetizar os resultados do quadro geral anterior.

A terceira etapa definida por Bardin é a interpretação. A realização desse processo contou com a junção das análises críticas feitas ao longo das produções dos quadros, com outros textos de percepções pessoais gerais, além do confronto com informações encontradas em outros documentos disponíveis (relatórios, vídeos, matérias). Deste modo, foram realizadas diversas comparações entre os materiais, verificação de aspectos semelhantes ou diferentes na percepção das instituições e confrontos com as referências teóricas. As interpretações foram disponibilizadas em textos que serão apresentados na seção seguinte. Importante ressaltar que apesar da descrição simples deste subcapítulo, os materiais foram consultados por inúmeras vezes em um processo quase que exaustivo para compreender, a fundo, o significado das falas dos entrevistados.

Resumidamente, o método de análise de conteúdo compreende as seguintes fases, baseado em Silva (2012):

1. Transcrição das entrevistas;
2. Leitura geral do material (documentos e entrevistas);
3. Elaboração do plano de análise, referencial teórico base e definição do corpus da pesquisa;
4. Fragmentação do material selecionado em unidades de registro (parágrafos) com conteúdo semântico comparável;
5. Estabelecimento de categorias ou classes tematicamente diferenciadas nas unidades de registro, munidas de breve descrição, trechos de falas e interpretações críticas;

6. Agrupamento das unidades de registro em categorias comuns;
7. Agrupamento progressivo das categorias (iniciais > intermediárias > finais);
8. Inferência e interpretação dos dados, baseadas no referencial teórico e documentos adicionais.

5. APRESENTAÇÃO, INTERPRETAÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS SOBRE A PERCEPÇÃO DO PROCESSO DE RANQUEAMENTO

Este capítulo tem como propósito apresentar os resultados obtidos, por meio da análise de conteúdo categorial, a resposta do problema de pesquisa: como diferentes instituições percebem o processo de ranqueamento das estâncias turísticas? No primeiro momento, será apresentada uma breve explicação dos campos que compõem o estudo como participação, reação, suporte, avaliação, fragilidade, transparência, sugestões para aprimoramento e impactos do processo. As dimensões são formadas pelos os principais achados nas entrevistas e documentos adicionais, discussão e interpretação dos dados. No final de cada texto, haverá uma resposta ao questionamento proposto no título da dimensão.

Em seguida, será apresentado um quadro que sintetiza os principais dados obtidos, oferecendo uma visão geral do processo. Após a síntese dos resultados, será apresentada a combinação das dimensões com o objetivo de responder à pergunta central do estudo. Ressalta-se que as análises são respaldadas nas teorias de governança turística e ciclo de políticas públicas.

5.1 Breve explicação das dimensões

A percepção do processo de ranqueamento poderia ser observada por diferentes campos. No entanto, fez-se necessário delimitar o espaço analisado, a fim de obter um estudo norteado e que pudesse se alinhar com conceitos apresentados no início do trabalho. Conforme mencionado anteriormente, o roteiro de entrevista foi criado considerando as principais teorias deste trabalho: Ciclo das Políticas Públicas e Governança Turística. Sendo assim, as perguntas foram voltadas ao entendimento de como essas ideias teóricas são percebidas na realidade, ou seja, em um cenário prático. A seguir, apresenta-se uma breve explicação para as dimensões:

Governança Turística (Hall, 2011; Coutinho; Nóbrega, 2019)

- **Participação** - A governança turística implica na participação de diversos atores, indo além das questões governamentais. Podem participar das decisões agentes privados, do terceiro setor, comunidade local e outros grupos da sociedade civil;

- **Suporte** - O Estado atua como um mediador e facilitador, fornecendo condições para a participação geral (exemplo: suporte financeiro, técnico, infraestrutural, legislativo e etc). Ressalta-se que o suporte também pode ser oferecido por outros atores da governança;
- **Transparência** - Premissa de que todos os atores precisam ter acesso às informações sobre o processo do qual estão inseridos;

Ciclo de Políticas Públicas (Souza, 2006; Pinto, 2008; Rua, 2009 e Secchi, 2016)

- **Reação** - Entendido como a forma com que um problema chama atenção do governo, bem como dos demais atores. Geralmente é o “ponto de partida” para a mudança de processos;
- **Fragilidades** - Definido como pontos fracos de um processo. A identificação dessas vulnerabilidades é crucial para corrigir os problemas e aprimorar a política pública;
- **Sugestões** - Etapa implícita no ciclo das políticas públicas, que pode ser entendida como recomendações para correção de rumos;
- **Avaliação** - Permite verificar se a política pública está cumprindo com seu objetivo central. De acordo com Rua (2009), existem vários tipos de avaliação, como ex-ante, ex-post e avaliação de processos;
- **Impactos** - Compreensão de como a implementação de uma política pública impactou a realidade dos envolvidos no processo.

Desse modo, os resultados para as dimensões podem ser vistos abaixo:

5.1.1 Como participam do processo de ranqueamento?

De acordo com Hall (2011), a governança turística implica a participação de diversos atores em um processo. Participam das decisões agentes privados, do terceiro setor, a comunidade local e grupos da sociedade civil. Com base nessa definição, esta dimensão buscou compreender as principais funções desempenhadas pelas Estâncias Turísticas, bem como os papéis de outros atores envolvidos no processo. Identificaram-se dois grupos principais: os “organizadores”, responsáveis por fazer o ranqueamento acontecer, e os “executores”, representados pelas estâncias turísticas.

Os organizadores incluem instituições como a SETUR, delegada pela Lei Complementar 1.261/15 para organizar o processo de ranqueamento e outras atribuições. A SETUR gerencia e acompanha a plataforma digital do Inventário, avalia documentos provenientes da ALESP, e desenvolve capacitações sobre o ranqueamento. A participação do DADETUR, alocado na SETUR, também é fundamental, pois em conjunto com os engenheiros do CDHU (Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano), orientam, acompanham e fiscalizam os projetos turísticos. Outra instituição importante é a APRECESP, que trabalha em parceria direta com a SETUR, acompanhando e representando as estâncias em feiras e eventos, além de oferecer suporte contínuo.

O trabalho dessas três frentes é crucial para o desenvolvimento das estâncias. Ao longo de quase uma década de vigência da Lei Complementar, observa-se que a SETUR desempenha o papel de principal “organizador” da política pública, enquanto a APRECESP representa as estâncias e o DADE transforma projetos em obras concretas. Segundo Coutinho e Nóbrega (2019), um dos desafios para a implementação da governança turística é o controle estatal sobre as ações, um traço marcante do governo brasileiro. Apesar dos esforços para descentralizar o poder, o trabalho ainda se concentra no estado. No entanto, a APRECESP, cumpre bem seu papel, contrariando a falta de entendimento dos papéis dos atores mencionada por Coutinho e Nóbrega (2019).

Em documentos complementares às entrevistas (vídeos, relatórios e materiais oficiais das prefeituras), outros atores também foram mencionados como o COMTUR-SP, o Tribunal de Contas do Estado de São Paulo (TCU SP), a Secretaria de Cultura e Economia Criativa, a Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo (ALESP) e o SEBRAE. Esses atores participam de formas diretas ou indiretas, mostrando que o sistema de ranqueamento é mais complexo do que aparenta. Isso corrobora as ideias de Hall (2011), que defende a participação de muitos atores na governança turística, o que pode implicar na necessidade de gerenciar conflitos e interesses diversos.

Quanto às estâncias, a participação pode ser verificada por um escopo de trabalho comum: as equipes das secretarias coletam e preenchem a plataforma do Inventário, além de participarem dos treinamentos oferecidos pela SETUR e APRECESP. No entanto, vale destacar que a participação no processo, apesar de ter um papel comum, possui algumas diferenças como Paraibuna, que participou de forma estratégica coletando dados com outras secretarias para atualizar o seu

inventário. Além disso, a secretaria responsável destacou a importância de se ter uma profissional dedicada a esse preenchimento, ainda que sua equipe, assim como Bananal, tenha além da secretaria de turismo, outras pastas.

Logo o representante de Bananal informou que participou do processo, indo à campo coletar informações, mas apontou que o trabalho sofreu por ter apenas uma pessoa responsável pelo preenchimento. Aparecida, assim como Bananal, relatou que sua participação, embora tenha gerado muitos aprendizados, também houve partes difíceis, como a equipe enxuta para coletar informações, participar dos encontros promovidos pela APRECESP e SETUR, além da grande demanda de eventos que a cidade possui em virtude de ser um destino de turismo religioso importante no país.

Em Tupã, a secretária destacou que embora a equipe seja pequena, eles são um corpo técnico formado por turismólogos que estão há muito tempo na gestão pública. Enfatiza que a participação no ranqueamento foi tranquila e estratégica, pois reuniram os critérios que o ranqueamento solicitava e, em conjunto com uma consultoria contratada, coletaram dados que serviram, entre outras coisas, para o ranqueamento. A participação em Ubatuba se diferencia, já que o responsável pelo preenchimento da plataforma, apesar de reconhecer a importância do ranqueamento, destacou as dificuldades enfrentadas no processo, como a solicitação de informações detalhadas dos empreendimentos.

Compreende-se que as estâncias, de alguma forma, estão engajadas no processo, apesar das dificuldades. As atividades relatadas evidenciam desafios comuns, como problemas na coleta de informações e equipes reduzidas, mas também destacam semelhanças, como a presença de turismólogos e o reconhecimento dos benefícios do processo. Estâncias como Bananal e Aparecida, que enfrentam mais desafios, tendem a ocupar posições mais baixas no ranqueamento em comparação a Ubatuba e Paraibuna, que possuem equipes maiores. Isso sugere uma possível relação entre a estrutura organizacional e o desempenho no ranqueamento.

A pesquisa identificou a participação de vários atores, para além dos entrevistados. Trabalham em rede de colaboração, corroborando a importância de redes de governança turística, conforme Hall (2011), Coutinho e Nóbrega (2019). No entanto, apesar dos vários atores questiona-se a participação da comunidade nesse processo, pois pouco se falou sobre como a comunidade se envolveu no ranqueamento. Por fim, a participação das instituições no processo varia em níveis

e intensidades, com cada ator desempenhando um papel crucial. Apesar dos obstáculos, os atores mostraram-se participativos e empenhados.

5.1.2. Como reagem ao processo?

A reação pode ser entendida como a forma com que um problema chama atenção do governo e dos demais atores, sendo um “ponto de partida” para a mudança de processos (Rua, 2009; Secchi, 2016). Esta dimensão serviu para compreender como as instituições enxergam o ranqueamento e como lidaram com o seu surgimento desde a aprovação da Lei Complementar 1.261/15.

A reação ao processo precisa ser medida antes de 2015. Neste cenário, as estâncias estavam em uma posição em que recebiam verbas para melhorias no turismo, mas não havia uma definição clara para esse repasse. O marco pode ser verificado na fala do entrevistado 1:

Acompanhando todo o processo, a Lei 1.261/2015, que criou a questão do ranqueamento, também criou outras coisas importantes. Porque, antes, você tinha um título de estância, recebia pela assembleia legislativa, e, muitas vezes, não era tão caracterizada a questão turística, como a questão do repasse de verba. Então, muitos municípios recebiam essa verba. Não tinha nem um conselho municipal, nem um setor de turismo organizado. Então, isso foi sempre uma discussão, coisa que vários municípios queriam. Durante muitos anos, vários pedidos de municipalidade estância, porque tinha mais a ver com a verba nesse sentido. (Entrevistado 1).

Após a implementação da Lei Complementar 1.261, as estâncias passaram a se preocupar com sua posição e competitividade, adaptando-se à nova realidade, conforme a fala da entrevistada 2:

Então, assim, elas estão se acostumando ao processo, né? Na verdade, nunca houve nenhuma cobrança. Eles receberam um título de estância e pronto. E aí eles foram, todo ano recebiam recurso, iam aplicando em obras, mas aí nem todas as obras eram ligadas à infraestrutura turística. E aí, com o tempo, esse processo foi sendo, claro, melhor trabalhado. A partir da lei 1261 de 2015, aí o cerco foi se fechando, porque daí agora existem duas categorias. As estâncias deixaram de ser plenas e eram os MITs, né? E aí, a cada três anos, você tem uma concorrência. Então, as estâncias pararam e falaram, ‘opa, peraí, agora a gente tem que se cuidar. Porque se a gente não se cuidar, a gente pode perder o título’”(Entrevistada 2).

A execução da lei pode ser enquadrada no ciclo das políticas públicas, pois foi aprovada e efetivamente implementada, materializando-se em ações concretas

(Secchi, 2016). Dessa forma, os envolvidos permaneceram atentos a cada movimentação no processo de ranqueamento.

A análise das entrevistas, permitiu captar as reações dos entrevistados sobre o processo: “[...] houve um período de adaptação, algumas tiveram dificuldades de entender, hoje até acreditar no processo, que, ‘ah, não, isso não vai acontecer, não vou perder o título nunca, não sei o quê” (Entrevistado 1). Ou então: “[...] hoje, como está acontecendo no momento, ele não deixa confortável ninguém, nem Estância, nem MIT” (Entrevistada 8). Essas falas indicam que o ranqueamento é entendido como um processo de adaptação gradual. Para tanto, faz-se necessário compreender que o ciclo estava em fase de implementação no início e a não conformidade com o processo poderia gerar consequências: “[...] depois do primeiro ranqueamento, que houve realmente a perda, houve uma conscientização de que a lei existe, que ela está sendo utilizada de maneira técnica” (Entrevistada 2).

Algumas falas demonstraram reação positiva e engajada. A entrevistada 7, por exemplo, mencionou: “Eu sempre fui a favor [do ranqueamento] porque eu acho que, enquanto a gente não se movimentar [...] o recurso, ele não vai ser tão bem aplicado para que esse retorno aconteça [...]”. Já a entrevistada 3 destacou ações proativas, como buscar informações com outras secretarias do município para preencher a plataforma, além de conversar com o COMTUR e a comunidade sobre o processo, visando sensibilizá-los para a importância do ranqueamento: “[...] no primeiro ciclo as pessoas não tinham tanta noção. Dessa vez, nós fizemos diversas reuniões para levar para as pessoas a importância do engajamento [...]”. Essas falas revelam entusiasmo e proatividade, indicando uma reação positiva ao ranqueamento.

Importante destacar que houveram avaliações com cunho positivo, mas que também apontaram as dificuldades em participar do processo: “[...] como poder [público], eu acho maravilhoso. [...] com o ranqueamento a gente consegue chegar nos desafios que a gente tem que estar enfrentando pra melhorar” (Entrevistada 6). Como exemplo das dificuldades, a entrevistada menciona a falta de apoio que sofreu no processo: “[...] a maior dificuldade do ranqueamento não é nem a população não aceitar, mas é o poder público entender a importância dele” (Entrevistada 6). Outra fala reconhece a importância, mas evidencia algumas ressalvas: “[...] a gente sabe que o processo de ranqueamento é super importante. É um processo que não é simples, é bastante trabalhoso, tivemos dificuldades (entrevistado 9). Essas colocações, apontam para uma reação positiva, porém preocupada.

As dificuldades relatadas evidenciam o personalismo constatado no estudo de Coutinho e Nóbrega (2019). Segundo os autores, essa característica é marcante no governo brasileiro, já que as ações são frequentemente motivadas por interesses pessoais. Quando a população e a gestão pública não consideram um processo importante, tendem a não se engajar. Mesmo quando o processo é considerado interessante, alguns municípios enfrentam dificuldades para trabalhar de maneira eficaz, pois precisam superar essas adversidades antes de poderem aproveitar plenamente o desenvolvimento da atividade.

Embora a reação ao ranqueamento tenha sido, de modo geral, positiva e caracterizada por uma adaptação gradual, observam-se discordâncias entre as estâncias quanto à condução do processo atualmente. No cenário atual, o ranqueamento é um processo homogêneo, que engloba todas as estâncias e MITs credenciados na plataforma Inventário Turístico - aberta aos 645 municípios do estado. Apesar de também reconhecer o ranqueamento como um processo importante “[...] acho muito válido, porque eu acho que acrescenta muito na gente”, o entrevistado 4 demonstrou que se sente prejudicado com o formato atual: “[...] eu acho que ele teria que ser específico para cada região”, explica que após um *workshop* sobre acessibilidade, entendeu que sua cidade poderia não atender a essa adaptação, visto que há muitos patrimônios tombados no município. Finaliza dizendo que a forma como o ranqueamento se apresenta hoje acaba dificultando a participação das cidades menores, impedindo-as de terem “uma pontuação legal no ranqueamento” (Entrevistado 4). A presença de muitos atores no processo, embora seja vantajosa, por promover ampla participação, também apresenta a desvantagem por tornar a conciliação de interesses mais complexa, segundo Coutinho e Nóbrega (2019).

Neste estudo, considera-se apenas a reação de uma parte do grupo envolvido no ranqueamento. No entanto, é necessário entender a reação de um grupo maior de instituições. Embora o processo esteja avançando positivamente, as últimas reuniões de Gestores e Prefeitos, promovidas pela APRECESP, demonstram preocupação e apreensão desses representantes com o ranqueamento. Isso se deve à atualização da Lei Complementar 1.261/15 (agora 1.383/23), que pode tornar o processo ainda mais competitivo. Em vez de três estâncias “caírem”, a nova lei prevê que até oito estâncias possam perder o título (Íntegra da 4ª Reunião de Prefeitos em Atibaia, 2023).

Portanto, apesar da resistência inicial, a reação é positiva e de um sentimento de evolução gradual. Pode-se generalizar os resultados entendendo que por mais que haja algumas diferenças entre as opiniões, o ponto de congruência entre as instituições consiste em reconhecer o processo como importante. Acredita-se que com o passar dos ciclos, o ranqueamento se tornará cada vez mais técnico, qualificado e profissional.

5.1.3 Qual suporte recebem?

A dimensão “suporte” pode ser entendida como o conjunto de apoios, ações e recursos disponibilizados para o desenvolvimento de uma política pública (Souza, 2006; Pinto, 2008; Rua, 2009). Esse conjunto visa auxiliar o desenvolvimento do turismo nas estâncias, com o objetivo de avaliar sua eficácia atual. Neste estudo, o suporte é dividido em duas dimensões: os ofertadores (SETUR, DADETUR e APRECESP) e o grupo dos que recebem o suporte: as estâncias.

No âmbito dos ofertadores, a SETUR promove programas de capacitação para gestores e empreendedores, com o intuito de melhorar a qualidade dos produtos e serviços turísticos. Esses programas contam com parcerias de instituições como SEBRAE e bancos nacionais. A SETUR também disponibiliza a plataforma para cadastramento de áreas com potencial para investimentos turísticos através da INVEST SP (Agência Paulista de Promoção de Investimentos e Competitividade) e possui convênio com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID).

No mesmo sentido, o apoio do DADETUR é fundamental, pois são responsáveis pela gestão de convênios e obras, oferecendo suporte técnico aos municípios, acompanhando relatórios, vistorias e prestação de contas dos projetos financiados pelo FUMTUR. Conforme relatado pela entrevistada 8: "A gente dá um suporte técnico relacionado aos convênios. [...] eles nos procuram também para orientação de alguma adequação que eles tenham que fazer" (Entrevistada 8). A existência de mecanismos de controle para o uso dos recursos do DADETUR, como a exigência de projetos e a prestação de contas, corroboram as visões de Souza (2006), Pinto (2008) e Ruas (2009). Essas autoras destacam a importância da transparência e do *accountability* na gestão de políticas públicas. Em termos simples, *accountability* refere-se à obrigação de prestar contas e de assumir a responsabilidade por ações e decisões.

O suporte oferecido pela APRECESP atua como uma "ponte" entre os secretários de turismo e os prefeitos das estâncias. Periodicamente, são realizadas reuniões com os secretários de turismo para compreender suas demandas e dificuldades. No dia seguinte, essas questões são discutidas em reuniões com os prefeitos das estâncias associadas, além de debaterem assuntos delicados, como a liberação de recursos para os municípios. A APRECESP também participa de feiras para representar os municípios, auxilia na captação de recursos e na interlocução com órgãos governamentais, além de oferecer parcerias estratégicas com instituições como o SENAC (Programa Turismo nas Escolas) e a Plataforma Destinos Turísticos Inteligentes, por exemplo. Em conjunto com a SETUR, promovem capacitações, *workshops* e formações sobre os critérios de ranqueamento e temas de interesse dos gestores de turismo para melhorar a competitividade dos municípios.

No âmbito dos receptores do suporte, destacam-se as estâncias, que em sua maioria avaliam o suporte oferecido de forma positiva. Esse apoio se manifesta de várias maneiras, como evidenciado pela entrevistada 5: “Em uma hora, eu resolvi minhas questões de senha, por exemplo [...] Eu não tenho o que falar da Secretaria, realmente... E olha que eu sou crítica, viu?”. A prestatividade para responder as informações requeridas pelos municípios também é notável: “[...] eu acho que nenhuma prefeitura, ninguém dos 210 municípios turísticos vai poder falar assim que perguntou alguma coisa para o Vanilson e ele não respondeu” (Entrevistada 3). Além disso, há uma atenção para com as demandas solicitadas: “[...] a gente pede para [fazer] alterações na plataforma, as que são cabíveis, eles atendem muito rápido” (Entrevistada 5). As falas destacam a atenção das instituições organizadoras para com as estâncias, interpretada como um esforço para melhor atender aos participantes, corroborando as ideias de Souza (2006), Pinto (2008) e Ruas (2009). Nesse entendimento, o apoio na fase de implementação de uma política pública é fundamental para o seu desenvolvimento.

Vale destacar que tanto a APRECESP quanto a SETUR possuem uma postura muito ativa no trabalho com as estâncias: “o que a gente tem feito por eles é sempre isso. O monitoramento de como eles estão no preenchimento da plataforma” (Entrevistada 2). Assim, as duas partes mantêm um contato muito próximo: “Tudo que a secretaria envia para eles, ela envia para nós. E a gente reforça”. Esse contato impacta positivamente as estâncias, pois em meio a tantas demandas que possuem,

contam com esse acompanhamento: “[...] a gente coloca sempre no grupinho lá assim. ‘Acorda, estância. Acorda que você tem prazo!’” (Entrevistada 2).

No sentido de suporte positivo, a entrevistada 7 destaca a disponibilidade das instituições, confirmando as ações indicadas anteriormente: “Na minha visão, sempre foi disponível. Disponibilizaram todos quantos tipos de capacitação. Tanto que fizeram até um mês a mais de preenchimento da plataforma” (Entrevistada 7). Soma-se ao cenário, a fala da entrevistada 3 que evidencia que para além do suporte técnico e acompanhamento, a participação de outros atores no processo de ranqueamento como os prefeitos, a ALESP e o governador também pode ser entendida como um apoio. Essa observação sugere a existência de muitos interessados no processo, gerando um sentimento de rede em um ambiente que, por vezes, se mostra competitivo. A análise dos tipos de suportes até aqui elencados revela um trabalho conjunto entre os entes públicos e privados, estabelecendo os princípios da Governança Turística em redes, conforme destacado por Hall (2011).

Coutinho e Nóbrega (2019) apontam em seus estudos que a diversidade de atores em um mesmo processo pode gerar conflito de interesses e expectativas. Assim sendo, algumas estâncias avaliam o suporte como bom, porém possuem algumas ressalvas, como é o caso do entrevistado 4 que reconhece a APRECESP como seu principal apoio, mas que sugere a realização de palestras e capacitações regionais, a fim de aprofundar o entendimento sobre o ranqueamento: “[...] pode de ser uma palestra por região [...] falando mais sobre a importância de cada pergunta, tirando as dúvidas nossas do nosso caso”. O entrevistado 4 relata ainda que sente falta de um suporte individualizado e presente: “[...] é a primeira vez que eu estou fazendo. Então, por mais que sejam coisas objetivas ali, mas eu acho que a gente poderia ainda ter uma...Uma presença de ajuda. Uma presença melhor” (Entrevistado 4).

A entrevista 6 revela que recebeu suporte, mas as dificuldades internas do seu município a impediram de aproveitar melhor as atividades oferecidas pela associação “[...] tudo aquilo que eu consegui, por exemplo, eu fui. Se eu não fui mais longe, porque eu tinha que dormir, aí era mais complicado”. Se referindo aos encontros presenciais que muitas vezes precisou faltar, pois não tinha recursos para se manter. Neste ponto, entende-se que a falta de suporte pode ser um obstáculo na participação dos municípios.

O entrevistado 9, que não é associado à APRECESP, relatou que também recebeu apoio para esclarecer dúvidas através da SETUR e, principalmente, pelo Circuito Litoral Norte, já que uma das pessoas dessa instituição estava “mais evoluída nesse processo”. Isso demonstra que, embora o município não estivesse diretamente ligado à APRECESP, existem outras formas de receber auxílio, reforçando a ideia de força na governança e das redes (Hall, 2011; Coutinho; Nóbrega, 2019).

De um modo geral, os municípios sentem-se suportados e destacam a presença da APRECESP e SETUR nos momentos necessários: “[...] qualquer dificuldade que a gente tenha [...] a gente sempre tá amparado pela [...] APRECESP [...] e a própria Secretaria de Turismo” (Entrevistada 3). Nessa mesma linha, o entrevistado 4 diz: “[...] meu braço é forte, é a APRECESP, né? [...] eles ficam à disposição da gente ali”. Ou então a entrevistada 7 que também concorda com esse suporte: “[...] a APRECESP sempre teve disponível, tanto curso que eles oferecem” (Entrevistada 7). Os entrevistados destacam a disponibilidade e a assistência contínua oferecida, seja na resolução de dificuldades ou na oferta de cursos e capacitações. Esse suporte eficiente e acessível é valorizado pelos municípios, contribuindo para um ambiente de confiança e colaboração.

Importante ressaltar que a APRECESP, em especial, se coloca como advogada das estâncias. Entende-se que esse posicionamento é natural para uma instituição que representa as estâncias. No entanto, ao verificar os conteúdos, em especial reuniões disponibilizadas no *youtube*, percebe-se a preocupação da associação em lutar pelos interesses dos municípios. Vide os problemas atuais com o contingenciamento¹⁰ de recursos (o que os impedem de receber verbas do DADE para licitarem e seguirem com as obras de turismo no ano de 2024).

Por fim, o suporte foi avaliado como positivo por grande parte dos entrevistados, embora existam possibilidades de melhoria. Esta dimensão está relacionada à reação, pois, após o impacto inicial com a notícia do ranqueamento, os

¹⁰ O contingenciamento ocorre quando há falta de receitas que comprometem o cumprimento da meta de resultado primário (resultado das contas do governo sem os juros da dívida pública). [https://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2024-07/orcamento-possivelmente-tera-contingenciamento-diz-haddad#:~:text=O%20contingenciamento%20ocorre%20quando%20h%C3%A1,os%20juros%20da%20d%C3%ADvida%20p%C3%ABblica\).](https://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2024-07/orcamento-possivelmente-tera-contingenciamento-diz-haddad#:~:text=O%20contingenciamento%20ocorre%20quando%20h%C3%A1,os%20juros%20da%20d%C3%ADvida%20p%C3%ABblica).)

organizadores do processo procuraram formas de melhorar a transparência das informações. Isso demonstrou um esforço de governança turística para manter todos alinhados com o processo.

5.1.4 Qual avaliação têm do processo?

A avaliação consiste em uma etapa crucial no ciclo das políticas públicas, pois permite verificar se a política está cumprindo seu objetivo central. Por meio das avaliações, pode-se destacar os pontos fortes do processo, identificar áreas para melhorias e propor ajustes que conduzam ao aprimoramento contínuo (Pinto, 2008; Rua, 2009; Secchi, 2016).

Há um consenso de que as instituições veem o ranqueamento como um processo relevante e evolutivo, pois permite melhorias a longo prazo. Algumas falas exemplificam esse entendimento: “[...] o ranqueamento é um processo que proporciona a você se aperfeiçoar ao longo do tempo” (Entrevistado 1); outro entrevistado tem a mesma percepção: “eu acho que o processo, a cada ano, tem se evoluído e se aperfeiçoando cada vez mais” (Entrevistado 9), e a entrevistada 6 também concorda com o quesito relevância: “eu acho que o ranqueamento foi essencial [...]. Não tem aquele privilégio, ‘ah, eu sei mais, eu fico melhor ranqueado do que o outro que tem menos informação” (Entrevistada 6). As entrevistas refletem a importância do ranqueamento em criar uma base justa e transparente, onde todos têm a oportunidade de evoluir e se destacar conforme seu engajamento e entendimento do sistema.

Segundo Rua (2009), uma política pública pode ser avaliada dependendo de alguns fatores. Neste estudo, segue-se a classificação de “avaliação do processo”, significando que se procura pelas fragilidades, gargalos e qualidades da operação. Assim sendo, os entrevistados avaliam o processo de ranqueamento como capaz de trazer mais profissionalismo e tecnicidade para todos os envolvidos: “a gente aqui do departamento sente que é uma forma de fazer o município trabalhar melhor, ter mais seriedade na produção” (Entrevistada 8). E nos dizeres da entrevistada 3: “[...] é uma métrica também para ver quanto você avançou [...] porque isso dá uma dimensão do nosso crescimento, do nosso avanço”. A resposta da entrevistada 3 possui uma reflexão interessante: o uso do ranqueamento como métrica de desempenho para acompanhar a evolução do trabalho das secretarias e o desenvolvimento do turismo. Sugere-se que os organizadores do ranqueamento, em especial a SETUR, possam

estudar esse movimento de evolução, para entender o progresso dos ciclos de forma a melhorá-lo.

Além disso, alguns respondentes destacaram a boa usabilidade da plataforma: “[...] na minha opinião, não achei o design dele difícil de lidar” (Entrevistado 9). A entrevistada 5 também avaliou: “É melhor até que o SISMAPA”, referindo-se ao uso da plataforma no cotidiano de trabalho. Ademais, a tarefa de abastecer a plataforma do Inventário é encarada como um grande desenho da realidade nos municípios: “[...] é um banco de dados gigante, fantástico. Se você conseguir flexibilizar e organizar esse banco de dados, você consegue ter várias ações” (Entrevistada 7). No entanto, documentos adicionais apontam algumas fragilidades no processo de ranqueamento, gerando inseguranças, críticas e questionamentos por parte dos gestores municipais. Por exemplo, a plataforma do Inventário, anteriormente bem avaliada, é considerada pelos prefeitos como um dos principais problemas, sendo instável e dificultosa na inserção de informações, conforme observado na 2ª Reunião das Prefeituras Estância da APRECESP em Olímpia¹¹.

Os entrevistados entendem que o ranqueamento trata-se de um ciclo de mudanças contínuas. Um exemplo é a forma de condução do processo, que inicialmente possuía um formato e, com o passar do tempo, entendeu-se que mudanças precisavam ser feitas: “Eu entendo que depois do ranqueamento de 2021, tivemos muitas críticas pela forma como aconteceu” (Entrevistada 8). Conforme observado na dimensão “suporte”, no primeiro ranqueamento os processos ainda estavam em fase de implementação e buscava-se entender como funcionariam na prática. A fala do entrevistado 1 demonstra: “o formato que fizemos a pergunta no primeiro ranqueamento não deu uma nota adequada, quando se referia a algumas particularidades do turismo no estado”. Ou seja, o processo mostra-se em mudança, deixando de ser caracterizado como quantitativo e incerto, passando para um processo que requer mais qualidade nas informações.

Segundo a entrevistada 8: “a questão da plataforma, dos critérios, a situação dos municípios [...] entendo que hoje o ranqueamento está melhor estruturado”

¹¹ De acordo com vídeo disponibilizado no canal da APRECESP: 2ª Reunião das Prefeituras Estância da APRECESP em Olímpia, realizada em 29/06/2024. <https://www.youtube.com/watch?v=5SUAeY-G2ho>

(Entrevistada 8), mostra o caráter de aprimoramento que pode ocorrer a cada ciclo do processo. Ou seja, uma avaliação é feita continuamente e de forma não isolada. Essa observação corrobora com Rua (2009), pois argumenta que a avaliação não deve se restringir a uma análise pontual, mas sim, integrar todas as etapas do ciclo, desde a formulação até a implementação da política.

Em várias falas, as avaliações identificadas se transformam em fragilidades do processo. A entrevistada 2 relata sobre a falta de dados confiáveis para inserção na plataforma Inventário. Exemplifica a dificuldade de dimensionar o fluxo turístico nos municípios, já que não há uma padronização dessas informações nos planos de turismo municipais: “[...] no fluxo, é muito difícil o município ter uma ferramenta eficaz de controle do fluxo [...]”. ‘Ah, tem um evento. Consigo mensurar quantas pessoas estiveram aqui?’ Então, quando você fala de fluxo doméstico, eles não têm muita ferramenta para mensurar” (Entrevistada 2). Essa carência de dados padronizados pode comprometer a eficácia do ranqueamento.

Nesse sentido, o entrevistado 4 mostra preocupação com a forma como o ranqueamento é tratado atualmente. Na sua visão, o ranqueamento generalizado desconsidera as particularidades dos municípios: “Então, é o que eu falei. Acho que pode ser mudado por região. Porque o ranqueamento, pelo que vi, é igual para todos. E aí minha cidade, por ser tombada, tem algumas dificuldades a mais” (Entrevistado 4). Essa visão se opõe à entrevistada 6 que acredita que o ranqueamento torna todos os municípios iguais na prestação das informações: “ambos têm que correr atrás das mesmas informações” (Entrevistada 6). Essas visões divergentes revelam que, mesmo em um pequeno grupo, existem opiniões e interesses contrastantes, destacando a complexidade e os desafios de implementar um sistema que atenda a diversas necessidades e contextos.

De acordo com Secchi (2016) e Rua (2009), é fundamental compreender o objetivo da política pública durante a avaliação. No caso do ranqueamento, o objetivo está no desenvolvimento do turismo, a geração de emprego e renda, e a melhoria da infraestrutura dos destinos. Uma avaliação correta exige clareza de propósito. Observa-se que as instituições possuem diversas ideias e opiniões sobre o processo, mas parecem não ter um espaço para comunicá-las. Isso indica uma possível necessidade de diálogo para alinhar expectativas. Nesse contexto, o ato de avaliar torna-se crucial para determinar o rumo que o ranqueamento seguirá.

De forma geral, o processo de ranqueamento é avaliado como uma atividade em evolução, com muitas oportunidades de melhoria. A fala da entrevistada 2 resume o entendimento evolutivo do processo:

“[...] então essas observações não são nem críticas, são observações ao ranqueamento que vai evoluindo. No primeiro, teve alguns problemas; agora no segundo, ele já melhorou. Para o próximo, já temos uma listinha de coisas para entrar, então o terceiro ranqueamento já vai ser melhor. E aí a secretaria vai se adequando [...]. Vai evoluindo” (Entrevistada 2).

Embora reconheçam avanços e melhorias em relação ao ciclo anterior, os entrevistados apontam a existência de oportunidades para ajustar alguns pontos que serão melhor detalhados na dimensão de “fragilidades”. No mais, observa-se que existe um sério respeito e comprometimento dos atores pelo processo.

5.1.5 Quais fragilidades identificadas?

A identificação das fragilidades no ciclo das Políticas Públicas é fundamental para o seu aprimoramento. A análise crítica das vulnerabilidades é essencial para corrigir problemas e formular estratégias mais eficazes. Em vista disso, o tópico em questão objetiva compreender quais fragilidades do processo foram indicadas pelas instituições. Faz-se necessário, antes de tudo, compreender que as fragilidades são vistas, neste estudo, sob três grupos: fragilidades na estrutura geral, em pontos específicos do processo e nas limitações dos municípios.

A primeira fragilidade destacada é estrutural, relacionada à discrepância na pontuação do ranqueamento. A entrevistada 2 relatou que a pontuação atribuída ao Conselho Municipal de Turismo (COMTUR) é considerada excessiva e não necessariamente reflete a qualidade do turismo no município:

O que a lei 1261 exige? Que tenha os quatro representantes do poder público, educação, cultura, meio ambiente e turismo, separados, não pode ser junto, tem que ser separado. O COMTUR tem que ser deliberativo, isso aí, ele exige, e tem a composição da sociedade civil da iniciativa privada. Então, essas três coisas são exigidas pela lei 1.261. Agora, um terço, dois terços e o presidente da iniciativa privada são sugestões, entendeu? Só que isso é pontuado e pontuado alto no ranqueamento. Então, essa foi uma divergência da gente com o Jarbas ali na hora do COMTUR. E aí, o plano diretor de turismo estava com uma pontuação baixa e o COMTUR com uma pontuação altíssima. [...] plano diretor é o mais importante de tudo, porque aí você tem tudo ali, você tem o diagnóstico, tem o prognóstico, tem as suas ações, tem as suas metas, tem as suas responsabilidades, você tem o financeiro, onde você vai pegar, você vai fazer, aquilo é o dia a dia de trabalho. Agora, os

conselhos municipais, a lei 1.261 de 2015, ela deu um poder muito grande pra eles, mas nem todos, ou a maioria, não está preparado para tanto (Entrevistada 2).

Essa fala destaca a importância que o COMTUR recebeu no ranqueamento, ao contrário do Plano Diretor, que guia o trabalho nos municípios. A discrepância nesse critério pode prejudicar a participação dos municípios no processo. A entrevistada 2 também mencionou: “[...] vale mais eu ter o presidente da iniciativa privada, ter um terço, dois terços, do que eu trabalhar bem, do que o meu conjunto trabalhar bem [...]”. Essa fala sugere que, apesar de todo o trabalho desempenhado pelas secretarias, no final, a composição do COMTUR importará mais para o ranqueamento, o que pode ser injusto com os municípios e se mostra como um fator a ser revisto.

Conforme sinalizado na avaliação das dimensões anteriores, outro ponto de fragilidade geral reside na forma como o ranqueamento é realizado atualmente. Segundo o entrevistado 4, pode prejudicar o desempenho de alguns municípios e defende que o processo seja adaptado por região, considerando as particularidades de cada área: “[...] ontem mesmo eu estava em São Paulo sobre um *workshop* sobre acessibilidade [...]. A minha cidade, por exemplo, é uma cidade tombada. E eles querem colocar isso cada vez mais presente no ranqueamento”. Essa fala demonstra um sentimento de desvantagem que pode ser reforçado no trecho: “Eu não posso mexer no meu paralelepípedo. Então, para mim, vai ser uma desvantagem” (Entrevistado 4).

Essas duas fragilidades corroboram os estudos de Coutinho e Nóbrega (2019), que argumentam que, na governança turística brasileira, há dificuldades em alcançar consenso devido à diversidade de poderes envolvidos. Isso significa que, dentro de um mesmo processo, algumas características podem não agradar a todos. No entanto, isso não significa que devam ser ignoradas para se chegar a um consenso. Pelo contrário, é necessário debater essas fragilidades para encontrar maneiras de superá-las.

Por sua vez, a entrevistada 3 apontou como fragilidade geral a incerteza e falta de clareza na comunicação. A disseminação de informações desencontradas pode acarretar insegurança aos municípios: “[...] precisa de antecedência nas normativas, sabe? A normativa é essa, essa e essa, esse é o cronograma e é assim, pronto” (Entrevistada 3). Embora tenham sido tomadas medidas que representaram um “grande avanço” do primeiro para o segundo ranqueamento, há necessidade de

melhorar a comunicação oficial sobre o processo. Documentos adicionais também apontam a falta de comunicação entre atores como a Secretaria de Turismo, o Conselho de Turismo e a CDHU, o que gera atrasos e dificuldades na execução de projetos.

No segundo grupo de fragilidades, notaram-se àquelas específicas do processo. Quando iniciaram as avaliações do primeiro ranqueamento, os entrevistados 1 e 2 perceberam a falta de dados precisos e confiáveis sobre o fluxo turístico, o que pode impactar a pontuação do município. Sobre a maior fragilidade interna identificada, o fluxo turístico, o entrevistado 1 relata que essa informação é mais difícil de tê-la qualificada. Segue seu relato destacando que, apesar da importância deste item, o peso do fluxo turístico no ranqueamento ainda não é o ideal.

A entrevistada 2 explica que a Plataforma do Inventário busca dados do Ministério do Turismo, mas como está desatualizada, o GAMT criou uma forma de compensar, paliativamente no 2º ciclo, a questão do fluxo com o critério de “excepcionalidade”. O grupo técnico analisou e atribuiu um valor maior aos atrativos que geram fluxo, como a Basílica de Nossa Senhora Aparecida e a Feira de Embu das Artes, pois: “ [...] é justamente para tentar compensar essa fragilidade do fluxo que ela representa e não deixá-la apenas como mais um empreendimento ou apenas um evento como os demais” (Entrevistado 1). Ou seja, a atribuição de pontos para municípios com excepcionalidades pode ajudar a dimensionar o fluxo turístico momentaneamente. Essa ação pode ser interpretada como uma forma de equilibrar o ranqueamento com os recursos que têm disponíveis.

Além do critério fluxo turístico, destaca-se como fragilidade interna a falta de clareza na pontuação. A entrevistada 7 argumenta que não se leva em consideração o número de habitantes do município, o que pode gerar distorções na avaliação: “como você relaciona uma pontuação numa cidade que tem 65 mil habitantes com uma cidade que tem 300 mil habitantes ou que tem um milhão de habitantes? Então, isso pra mim não está claro lá [...]” (Entrevistada 7). Diz entender que na hora da avaliação, o grupo técnico tem discernimento para comparar itens diferentes, mas que mesmo assim, os critérios de pontuação ainda são confusos no seu entendimento.

Em adição ao exposto, na reunião ocorrida em Atibaia, tanto o Presidente da APRECESP quanto o Deputado Edmir Chedid expressaram apreensão sobre a lei de ranqueamento, enfatizando a necessidade de critérios claros e objetivos. Eles criticaram a falta de comunicação e transparência na definição dos critérios,

apontando que a aprovação da lei ocorreu sem o devido diálogo com os municípios, gerando surpresas e incertezas. O deputado utilizou a analogia de um "problema do computador" para ilustrar a perda de informações prestadas pelos municípios, destacando a urgência de estabelecer diretrizes claras para um processo justo e eficiente (Íntegra da 4ª Reunião de Prefeitos em Atibaia).

A terceira dimensão da fragilidade reside nas limitações dos municípios, marcadas por problemas internos que podem prejudicar a participação desses no ranqueamento. Um exemplo é a falta de equipe técnica para realizar a coleta dos dados, como relata a entrevistada 6: “[...] a gente não [está] conseguindo assim, colocar mais informações, porque realmente não tem gente para acumular os dados por ser uma equipe pequena” (Entrevistada 6). Destaca ainda que a cidade concentra muitos eventos e precisa se dividir entre todas as demandas. A entrevistada 6 diz que chegou a levar o computador para casa para terminar o preenchimento da plataforma, evidenciando a sobrecarga de trabalho das secretarias. Nesse contexto, a entrevistada 8 também observa: “[...] os municípios, às vezes, têm uma equipe técnica muito pequena. Então, às vezes, é um engenheiro para acompanhar, além das obras do DADE, outros convênios que as cidades têm”.

Somados ao problema de equipe pequena, os entrevistados relatam dificuldades em coletar informações junto aos diferentes atores do setor turístico, como hotéis, atrativos e outras secretarias municipais. Muitos proprietários de estabelecimentos são resistentes em prestar informações, temendo cobrança de dívidas com a União ou aumento dos impostos. O entrevistado 9 deu um exemplo com as marinas do segmento náutico, destacando que o ranqueamento solicita questões detalhadas: “[...] a marina tem que passar além das informações da empresa, de como ela atua [...] quantas embarcações, quantas vagas molhadas, se ela tem vagas molhadas ou não”. E finaliza dizendo que “existe uma certa dificuldade dessas empresas passarem essas informações detalhadas” (entrevistado 9). Esses pontos como equipe enxuta, sobrecarga de trabalho, dificuldades de coletar dados, evidenciam a necessidade de considerar os obstáculos dos municípios, uma vez que o desempenho no ranqueamento depende de uma variedade de fatores.

Outro ponto levantado diz respeito às preocupações com a instabilidade na política e frequentes mudanças de gestão, conforme observado pela entrevistada 3: “[...] o que talvez preocupe um pouco, seja porque é um ano de eleição, é um ano de muita ebulição nos municípios, né [...]”. O entrevistado 1 complementou o

pensamento, destacando que a instabilidade política é um desafio para a continuidade do trabalho e para a manutenção da qualidade técnica, pois "sempre tem pessoas novas que estão começando o trabalho e, às vezes, pegam o processo no meio". Além disso, na reunião de Atibaia¹² e Águas de São Pedro¹³ é possível verificar a preocupação dos gestores com a influência de fatores políticos no processo, corroborando com os estudos de Coutinho e Nóbrega (2019), acerca do "personalismo", em que alguns atores priorizam interesses individuais em detrimento do bem comum.

Ainda no que tange aos problemas internos, a entrevistada 8 relatou a falta de capacidade técnica de alguns municípios para acompanhar os convênios, o que pode resultar em problemas na licitação e na execução de projetos. Em muitos municípios, podem surgir problemas com empresas que ganham licitações e abandonam os projetos devido à falta de capacidade para comandar as obras. Destaca ainda que muitas prefeituras não têm pessoal para desenvolver objetos turísticos diferenciados e muito menos para planejarem o uso do recurso: "Em 2024, a gente não tem que estar pensando no objeto de 2024. Em 2024, a gente tem que estar pensando no objeto de 2025". Ou seja, os desafios acabam sendo de "ótica do município" (Entrevistada 8).

A última fragilidade apontada reside na verificação *in loco* das informações prestadas pelos municípios. Embora haja um movimento do GAMT, para selecionar no segundo ciclo, alguns destinos para checagem de informações, este ponto foi citado várias vezes nas entrevistas. Segundo a respondente 5, a falta de verificação *in loco* faz com que o processo dependa da confiança nas informações fornecidas, o que pode comprometer a credibilidade do ranqueamento.

Portanto, as fragilidades apontadas pelos entrevistados revelam muitos obstáculos a serem superados no processo de ranqueamento como falta de informações confiáveis, aprimoramento de critérios, ausência de personalização do ranqueamento, comunicação, instabilidade política e questões de ordem municipal.

¹² Íntegra da 4ª Reunião de Prefeitos em Atibaia, realizada em 19/08/2023.

¹³ 4ª Reunião de Gestores de Turismo da APRECESP em Águas de São Pedro - 01/12/2023

Esses obstáculos precisam ter um redirecionamento para garantir a eficácia do processo.

5.1.6 As instituições consideram o processo transparente?

Segundo Hall (2011), o processo de governança turística envolve a transparência. Neste contexto, todos os atores precisam ter acesso às informações sobre o processo do qual estão inseridos. Sendo assim, a dimensão da transparência neste trabalho serve para compreender qual o nível de informação e acesso que os entrevistados possuem sobre os ciclos de ranqueamento. Este tópico objetiva apresentar dados que respondam à seguinte questão: as instituições consideram o processo transparente?

As análises das fontes revelam que a percepção das estâncias turísticas sobre a transparência do processo é predominantemente positiva, com a maioria considerando o sistema atual mais transparente do que o primeiro ciclo implementado em 2021, como pode ser visto na fala do entrevistado 1: “[...] daquele primeiro ranqueamento, a grande dificuldade dos municípios, a grande queixa foi que não teve transparência [...]”. O entrevistado seguiu com o relato de que no primeiro ciclo, os critérios foram publicados após o fechamento da plataforma, o que gerou insatisfação de alguns municípios sobre a forma de condução do ranqueamento. Essa avaliação, feita durante o processo, foi importante para redefinir alguns pontos, divulgar as resoluções e lançar a matriz de pontuação com antecedência: “hoje a gente sabe exatamente o que vai pontuar dentro do conjunto dos critérios” (Entrevistado 1).

A entrevistada 2 concorda com o posicionamento de maior transparência relatado pelo entrevistado anterior: “Esse segundo processo de ranqueamento, ele está mais transparente que o primeiro. Ele já evoluiu” (Entrevistada 2). A entrevistada 3 atribui à transparência o avanço técnico que o processo de ranqueamento parece alcançar: “O que eu vejo é um avanço, né? Maior tecnicidade nesse processo e [...] a informação chega para todo mundo, porque todo município pode participar do ranqueamento” (Entrevistada 3). Após o primeiro ciclo do ranqueamento, em 08 de março de 2024, publicaram uma resolução com todos os critérios de pontuação antes do fechamento oficial da plataforma, ocorrida em junho do mesmo ano.

Novas falas demonstram que as estâncias reconhecem a evolução do processo em termos de transparência, especialmente em comparação com o primeiro ranqueamento. A principal mudança apontada foi a publicação prévia de uma

resolução detalhada com todos os critérios e pontuações, como pode ser confirmado pelo entrevistado 4: “[...] eles mandam para a gente a pontuação de cada pergunta, de cada resposta que a gente tem”. E segue seu relato: “Você tem um turismólogo, isso vale um ponto. Você tem pesqueiro, quantos pesqueiros você tem? Isso te mostra uma transparência [...]”. Segundo o entrevistado “ [...] ao mesmo tempo eles estão te ajudando, estão preocupados mostrando a realidade [...]” (Entrevistado 4). Nesse sentido, a realidade pode ser interpretada como a possibilidade dos municípios compreenderem a sua participação de forma clara e objetiva. O que sugere um esforço dos organizadores em promover a igualdade de acesso à informação entre as estâncias.

O acesso às informações sobre o ranqueamento, é percebido como “facilitado” tanto por meio da plataforma digital quanto pela comunicação direta com a SETUR e a APRECESP. “Eu já acompanho as ações da Secretaria há muitos anos, há 16 anos e eu nunca vi tão, de forma tão transparente e acompanhando a tecnologia” (Entrevistada 5). A realização de capacitações e *workshops* também são mencionadas como fatores que contribuem para a transparência, permitindo que os gestores municipais tirem dúvidas e compreendam melhor o funcionamento do processo: “[...] todo mundo tem acesso. A gente fez divulgação, as capacitações e também a gente tem uma parceria muito forte com a [...] APRECESP [...]”, diz o entrevistado 1. A entrevistada 2 integra a equipe que se dispõe a auxiliar as estâncias: “[...] essas capacitações [...] Elas são transparentes e nos ajudam, porque a gente tá ali, com a cara a tapa pra responder” (Entrevistada 2).

A percepção de que os canais de comunicação com a SETUR e APRECESP estão abertos para o esclarecimento de dúvidas também contribui para a sensação de transparência. Um exemplo está na fala da entrevistada 2: “[...] ontem eu passei o dia inteiro respondendo as dúvidas deles no grupo de *WhatsApp*. [...] a gente faz todo esse suporte técnico para poder ajudá-los” (Entrevistada 2). Isso demonstra abertura para interação por vários meios.

O entrevistado 1 mencionou que a SETUR disponibilizou um formulário aberto ao público para sugestões de critérios para o próximo ranqueamento (2º ciclo de 2024): “[...] não só os municípios, mas toda a sociedade pode sugerir”. Ele seguiu relatando que pretendem incentivar essa coleta de sugestões, pois podem “pensar naquele critério que foi sugerido para um próximo [...] ranqueamento”. Assim, a transparência se concretiza através de mecanismos que possibilitam a participação

cidadã e o controle sobre as políticas públicas (Souza, 2006; Pinto, 2008; Ruas, 2009). Essa ação, ainda que de forma tímida, pode ser vista como uma forma de incitar a participação, permitindo que outros indivíduos também contribuam para o processo.

Além disso, a disponibilidade da APRECESP e SETUR para atender as demandas dos municípios é vista como um ponto positivo para a transparência, demonstrando a preocupação em oferecer suporte e orientação durante o processo: “Ele é uma pessoa acessível, a gente manda mensagem e ele responde na hora [...]” (Entrevistada 5). Nesse ínterim, a entrevistada 2 relatou sobre o acompanhamento recorrente que presta às estâncias: “[...] Então já coloquei lá: ‘Atenção, e-mail enviado dia tal da secretaria sobre plataforma de ranqueamento’. Então eles já ficam espertos” (Entrevistada 2). Ambas as falas demonstram a atenção no atendimento recebido e prestado, como um esforço de buscar a cooperação desejada na Governança Turística (Hall, 2011). Por outro lado, percebe-se a concentração das atividades em dois polos: SETUR e APRECESP.

Em consulta aos materiais disponíveis, identificou-se que a questão da transparência no processo de ranqueamento é um ponto sensível para os gestores municipais, conforme visto nas reuniões realizadas e disponibilizadas pela APRECESP. Os gestores questionam a clareza dos critérios de avaliação e a objetividade do processo, temendo que fatores políticos ou subjetivos influenciam os resultados (Reuniões de São Roque/23 e Olímpia/24). Em diversas falas, prefeitos e secretários de turismo demonstram desconfiança em relação à imparcialidade da avaliação, argumentando que as regras do jogo não são claras e que as informações sobre o processo não são divulgadas de forma transparente. Conforme mencionado na 5ª Reunião de Prefeituras da APRECESP em Brotas (2023), a falta de transparência é apontada como um fator que gera insegurança e prejudica a confiança dos municípios no processo de ranqueamento.

Conforme defendem Coutinho e Nóbrega (2019) a transparência deve permear todas as etapas do ciclo de políticas públicas para garantir legitimidade, eficácia e responsividade. A SETUR-SP e a APRECESP têm oferecido inúmeras capacitações para os envolvidos no processo, abordando critérios e a plataforma do inventário. Mesmo assim, a desconfiança persiste, especialmente entre os prefeitos que veem o ranqueamento como mais político do que técnico. Esse embate de percepções indica que, apesar dos avanços em transparência e capacitação, há muito a ser feito para

alinhar a comunicação entre esses atores e reforçar a confiança no processo, garantindo que os interesses coletivos prevaleçam sobre interesses individuais.

5.1.7 Quais são as sugestões de aprimoramento dadas ao processo?

As sugestões de aprimoramento, apontadas pelos entrevistados, visam melhorar o processo de ranqueamento. Esta etapa, implícita no ciclo das políticas públicas, pode ser entendida como recomendações para correção de rumos (Ruas, 2009; Secchi, 2016). O propósito deste texto é levantar contribuições para responder à questão: quais foram as sugestões dadas para o processo? Serão apenas citadas as ideias destacadas pelos entrevistados e não a proposição de novas sugestões.

Entre os desafios apontados no processo de ranqueamento, o dimensionamento do fluxo turístico é um dos mais marcantes. Por não haver uma metodologia padronizada de coleta de informações entre os municípios, este critério, até o momento, teve sua nota diminuída em comparação a outros quesitos. No entanto, para coletar dados sobre o fluxo, os entrevistados 1 e 2 propuseram a utilização de ferramentas digitais para analisar o desempenho das redes sociais: “[...] a gente pede sempre para ter o Instagram do turismo do município [...] isso ajuda a qualificar a informação, tanto da questão do fluxo [...] como dos principais atrativos que constam ali, né?” (Entrevistado 1). Segundo o entrevistado, essa é uma forma de melhorar o critério de excepcionalidade, pois será possível identificar os principais atrativos dos municípios: “é óbvio que vai ser mais indicada sobre a Basílica [de Aparecida] do que a capelinha do distrito rural do município” (Entrevistado 1).

A entrevistada 2 relembra que atualmente o *instagram* contempla apenas o fator “engajamento” das redes sociais, sendo importante explorarem nos próximos ciclos de ranqueamento a maior presença das redes. Essa sugestão é relevante visto que existem várias formas de acessar a tecnologia e até mesmo o uso da Inteligência Artificial nos tempos atuais. Para tanto, sugere-se fazer parcerias com outros institutos e mesmo a academia para desenvolver melhor essa sugestão.

Seguindo a ideia de construção de processos colaborativos, a entrevistada 2 apresentou como sugestão de melhoria ações que visem a valorização da opinião de outros profissionais com a convocação de “mais cabeças pensantes” no processo: “[...] às vezes, você tá num processo que você já viu tanto aquilo ali, já leu tanto aquilo ali, já incluiu tanto, que você fala: nossa, não tem mais nada! Aí vem alguém, cai de paraquedas e fala, ‘olha, seria legal fazer isso’” (Entrevistada 2). Apesar da sugestão,

percebe-se que há falta de integração entre a academia e o “mundo real” do trabalho, conforme apontado nos estudos de Herzer *et. al* (2020). Essa conexão poderia enriquecer as avaliações e trazer melhorias teóricas aplicáveis à prática cotidiana.

A existência de pessoas que colaborem com novas ideias, é uma forma de delegar funções, ao permitir que olhar dos organizadores do processo (SETUR, GAMT) se voltem para outras ações que possuam mais impactos no ranqueamento. Dessa forma, a entrevistada 2 sugere a premiação, por meio do aumento de pontos, para iniciativas que visem o desenvolvimento do turismo: “Então, são coisas assim, ações que os próprios municípios fazem em prol do desenvolvimento do turismo [...] que não estão pontuadas ali”. Cita como exemplo de ações, práticas que gerem renda para a comunidade, que valorizem o turismo de base comunitária ou que demonstrem um trabalho conjunto entre as cidades. Segundo a entrevistada a ideia é valorizar “ações do turismo de verdade”. Nesse sentido acredita que: “ [...] assim, você consegue dar mais pontuação para o município, por quê? Porque ele está fazendo turismo” (Entrevistada 2).

As entrevistadas 3 e 5 sugeriram a inserção de imagens dos municípios na plataforma Inventário Paulista: “[...] eu entendo também como importante, é a possibilidade de você colocar imagens (Entrevistada 3). Porque todo inventário que você faz é feito em imagens e a plataforma não tem” (Entrevistada 5). Outro ponto sugerido é a inserção de mapas e roteiros: “Eu sugeri que pudéssemos adicionar mapas. Porque, através do mapa, você consegue entender o quanto aquele atrativo contempla. Quantos empreendimentos estão dentro daquela rota”. De forma implícita, a sugestão de inserir mapas, roteiros e imagens mostra a necessidade de comprovar a veracidade de uma informação dada pelo município e destacar a existência e o impacto que o atrativo causa no entorno.

Um dos organizadores do processo destacou que não é possível inserir imagens na plataforma devido ao aumento da carga no sistema, tornando o trabalho inviável. No entanto, a sugestão foi mantida, pois a plataforma com esses atributos pode ser usada para trabalhar com informações qualificadas e estudar indicadores que proporcionem um entendimento mais profundo das necessidades dos municípios, permitindo explorar a viabilidade de um ranqueamento regionalizado, por exemplo. As sugestões de aprimoramento apresentadas até agora representam a modernização e otimização do processo de ranqueamento através da digitalização, participação e

visualização dos dados, o que possibilita a obtenção de uma avaliação mais precisa e completa das práticas turísticas dos municípios.

Outro grupo de ações se destacou ao considerar as dificuldades enfrentadas pelos municípios, buscando garantir que o processo seja mais justo e representativo, levando em conta as particularidades de cada destino e a participação de diversos atores, valorizando a diversidade e a sustentabilidade do turismo. Nesse contexto, a entrevistada 6 sugeriu flexibilizar os prazos de preenchimento da plataforma para equipes menores ou proporcionar um acompanhamento individualizado das realidades de cada localidade.

Essas sugestões partem do princípio de que muitas secretarias enfrentam dificuldades internas que prejudicam seu desempenho no ranqueamento. Um exemplo marcante são as equipes pequenas que precisam se desdobrar para atender a todas as demandas de trabalho: “[...] se a secretaria é muito pequena, daria um prazo um pouquinho maior, para a gente poder conseguir responder [...]”. Reconhece que o prazo para inserção dos dados na plataforma é suficiente quando se tem equipe para isso. E em seguida solicita: “[...] eu acho assim, olhar cada caso, de repente, não é questão de um prazo maior, mas verificar, acompanhar na medida do possível” (Entrevistada 6). Essa sugestão permitiria que secretarias com equipes pequenas (como é o caso da entrevistada 6 e do entrevistado 4) pudessem se organizar para coletar os dados sem comprometer outras atividades. Além disso, subentende-se a necessidade de verificação *in loco* para compreender a realidade das secretarias.

A entrevistada 7 destacou uma outra perspectiva importante sobre o ranqueamento: a clareza na definição dos critérios apresentados na plataforma. Apontou que há uma dificuldade em entender exatamente o que se espera das perguntas: “Eu acho que o ranqueamento ainda não fica claro com algumas coisas. Então, as pessoas se confundem muito, as pessoas duplicam a informação”. Atribui essa confusão à falta de legenda, pois sem uma definição exata do que é para ser considerado em determinada parte da plataforma, pode ocorrer de duplicarem informações: “Não tem nenhum momento que um exclui o outro, e se duplica pela soma. Então, vamos errar pela soma. Então, isso eu acho confuso”. Além disso, destaca que é necessário separar: “o que é atrativo, o que é oferta, o que é infraestrutura” (Entrevistada 7).

De forma implícita, o entrevistado 9 pode ser um exemplo do tipo de preenchimento demonstrado pela entrevistada 7: “[...] a gente teve que ir

desmembrando ali no ranqueamento. Colocava isso em tal chave, colocava aquilo em outra chave e meio que desmembrou”. Isso pressupõe um não entendimento exato do que deveria ser considerado naquela seção ou que falta a abertura de novos segmentos na plataforma. Inclusive, essa é a sugestão do entrevistado 9: atualizar periodicamente o ranqueamento para incluir atrações e tendências do mercado turístico: “O turismo é bastante dinâmico, né? A gente, a cada ano, vai descobrindo novas atratividades no município” (Entrevistado 9). Cita como exemplo de dinamismo, a observação de cetáceos (baleias).

Com isso, o entrevistado 9 deixa subentendido que é necessário ter uma flexibilização de critérios para incluir atividades que não se encaixam em eixos tradicionais: “Eu não sei se eles vão fazer cada ano essa atualização, mas acho que é cada dois ou quatro anos adquirir essas novas tendências do mercado turístico e a gente alimentar cada vez mais” (Entrevistado 9). Embora sugira a atualização da plataforma a cada dois ou quatro anos, poderia haver espaço para inserção de “tendências no turismo municipal” ou “novidades”. Dessa forma, o estado poderia descobrir a existência dessas inovações no turismo sem precisar adaptar a plataforma para cada nova tendência que surgir.

Ao longo desta dimensão, foram sugeridas ideias nos campos de digitalização, participação e clareza. A entrevistada 5 chamou atenção para a necessidade de valorização do trabalho dos turismólogos, sugerindo que a APRECESP e a SETUR garantam a obrigatoriedade do preenchimento dos dados por esses profissionais. Ela argumentou que, assim como se contrata um engenheiro para construir uma casa ou um dentista para cuidar dos dentes, o turismo também necessita de profissionais qualificados: “Eu acho que é impossível uma estância turística manter a estância turística com um processo de equidade, de sustentabilidade sem o profissional adequado” (Entrevistada 5). Essa sugestão reflete a percepção de amadorismo em algumas reuniões, presenciais ou *online*, o que, segundo ela, torna as discussões menos produtivas, pois esbarram em pontos muito básicos.

Além disso, a proposta de criar um ranqueamento regionalizado ou estratificado emergiu nas dimensões de “reação”, “avaliação” e “fragilidades”. O entrevistado 4 justifica que cada região tem o seu público e suas dificuldades e demonstra sua preocupação com o formato atual: “[...] vai ficar sendo sempre desconfortável. [...] o litoral tem a praia. Então, ele tem uma pontuação. Eu tenho a serra. Eu tenho uma outra pontuação. Então, assim, eu acho que não poderia ser igual para todos”

(Entrevistado 4). Dessa forma, sugere que o sistema de ranqueamento deve ser adaptado para considerar as características e necessidades específicas de cada região, evitando uma abordagem única para todos os municípios. Apesar de ser uma ideia diferenciada, o tópico requer um estudo aprofundado para compreender a viabilidade e o impacto que teria na lei complementar e na realidade dos municípios.

Por fim, como resposta à questão, as sugestões dadas para aprimoramento do ranqueamento das estâncias são uma mistura de ideias práticas e subjetivas. A percepção é de que o ranqueamento está em um caminho de constante evolução. As instituições acreditam no processo e por isso, sugerem melhorias tangíveis na sua metodologia, incita a maior participação dos atores, inclui novas ferramentas, além de abrir a possibilidade de se pensar em outras alternativas para sua realização.

5.1.8 Quais os maiores impactos observados no processo de ranqueamento?

Em conformidade com Rua (2009), a dimensão de “impacto” visa compreender como a implementação de uma política pública alterou a realidade dos envolvidos no processo. Este é o último tópico da série, e demonstra a percepção dos entrevistados sobre quais foram os impactos positivos e negativos que observaram com a implementação do ranqueamento.

As instituições entrevistadas reconhecem os impactos significativos advindos do processo de ranqueamento. O entrevistado 1 menciona que no primeiro ciclo, as estâncias não fizeram corretamente o preenchimento da plataforma: “A gente percebe que teve muito município que não preencheu a plataforma. [...] se tivesse indicado, ganharia um ponto, pelo menos” (Entrevistado 1). Relata que muitos municípios zeraram a pontuação em quesitos básicos, mesmo com capacidade de atender aos requisitos. Após esse cenário, diz que atualmente os municípios estão mais atentos, buscando informações precisas e organizadas. Finaliza dizendo que elas criaram um senso de responsabilidade: “Porque ninguém quer perder o título. Então, é bom porque você cria esse empenho” (Entrevistado 1).

A busca por preencher corretamente a plataforma e por se organizarem despertou a consciência das estâncias e apresentou a elas a necessidade de mobilizarem-se para manter/conquistar a titulação. Segundo a entrevistada 2: “[...] as estâncias acordaram para a vida. Porque elas perceberam que [...] estavam em uma zona de conforto [...]”. A entrevistada 7 complementa que para além da mobilização

entre elas, houve a exposição pública: “Eu acho que o maior impacto é a questão da visibilidade [...]. Foi um ato público instituído [...]. Então aqueles governos que estavam nem aí começaram a se preocupar” (Entrevistada 7). Nesse sentido, a possibilidade de perda de verba fez as cidades investirem em políticas voltadas ao turismo, pois houve o entendimento de que o ranqueamento também é um processo de cunho político. Segundo a entrevistada 2: “um prefeito perder o título [...] se ele for para a reeleição, ele está perdido!” (Entrevistada 2).

Percebe-se que o processo tem gerado uma mobilização geral, principalmente dos prefeitos que agora estão mais presentes no trabalho das secretarias de turismo. A fala da entrevistada 2 ilustra esse movimento: “[...] uma outra coisa que é importante pontuar é que, assim, com o resultado do primeiro ranqueamento, os próprios prefeitos ficaram mais atentos ao preenchimento da plataforma” (Entrevistada 2).

Os gestores, no geral, acompanham as reuniões da APRECESP e participam de várias ações para essa finalidade. O entrevistado 1 disse que o próprio “[...] gestor tem interesse pessoal e ele vem junto” (Entrevistado 1). Em complemento, a entrevistada 8 diz: “Eu até gosto quando vem o prefeito, porque ele enxerga um pouco melhor essa questão. Então, não é incomum o prefeito vir junto disso daí para entender um pouco mais” (Entrevistada 8).

No sentido da mobilização, o entrevistado 1 diz que os membros do COMTUR e até mesmo vereadores vão até a secretaria (ou entram em contato pelos canais disponíveis) para buscarem informações sobre o ranqueamento para o município (Entrevistado 1). Essa atitude evidencia que o processo levou os municípios a perceberem a importância do turismo para o desenvolvimento local, conforme exemplo da entrevistada 5: “[...] a ponto da gente receber o requerimento da Câmara Municipal da cidade solicitando uma audiência pública para a gente explicar o ranqueamento dentro da Câmara Municipal”. Complementou a fala relatando que receberam a qualificação da SETUR e transmitiram as informações à população para dar “credibilidade ao que está sendo feito” (Entrevistada 5).

Nota-se que o ranqueamento é um processo de todos, pois na fala da entrevistada 5 “tem trazido todo mundo para a responsabilidade. Não é só do prefeito” (Entrevistada 5). Ou seja, não é somente atribuição do prefeito assinar o inventário. A entrevistada segue com relato de que no seu município realizaram várias audiências públicas para discutirem sobre o plano municipal de turismo, por exemplo. Diz ser adequada a essa estratégia, pois “tira essa responsabilidade das costas [do prefeito] e

joga pro povo”. Então concorda com essa mobilização e finaliza: “Quanto mais eu trabalhei dentro dele [do ranqueamento], mais eu enxerguei essas transparências” (Entrevistada 5). As falas apresentadas até o momento implicam na interpretação de que o ranqueamento é um processo que exige a participação de todos os atores. Possivelmente pode-se compreender que um dos maiores impactos do processo é a “responsabilidade na participação”, tópico bastante defendido no conceito de Governança Turística de Hall (2011).

Além disso, como impacto positivo do processo se destaca a maior presença de turismólogos nas secretarias. Embora haja a solicitação para entrada de mais profissionais na gestão pública, os entrevistados evidenciam que esse aumento já pode ser percebido: “ter um corpo técnico dentro da prefeitura para cuidar disso, porque cuidando disso ele garante a construção da cidade como estância turística [...] é um planejamento a longo prazo” (Entrevistada 3). O entrevistado 1 também notou essa presença, afirmando que “temos muitos tecnólogos, turismólogos na gestão municipal” (Entrevistado 1). A entrevistada 3 diz que o ranqueamento permitiu a abertura de alguns concursos para turismólogos e que inclusive, seu cargo atual é consequência do ranqueamento: “Eu estou aqui por causa disso. Se não fosse o ranqueamento, eu acho que não teria essa vaga” (Entrevistada 5).

A entrevistada 2 recorda que, durante um evento em Gramado (RS), a representante do Estado de São Paulo, na feira, apresentou o modelo de política pública para todos os presentes. Fizeram a exibição de um vídeo com todas as estâncias e narrou: “[...] você via no rosto das pessoas a admiração, porque você começa a mostrar aquelas praias lindas, você começa a mostrar a serra, e aí você pega 70 destinos e bota na frente das pessoas” [...]. Depois do evento, mostrou às estâncias o senso de pertencimento que estava em criação. Reforça ainda que o processo fez as estâncias valorizarem a importância que elas têm para o Estado de São Paulo (Entrevistada 2).

Outra consequência do ranqueamento é a ativação e/ou fortalecimento dos COMTURs. Os conselhos passaram a ter um papel relevante na definição e acompanhamento das políticas públicas e projetos do turismo: “Eu falo que o ranqueamento ele ativou o conselho” (Entrevistada 7). A entrevistada 5 complementa: “[...] eu acho que os conselhos tiveram que se reformular, principalmente, e ver que aquilo não era brincadeira” [...]. A entrevistada 7 segue dizendo que a responsabilidade obtida pelos conselhos significa muito, pois “perder um milhão, dois

milhões, três milhões, tem muita diferença". Ao final, a conclusão é de que a responsabilidade "virou a chave do conselho" (Entrevistada 7).

O processo de ranqueamento abrange diversas estâncias e instituições, como é o caso do DADETUR. O departamento tem financiado a construção e reforma de diversos equipamentos turísticos, como parques, praças e orlas. A entrevistada 8 exemplifica os projetos financiados por esse recurso, citando a réplica da Fontana de Trevi em Serra Negra, o restauro do Mercado Municipal em São Luís do Paraitinga, o Parque dos Dinossauros em Salto, entre outros. Esses projetos têm impacto significativo no turismo, porém, é importante refletir se representam a cultura e a identidade da cidade. Essa reflexão se alinha com a ideia de "território usado" de Cruz (2005), que aborda a apropriação do território para uso turístico, muitas vezes sem considerar a opinião da população local. Sugere-se que ao planejar e implementar projetos turísticos, é crucial equilibrar o apelo turístico com a preservação da identidade cultural e a participação da comunidade local no processo decisório.

Como observações finais, os impactos do processo de ranqueamento vão além das mudanças estruturais, pois tem promovido uma significativa mudança de mentalidade. As equipes das secretarias começaram a enxergar o ranqueamento como uma ferramenta que possibilita um melhor conhecimento do ambiente em que atuam. Paraibuna é um exemplo de que o conhecimento do território, resultou na necessidade fundar um CIETE¹⁴ municipal.

Além de evidenciar fragilidades, o ranqueamento tem funcionado como um instrumento de autoconhecimento do município. A entrevistada 6 ressaltou que, através das perguntas e formas de coleta de dados do ranqueamento, os gestores começaram a identificar áreas que precisavam de atenção e passaram a desenvolver estratégias mais eficazes para sua melhoria. O ranqueamento, como comentou o entrevistado 9, serve também como um incentivo para competitividade entre os municípios, ao se capacitarem e promoverem o que têm de melhor, contribuindo para uma evolução contínua do setor turístico.

No mais, a participação dos diversos atores no processo e outros fatores colaboram para uma maior percepção do impacto do ranqueamento: a transformação

¹⁴ Ideia semelhante ao CIET (Centro de Inteligência e Economia do Turismo) de São Paulo.

do turismo no estado de São Paulo. O ranqueamento vai além da mobilização institucional e da melhoria da infraestrutura, englobando uma transformação mais profunda e abrangente do setor turístico. As palavras da entrevistada 3 resumem a essência da dimensão “impactos no processo”: “o ranqueamento produz esse olhar quando o gestor público pensa global [...] não é uma coisa para daqui a pouco [...] é para depois, é o que se pode chamar basicamente de legado” (Entrevistada 3).

Quadro 4 - Síntese das dimensões¹⁵

Participação	Reação	Suporte	Avaliação	Fragilidades	Transparência	Sugestões	Impacto
(+) Setur, Dadetur e APRECESP = organização do processo	(-) Antes de 2015: antigas estâncias na zona de conforto	(+) Suporte técnico da Setur - acesso ao sistema, dúvidas, senhas	(+) Processo relevante e evolutivo	(-) Discrepância na pontuação do ranqueamento (COMTUR)	(+) Sistema de ranqueamento mais transparente que o primeiro ciclo (2021)	(+) Utilizar ferramentas tecnológicas para o dimensionamento do fluxo turístico	(+) Senso de responsabilidade
(+) Dadetur: Orientação, acompanhamento e fiscalização dos convênios	(!) Preocupação com título após a lei 1.261/2015	(+) Parcerias estratégicas - Senac, Destinos Inteligentes, BID, Invest SP	(+) Profissionalismo e técnica do processo	(-) Ranqueamento generalizado	(+) Publicação prévia dos critérios e pontuações	(+) Maior uso das Redes sociais	(+) Despertar de consciência das estâncias
(+) APRECESP Acompanhamento do trabalho das Estâncias	(0) Adaptação gradual das Estâncias	(+) Suporte técnico para convênios	(+) Métrica de desempenho do turismo municipal	(-) Necessidade de melhorar a comunicação oficial	(+) Capacitações e <i>Workshops</i> contribuem para transparência	(+) Inserir mais “cabeças pensantes” no processo	(+) Compromisso público

¹⁵ Legenda: (+) Verde = Ponto positivo; (-) Vermelho = ponto negativo; (+/-) Amarelo = ponto mediano; (0) Azul = neutro; (!) Laranja = ponto de atenção.

(+) APRECESP: Representação em feiras e eventos	(!) Atenção aos requisitos da lei	(+) APRECESP “ponte” entre secretários e prefeitos	(+) Boa usabilidade da plataforma	(-) Falta de dados precisos e confiáveis sobre o fluxo turístico	(+) Canais de comunicações abertos: <i>whatsapp, e-mail</i> , contato com os organizadores	(+) Premiar, com pontuação positiva, iniciativas exclusivas para o turismo	(+) Valorização do título
(+) Estâncias: coleta de informações para preenchimento da plataforma	(+) Engajamento com o processo	(+) <i>Workshops</i> sobre temas diversos, inclusive sobre a Plataforma Inventário Turístico	(-) A plataforma é avaliada como instável pelos prefeitos	(-) Falta de clareza na pontuação	(+) Incentivo à participação de outros atores no ranqueamento (disponibilização de formulário aberto ao público)	(+) Inserir imagem, mapas e roteiros	(+) Maior participação dos prefeitos e gestão pública
(+) Estâncias: participação nos treinamentos oferecidos pela SETUR e APRECESP	(+) Proatividade para conversar regionalmente, coletar dados e criar contato com outras secretarias municipais	(+) Monitoramento para preencherem a plataforma (APRECESP, Setur)	(+) Ranqueamento é um desenho do turismo estadual	(-) Falta de equipe técnica nas secretarias	(+) Suporte e orientação no momento que as estâncias precisam	(+) Flexibilizar prazos para equipes menores ou fazer acompanhamento o mais próximo dos municípios	(+) Reconhecimento da importância do turismo
(0) Estâncias = executam o processo e participam de formas variadas	(+/-) Reconhecimento da importância do processo, mas falta de apoio do COMTUR, secretarias e comunidade	(-) Falta de palestras e capacitações regionais para aprofundar o conhecimento sobre o ranqueamento	(0) Ciclo de mudanças contínuas	(-) Sobrecarga de trabalho nas secretarias	(-) Falta clareza dos critérios de avaliação e objetividade do processo (Gestores)	(!) Apresentar mais clareza no processo	(+) Maior presença de turismólogos nas secretarias

(+) Paraibuna participou com coleta estratégica de informações	(+/-) Reconhecimento da importância do ranking, mas sente que está em desvantagem se comparado a outros municípios	(-) Falta de suporte individualizado	(-) Obtenção de dados confiáveis (dimensionamento do fluxo turístico)	(-) Dificuldade de coletar informações de diferentes atores (secretarias, empresários)		(0) Atualização periódica da plataforma	(+) Senso de pertencimento
(+/-) Bananal e Aparecida participaram enfrentando dificuldades com equipe enxuta e muitas demandas de trabalho		(-) Dificuldades internas do município que impede o aproveitamento do suporte	(-) Ranking generalizado	(-) Instabilidade na política e frequentes mudanças de gestão		(+) Obrigatoriedade de turismólogos nas secretarias	(+) Ativação e/ou fortalecimento dos COMTURS
(+) Tupã participou de forma tranquila e estratégica, apesar da equipe pequena.		(0) Rede de apoio regional		(-) Falta de capacidade técnica para acompanhar convênios		(0) Ranking regionalizado	(+) Projetos de impacto turístico
(+/-) Ubatuba participou reconhecendo a importância do processo, mas encontrou dificuldades		(+) Disponibilidade da Setur e APRECESP para atendimento		(-) Necessidade de verificação <i>in loco</i>			(+) Autoconhecimento e identificação de fragilidades no turismo municipal
		(+) APRECESP advoga pelos					(+) Incentivo para competitividade

		interesses das estâncias					entre os municípios
Participação	Reação	Suporte	Avaliação	Fragilidades	Transparência	Sugestões	Impacto
Percepção: Participação multifacetada e interligada, com cada ator desempenhando um papel crucial apesar dos obstáculos.	Percepção: Reconhecem o processo como importante e estão se adaptando gradativamente.	Percepção: Reconhecem as várias formas de suporte, mas há necessidade de aprimoramentos.	Percepção: O ranqueamento é visto como um processo em evolução, com oportunidades de melhoria.	Percepção: Apesar da evolução, muitos obstáculos ainda precisam ser superados.	Percepção: Apesar dos avanços em transparência e capacitação, há muito a ser feito para alinhar os interesses dos atores do processo.	Percepção: Acreditam que o processo de ranqueamento se encontra em um caminho de constante evolução. As instituições acreditam no processo e sugerem melhorias tangíveis para o seu aprimoramento.	Percepção: O ranqueamento está transformando o turismo no estado, com a construção de um legado.

Fonte: Elaborado pela autora, 2024.

5.2 Como as instituições percebem o processo de ranqueamento?

O estudo sobre o ranqueamento das estâncias turísticas demonstra, na prática, a aplicação dos conceitos de ciclo de políticas públicas e governança turística. O sistema de ranqueamento, em si, representa um ciclo completo de políticas públicas em ação. Segundo Souza (2006), Rua (2009) e Secchi (2016), o primeiro passo do ciclo consiste na definição de agenda. No caso do ranqueamento, essa fase pode ser entendida como a necessidade de alocar recursos financeiros de maneira eficaz para os municípios turísticos paulistas, partindo da identificação de ineficiências na distribuição dos recursos para o turismo, sendo este, um desafio a ser superado pelo estado e pelos diversos atores do processo.

Quanto à formulação, uma comissão de parlamentares foi criada para estudar o cenário das estâncias e propor projetos que regulassem o repasse de verbas voltadas para o turismo. Em vista disso, no ano de 2012 o Projeto de Lei Complementar nº 32/2012 foi formulado, culminando em várias mudanças, como as novas atribuições do DADETUR, o estabelecimento de um projeto de lei revisional, e criação da categoria de Municípios de Interesse Turístico (MITs).

Diante disso, a tomada de decisão ocorreu com a aprovação da Lei Complementar 1.261/15 (anteriormente PLC 32/2012), que instituiu, entre outros pontos, o processo de ranqueamento das Estâncias Turísticas e MITs. Essa política pública envolveu a definição dos critérios para avaliação da infraestrutura, serviços turísticos, atrativos, fluxo e ações de desenvolvimento, além da criação da plataforma digital Inventário Turístico, destinada a receber dados sobre o turismo dos municípios e servir ao processo de ranqueamento.

A fase de implementação ocorreu, com o desenvolvimento do primeiro ciclo de ranqueamento entre 2018 e 2021. Os municípios se mobilizaram para coletar dados, conversar com diversos atores do processo, participar de capacitações e preencher a plataforma do Inventário. Nesse ínterim, é importante esclarecer que algumas dimensões pautadas nas teorias de ciclo de políticas públicas e governança turística foram escolhidas para compor o estudo, pois poderiam ajudar a compreender a percepção das instituições sobre o ranqueamento. Para fins didáticos, o estudo posiciona as dimensões entre as fases de implementação e avaliação. No entanto, é importante destacar que essas dimensões estão presentes em todas as etapas da

criação de uma política pública de turismo. Ou seja, desde a definição da agenda, passando pela formulação, até a tomada de decisão houve participação, reação, suporte, transparência e identificação de fragilidades, por exemplo.

Conforme Hall (2011), a **participação** na governança turística pode ser verificada com a atuação de diversos atores. Durante a fase de implementação, foi possível identificar os participantes considerados os “organizadores” do processo de ranqueamento, como SETUR, DADE e APRECESP. Enquanto que as estâncias atuam como “executoras”, participando do ranqueamento em condições variadas. A participação, evidenciada tanto nas entrevistas quanto nos documentos gerais, mostrou o poder da governança, pois muitos atores contribuíram para que a política pública fosse inserida na agenda governamental.

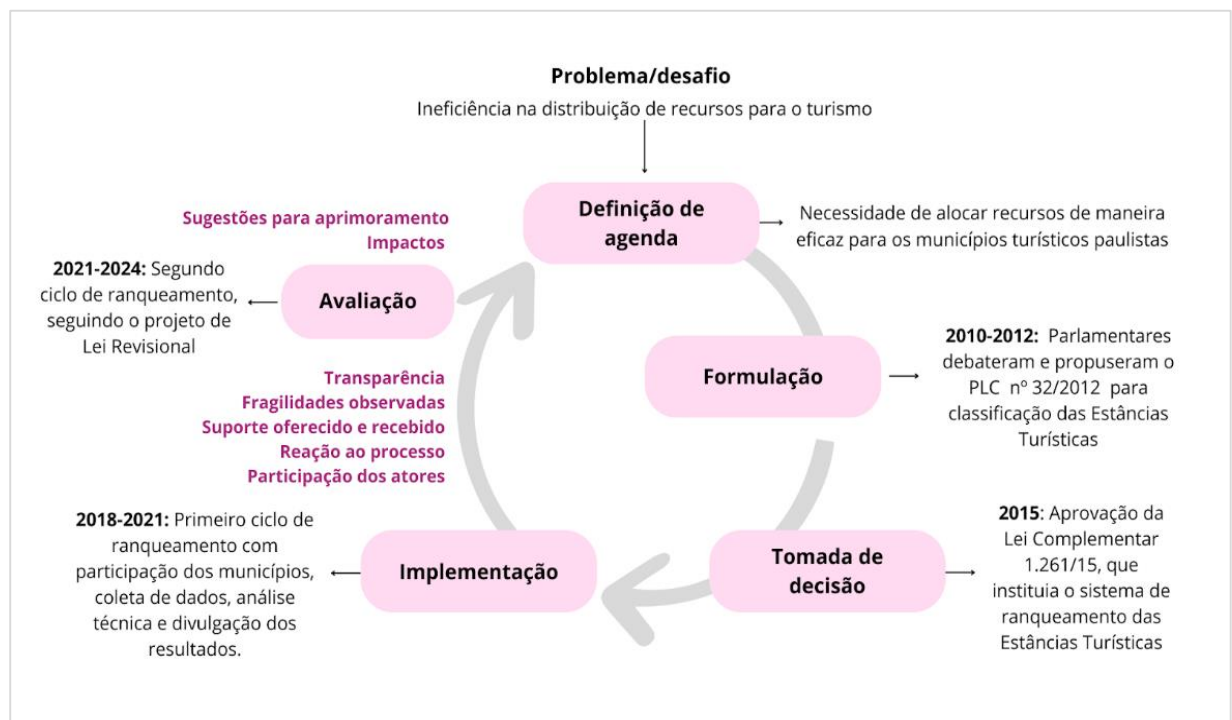
No contexto da implementação, observa-se a **reação** dos participantes com a chegada do processo. Inicialmente, a Lei 1.261/15 foi tratada com resistência, seguida por aceitação e, posteriormente, engajamento. Os atores perceberam a necessidade de se mobilizarem para cumprir as exigências legais e assim, a SETUR e a APRECESP passaram a oferecer como **suporte**, parcerias estratégicas, acompanhamento no preenchimento da plataforma do inventário Turístico, além de comunicação contínua através de grupos de *WhatsApp*, *e-mails* e outras ações. Além disso, a APRECESP se mostrou como uma ponte entre as estâncias e seus prefeitos, além de interlocutora dos interesses dos municípios em nível estadual e federal.

Importante destacar que, quando se trata de implementação, é crucial compreender os pontos frágeis do processo. Entre as **fragilidades** destacadas estão a necessidade de clareza nos critérios de avaliação, falta de dados precisos e confiáveis para compor o ranqueamento, discrepância na pontuação de alguns itens, dificuldade de coletar informações de diferentes atores (secretarias, empresários), instabilidade na política, frequentes mudanças de gestão, falta de equipe técnica nas secretarias, transparência no processo e a adequação da comunicação com a comunidade.

Em termos de **transparência**, conforme defendido por Hall (2011), tanto a SETUR quanto a APRECESP têm se empenhado em aumentar a clareza e a abertura do processo. As ações podem ser vistas com a diferença de atitude entre os dois ciclos. Para este segundo ciclo, publicaram previamente os critérios de avaliação, reforçaram as capacitações e *workshops*, mantiveram o contato aberto com os municípios para sanar dúvidas e outros pontos. No entanto, apesar dos avanços,

alguns gestores municipais questionam a imparcialidade e a clareza do processo, alegando que fatores políticos podem interferir no ranqueamento. No caso desse ponto ser verdadeiro, em um futuro próximo pode haver desmotivação por parte das estâncias que fazem um trabalho grandioso para participarem do ranqueamento, mas no final, tudo pode ser perdido em razão de suposto interesse político, o que sugere a ideia de personalismo político indicado por Coutinho e Nóbrega (2019).

Figura 9 - O processo de ranqueamento no ciclo das políticas públicas



Fonte: Elaborado pela autora, 2024.

Quanto à **avaliação** do sistema de ranqueamento, pode-se selecionar três tipos principais das categorias apresentadas por Rua (2009): *ex-ante*, *ex-post* e avaliação de processos. A avaliação *ex-ante* envolve a apreciação prévia do projeto, com objetivo de identificar problemas, riscos e oportunidades. Contudo, ao estudar o sistema de ranqueamento, não se verificou um momento em que uma avaliação *ex-ante* formal tenha ocorrido.

Por sua vez, a avaliação *ex-post* é a realizada após a implementação da política pública, com vistas a verificar seus resultados, impactos e efetividade. Como esta investigação se posiciona entre o primeiro e o segundo ranqueamento, pode-se entender que há uma tentativa de fazer a avaliação *ex-post* do primeiro ciclo. A outra forma de avaliação, de acordo com Rua (2009) é a avaliação de processo, sendo esta,

uma variante do tipo ex-post. Nessa modalidade, procura-se compreender a lógica de execução do processo, procedimentos adotados, recursos utilizados e interação entre os envolvidos. Pontos que puderam ser notados na pesquisa. No geral, a avaliação do processo é positiva, observada com evolução, mas com muitas oportunidades para melhoria.

Os **impactos** do ranqueamento se dividem em duas áreas principais. Primeiro, na mobilização institucional, pois o ranqueamento aumentou a responsabilidade das estâncias, o compromisso público e a valorização do título. Além disso, houve mais participação de prefeitos e gestores, reconhecimento da importância do turismo, maior presença de turismólogos nas secretarias, construção do senso de pertencimento e incentivo à competitividade entre municípios. E o segundo tipo de impacto, visto na gestão e infraestrutura turística, já o ranqueamento resultou em projetos turísticos significativos, ativação e fortalecimento dos Conselhos Municipais de Turismo (COMTURS) e uma maior responsabilidade com o uso do dinheiro público.

A análise das dimensões, bem como do quadro que as resume indica a percepção geral sobre o processo. Desse modo, as instituições percebem o ranqueamento como uma atividade em constante evolução, reconhecem sua relevância para o desenvolvimento do turismo no estado, mas destacam a necessidade de melhorias em várias partes do processo.

Figura 10 - Síntese geral do ranqueamento

Participação Percepção: Participação interligada de atores essenciais, mas enfrentam obstáculos.	Reação Percepção: Reconhecem o processo como importante e estão se adaptando gradativamente.	Suporte Percepção: Reconhecem as várias formas de suporte, mas há necessidade de aprimoramentos.	Avaliação Percepção: O ranqueamento é visto como um processo em evolução, com oportunidades de melhoria.
Fragilidades Percepção: Apesar da evolução, muitos obstáculos ainda precisam ser superados.	Transparência Percepção: Apesar dos avanços, há muito a ser feito para alinhar os interesses dos atores do processo.	Sugestões Percepção: Instituições acreditam no processo, sugerindo melhorias tangíveis.	Impactos Percepção: O ranqueamento está transformando o turismo no estado, com a construção de um legado.
<i>As instituições percebem o ranqueamento como uma atividade em constante evolução, reconhecem sua relevância para o desenvolvimento do turismo no estado, mas destacam a necessidade de melhorias em várias partes do processo.</i>			

Fonte: Elaborado pela autora, 2024.

Diante disso, algumas **sugestões** para aprimorar o processo incluem a modernização e otimização do ranqueamento turístico. Essas sugestões visam modernizar o processo por meio da digitalização, inovação, participação de novos profissionais e visualização dos dados, a fim de obter uma avaliação mais precisa e completa das práticas turísticas dos municípios. Além disso, existem sugestões que buscam tornar o processo de ranqueamento mais inclusivo e democrático, considerando diferentes perspectivas e realidades.

A análise das dimensões permitiu a reflexão sobre alguns pontos implícitos:

- **Falta de participação da comunidade:** Embora muitos atores estejam envolvidos no processo, a participação da comunidade ainda é insuficiente. Isso sugere que o ranqueamento é um assunto que orbita o ambiente do governo e entes privados, sendo possivelmente, de pouco conhecimento do público geral;
- **É preciso melhorar a comunicação:** Para uma participação mais efetiva da comunidade, é crucial que os municípios comuniquem claramente o propósito do ranqueamento. A falta de material explicativo pode resultar na baixa colaboração da comunidade para com o processo;
- **O ranqueamento como um *checklist*:** A competitividade entre os municípios pode ser interessante, mas há um receio de que o ranqueamento seja visto não

como um processo destinado ao desenvolvimento do turismo, mas como um simples *checklist* para verificar se o município atende a determinados critérios (entrevistada 2). Esse temor pode ser intensificado pela mudança na lei 1.261/15 para a 1.383/23, que aumenta o número de estâncias que podem perder sua classificação;

- **Avaliação mais crítica do processo:** Embora o processo seja amplamente elogiado, é crucial entender a direção que está tomando. Muitas instituições mostraram ideias e opiniões sobre o processo, mas parece faltar uma conversa para alinhar esses pontos. É como se todos soubessem dos problemas, mas não os discutem abertamente.

Por fim, a percepção das instituições, embora diversa, converge para o reconhecimento da importância do ranqueamento, apesar dos desafios e da necessidade de aprimoramento contínuo do processo. O estudo destaca a importância da comunicação e da participação de atores, como a comunidade, além da avaliação crítica do processo para garantir a efetividade da política pública e o desenvolvimento sustentável do turismo no estado, tanto do ponto de vista econômico quanto ambiental e social.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho teve como objetivo geral analisar as percepções institucionais sobre o processo de ranqueamento das estâncias turísticas do estado de São Paulo. O objetivo foi cumprido, uma vez que a pesquisa coletou e analisou as respostas de representantes das várias instituições envolvidas no processo, permitindo uma compreensão abrangente das percepções sobre o ranqueamento.

Com finalidade de atingir o objetivo geral, o objetivo específico 1, que visava apresentar os principais pontos sobre a trajetória do sistema de ranqueamento das estâncias, foi atendido na seção III, capítulo 3.2 do trabalho. Nessa parte, foram discutidos os marcos históricos e as evoluções do sistema, proporcionando um panorama claro sobre como o ranqueamento se desenvolveu ao longo do tempo.

O objetivo específico 2, que consistia em entrevistar representantes de diferentes instituições para entender suas percepções e experiências com o processo de ranqueamento, foi cumprido através da metodologia descrita nos capítulos 4 e 5. As entrevistas semiestruturadas realizadas com nove representantes das instituições permitiram captar uma variedade de opiniões e experiências, enriquecendo a análise.

Além disso, o objetivo específico 3, que buscava analisar a percepção das instituições à luz de oito dimensões relacionadas aos conceitos de Ciclo de Políticas Públicas e Governança Turística, também foi atendido. Essa análise foi realizada ao longo do capítulo 5, onde as respostas dos entrevistados foram discutidas em relação às dimensões teóricas previamente estabelecidas.

Visto os atendimentos aos objetivos, pode-se entender que uma das principais contribuições do estudo é a identificação de pontos sensíveis no processo de ranqueamento, que podem ser utilizados para aprimorar a metodologia e a eficácia do sistema. Além disso, o trabalho contribui para a discussão acadêmica sobre políticas públicas de turismo, oferecendo uma análise prática das percepções institucionais. A pesquisa ainda destaca a importância da participação das instituições no processo de ranqueamento, sugerindo que a colaboração possa levar a um sistema mais eficiente e transparente.

Desse modo, a resposta para o problema de pesquisa, que buscava entender como as diferentes instituições percebem o processo de ranqueamento das estâncias turísticas, foi alcançada através da análise das entrevistas e da documentação revisada. Os resultados indicam que, embora o ranqueamento seja visto como uma

atividade em constante evolução, há um consenso sobre a necessidade de melhorias em várias partes do processo.

O caminho metodológico percorrido para encontrar o problema de pesquisa consistiu na formulação de um roteiro de entrevistas baseado nos conceitos de Ciclo de Políticas Públicas e Governança Turística, a realização de entrevistas semiestruturadas e a análise de conteúdo, seguindo Bardin (1977). Essa abordagem permitiu uma coleta de dados rica e diversificada, essencial para a análise das percepções.

No que tange às limitações do estudo, pode-se apontar que alguns entrevistados possuem menos de 03 anos na secretaria e com isso, podem não ter apresentado uma visão completa sobre o processo de ranqueamento. Em outras palavras, o curto tempo na atividade pode ter influenciado a visão dessas pessoas, pois algumas não tinham conhecimento da trajetória anterior e assim, não estabeleceram uma comparação sólida entre os ciclos de ranqueamento.

Outra limitação encontrada foi que uma das entrevistadas (nº 7) tinha um conhecimento significativo sobre o processo de ranqueamento e uma vivência relevante com os membros da Secretaria de Turismo (SETUR) e da Associação das Prefeituras das Estâncias (APRECESP), em vista de seus trabalhos acadêmicos na área. É possível que isso tenha influenciado sua percepção sobre o processo e suas respostas à pesquisa.

É importante ressaltar que esses resultados não são conclusivos. As pesquisas futuras poderão realizar estudos com uma maior quantidade de instituições, considerando atores que foram identificados ao longo do estudo; seria importante também a realização de uma entrevista que procura compreender a visão da comunidade dos municípios especificamente sobre o ranqueamento; promover um estudo que pudesse entender como que a comunicação se desenvolve entre os atores do processo; considerar a percepção do ranqueamento para MITs e Estâncias, além de compreender qual o peso de fatores políticos no processo de ranqueamento. Essas interfaces poderiam complementar a análise e fornecer uma perspectiva mais completa sobre o tema.

REFERÊNCIAS¹⁶

ALESP. **Lei Complementar no 1.261, de 29 de abril de 2015**. Disponível em: <https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/lei.complementar/2015/lei.complementar-1261-29.04.2015.html>. Acesso em: 7 out. 2024.

ALESP. **Propositura PLC 32/2012**. 2012. Disponível em: <https://www.al.sp.gov.br/propositura/?id=1089087>. Acesso em: 22 nov. 2024.

APRECESP. **2a Reunião das Prefeituras Estância da APRECESP em Olímpia**. [Vídeo]. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=5SUAeY-G2ho>. Acesso em: 27 out. 2024.

APRECESP. **4a Reunião de Gestores de Turismo da APRECESP em Águas de São Pedro**. [Vídeo]. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=auBSTUPpDto&list=PLDnu2D8JA0ua9aRxtj-ZgJXQ-ik7oaJfE&index=4>. Acesso em: 27 out. 2024.

APRECESP. **6a Reunião de Prefeituras da APRECESP em Águas de São Pedro**. [Vídeo]. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=UphihjGASN8&list=PLDnu2D8JA0uZA-Q-DRc2JTQr-Zygz8F8m&index=11>. Acesso em: 27 out. 2024.

APRECESP. **Associação das Prefeituras das Cidades Estância do Estado de São Paulo**. Disponível em: <https://www.turismopaulista.tur.br/quem-somos>. Acesso em: 08 nov. 2024.

APRECESP. **Estância Turística de Brotas recebe a 5a Reunião de Prefeituras da APRECESP (2023)**. [Vídeo]. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=gTfNHJoYHFA&list=PLDnu2D8JA0uZA-Q-DRc2JTQr-Zygz8F8m&index=13>. Acesso em: 27 out. 2024.

APRECESP. **Íntegra 3a Reunião de Prefeituras da APRECESP em São Roque/SP (2023)**. [Vídeo]. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=MBMJkbbDSRw&list=PLDnu2D8JA0uZA-Q-DRc2JTQr-Zygz8F8m&index=21>. Acesso em: 27 out. 2024.

APRECESP. **Íntegra da 1ª Reunião de Prefeituras da APRECESP em Serra Negra (2023)**. [Vídeo]. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=txBlgbLohCY&list=PLDnu2D8JA0uZA-Q-DRc2JTQr-Zygz8F8m&index=25>. Acesso em: 27 out. 2024.

APRECESP. **Íntegra da 4a Reunião de Prefeitos em Atibaia (2023)**. [Vídeo]. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=2Ad2YWgA4YQ&list=PLDnu2D8JA0uZA-Q-DRc2JTQr-Zygz8F8m&index=17>. Acesso em: 27 out. 2024.

BARDIN, L. (1977). Análise de conteúdo. Lisboa edições, 70, 225

¹⁶ De acordo com ABNT 6023 2018

BARROS, A. O. B. L.; TINÔCO, D. dos S.; SOUZA, L. M. de. **Avaliação de Políticas Públicas de Turismo: uma análise bibliométrica dos periódicos de turismo.** Turismo: Visão e Ação, v. 22, n. 3, p. 614-631, dez. 2011.

BRASIL. **Decreto-lei nº 7.841, de 8 de agosto de 1945.** Dispõe sobre o aproveitamento das águas minerais. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1937-1946/Del7841.html. Acesso em: 12 mai. 2024.

BROCCHI, R. G; SOLHA, K. T. **Institucionalização do turismo no Poder Público Estadual: a experiência de São Paulo.** Turismo em Análise, v. 19, n. 2, p. 241-254, 2008. Disponível em: <https://doi.org/10.11606/issn.1984-4867.v19i2p241-254>. Acesso em: 07 nov. 2024..

CESTARI, A. **Política pública e planejamento do turismo no Estado de São Paulo: O caso das Estâncias e Municípios de Interesse Turístico.** [S. l.: s. n.], 2017. Disponível em: https://bdta.abcd.usp.br/directbitstream/5c2ab64e-5563-40ef-934fba8c636e1348/2017_AlineDacostaCestari.pdf#:~:text=vinculados%20ao%20Fundo%20de%20Melhoria%20das%20Est%C3%A2ncias,hist%C3%B3rico%20de%20eis%20voltadas%20%C3%A0%20promo%C3%A7%C3%A3o%20do. Acesso em: 1 out. 2024.

COUTINHO, A. C. A.; NÓBREGA, W. R. M. **Governança em destinos turísticos: desafios na sociedade contemporânea.** Revista Brasileira de Pesquisa em Turismo, São Paulo, v. 13, n. 3, p. 55-70, set./dez. 2019. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.7784/rbtur.v13i3.1543>. Acesso em: 26 out. 2024.

CRUZ, R. C. A. **Políticas públicas de turismo no Brasil: território usado, território negligenciado.** Geosul, Florianópolis, v. 20, n. 40, p. 27-43, jul./dez. 2005.

GALVÃO, P. (org.). **Estâncias e municípios de interesse turístico: O exemplo de São Paulo como incentivo ao turismo para o Brasil.** Curitiba: Juruá, 2018. p.98

GARCIA, F; M., ESTÊVÃO, C. (2016). **O uso de software de análise de dados qualitativos, qda's em uma investigação em rede the use of qualitative data analysis software, qda's in a network research.** Revista Pesquisa Qualitativa. São Paulo (SP), 253–274. Disponível em: <https://editora.sepq.org.br/rpq/article/view/52>. Acesso em: 7 out. 2024.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social** 6. ed. - São Paulo : Atlas, 2008.

SÃO PAULO. GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO. **Sobre o ranqueamento das estâncias e dos municípios de interesse turístico (MIT).** Disponível em: <https://www.turismo.sp.gov.br/publico/include/download.php?file=707>>. Acesso em: 30 ago. 2024.

HALL, C. M. **A typology of governance and its implications for tourism policy analysis.** Journal of Sustainable Tourism, v. 19, n. 4-5, p. 437-457, 2011.

HALL, C. M.. **Planejamento turístico: políticas, processos e relacionamento.** São Paulo: Contexto, 2001.

HERZER, R; SANTOS, A. F. L. **Gestão pública do turismo: um estudo de caso**

sobre o estado de São Paulo na contemporaneidade. Revista Internacional de Debates da Administração Pública, São Paulo, v. 5, n. 1, p. 122-136, jan./dez. 2020. Disponível em: <https://periodicos.unifae.br/index.php/ridap/article/view/1920>. Acesso em: 28 mar. 2023.

JULIANO, T. **Avaliação do impacto de políticas públicas em indicadores sociais: turismo e desigualdades nas estâncias de São Paulo.** 2015. 314 f. Dissertação (Mestrado em Sustentabilidade na Gestão Ambiental) – Centro de Ciências e Tecnologias para a Sustentabilidade, Universidade Federal de São Carlos, Sorocaba, 2015.34

JUNIOR, J. M. (2019). **Como escrever trabalhos de conclusão de curso** (9th ed.). Vozes.

LAKATOS, E. M. **Fundamentos de metodologia científica.** 8. ed. – São Paulo : Atlas, 2017.

MEDEIROS, D. C. C. de ., & SOARES, C. L. (2022). **Entre o curismo e o turismo: A constituição de um pensamento médico-científico sobre as águas termais nas Estâncias Hidrominerais Paulistas (1930-1940).** Projeto História : Revista Do Programa De Estudos Pós-Graduados De História, 75, 195–220. <https://doi.org/10.23925/2176-2767.2022v75p195-220>

MOLLER, C. **Novos rumos para o turismo do estado de São Paulo: do projeto de lei complementar 32/2012 à aprovação da lei complementar n. 32/2015.** Caderno Virtual de Turismo, Rio de Janeiro, v. 16, n. 2, p. 181-194, 2016.

PERCEPÇÃO. In: MICHAELIS, Michaelis On-Line. 2024. Disponível em: <https://michaelis.uol.com.br/busca?r=&f=&t=&palavra=percep%C3%A7%C3%A3o>. Acesso em: 12 jun. 2024.

PINTO, I. C. M. **Mudanças nas políticas públicas: a perspectiva do ciclo da política.** Revista de Políticas Públicas, São Luís, v. 12, n. 1, p. 27-36, jan./jun. 2008. Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=321127273003>. Acesso em: 26 out. 2024.

RAIMUNDO, S. et al. **Análise da cronologia de criação das estâncias turísticas no Estado de São Paulo.** 2010, Anais..São Paulo: ANPTUR, 2010. Disponível em: <https://www.anptur.org.br/anais/anais/files/7/28.pdf>. Acesso em: 15 maio 2024.

RANQUEAMENTO. In: MICHAELIS, Michaelis On-Line. 2024. Disponível em: <https://michaelis.uol.com.br/busca?id=Ny2D5#:~:text=Dicion%C3%A1rio%20Brasileiro%20da%20L%C3%ADngua%20Portuguesa&text=Determina%C3%A7%C3%A3o%20de%20uma%20posi%C3%A7%C3%A3o%20hier%C3%A1rquica%2C%20pela%20contagem%20de%20pontos%20etc>. Acesso em: 07 out. 2024.

REJOWSKI, M; SOLHA, K. T. **Turismo em um cenário de mudanças.** Tradução. São Paulo: Aleph, 2002.

RUA, M. d. G. **Políticas públicas.** Florianópolis: Departamento de Ciências da Administração/UFSC; Brasília: CAPES: UAB, 2009. Disponível em: <https://acervo.cead.ufv.br/conteudo/pdf/Apostila%20->

%20Pol%C3%ADticas%20P%C3%ABlicas%20Maria%20das%20Gra%C3%A7as%20Rua%202009.pdf?dl=0. Acesso em: 8 nov. 2024.

SANTOS, A. F. L.; FAXINA, F. **Caracterização da gestão pública setorial de turismo na atualidade**. Ponta de Lança: Revista Eletrônica de História, Memória & Cultura, São Cristóvão, v. 13, n. 24, p. 91–110, 2019. Disponível em: <https://periodicos.ufs.br/pontadelanca/article/view/10518>. Acesso em: 15 maio. 2024.

SÃO PAULO (Estado). Secretaria de Turismo. **Municípios turísticos**. Disponível em: <https://www.turismo.sp.gov.br/municipios-turisticos-estancias>. Acesso em: 10 nov. 2024.

SÃO PAULO (Estado). Secretaria de Turismo. **Sobre o ranqueamento das Estâncias e dos Municípios de Interesse Turístico (MIT)**. 2021. Disponível em: <https://www.turismo.sp.gov.br/publico/include/download.php?file=707>. Acesso em: 17 ago. 2024.

SÃO PAULO. **Lei no 10.426, de 08 de dezembro de 1971**. Disponível em: <https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/lei/1971/original-lei-10426-08.12.1971.html>. Acesso em: 15 mai. 2024.

SÃO PAULO. **Lei no 1.457, de 11 de novembro de 1977**. Disponível em: <https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/lei/1977/original-lei-1457-11.11.1977.html>. Acesso em: 15 mai. 2024.

SECCHI, L. **Ciclo de políticas públicas**. In: SECCHI, Leonardo (org.). Políticas públicas: conceitos, esquemas de análise, casos práticos. 2. ed. São Paulo: Cengage Learning, 2010. p. 29-53.

Secretaria de Turismo e Viagens do Estado de São Paulo. **Cartilha MIT**. 2017. Disponível em: <https://www.turismo.sp.gov.br/mit-cartilha>. Acesso em: 13 mai. 2024.

Secretaria de Turismo e Viagens do Estado de São Paulo. **Estâncias**. Disponível em: <https://www.saopaulo.sp.gov.br/conhecasp/praias-e-estancias/estancias/>. Acesso em: 15 mai. 2024.

SETTE, I. R. **O Índice de Competitividade Turística do Ministério do Turismo no contexto da Política Nacional de Turismo**. 2018. Dissertação (Mestrado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018. Disponível em: <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/100/100140/tdc-28112018-112125/>. Acesso em: 16 nov. 2024.

SILVA, A. H. **Rituais corporativos como estratégia de legitimação dos valores organizacionais em empresas familiares**. Santa Maria-RS: Manancial - Repositório Digital da UFSM, 2012. 185 p. Disponível em: <https://repositorio.ufsm.br/bitstream/handle/1/4601/SILVA%2c%20ANDRESSA%20HENNIG.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 24 ago. 2024.

SOLHA, K. T; ALDRIGUI, M; ALMEIDA, M; RAIMUNDO, S. **Estâncias Turísticas do Estado de São Paulo: Apontamentos Históricos sobre suas Origens, Situação Atual e Perspectivas de Desenvolvimento** (2010). Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/280235578_Estancias_Turisticas_do_Estado_de_Sao_Paulo_Apontamentos_Historicos_sobre_suas_Origens_Situacao_Atual_e_Perspectivas_de_Developolvimento. Acesso em: 22 mai. 2024.

SOUZA, C. **Políticas públicas: uma revisão de literatura.** Sociologias, Porto Alegre, ano 8, n. 16, p. 20-45, jul./dez. 2006. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/soc/a/6YsWyBWZSdFgfSqDVQhc4jm/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 8 nov. 2024.

UNITINS. **O indivíduo e o ambiente social.** Caderno de Conteúdos do 4º período do curso de Serviço Social (apostila). Disponível em: https://www2.unitins.br/bibliotecamidia/files/documento/ava_633886412158538578a_ula_3___apostila.pdf. Fundação Universidade do Tocantins (UNITINS). Serviço Social / Fundação Universidade do Tocantins. Curitiba: EADCON, 2011.

APÊNDICES

APÊNDICE A – Síntese do estudo

Síntese do Estudo			
Tema: Política Pública de turismo no Estado de São Paulo			
Título: Percepções institucionais sobre o processo de ranqueamento das Estâncias Turísticas do Estado de São Paulo			
Problema de pesquisa: “Como diferentes instituições percebem o processo de ranqueamento das estâncias turísticas?”			
Justificativa: <ul style="list-style-type: none"> • Academia mais próxima da realidade prática; • Constitui-se como forma de contribuir com estudos na área, já que há poucas investigações sobre como ocorre o processo de ranqueamento das Estâncias; • Faz-se necessário compreender o processo de ranqueamento de forma interna e detalhada. Assim, será possível identificar problemas mais complexos; e possivelmente encaminhar formas de melhorar essa política pública; • Investigação motivada por interesses pessoais. 			
Objetivo Geral: Analisar como as diferentes instituições percebem o processo de ranqueamento das Estâncias Turísticas do Estado de São Paulo.	Objetivo Esp. 1 1. Apresentar os principais pontos sobre a trajetória do sistema de ranqueamento das Estâncias.	Objetivo Esp. 2 2. Entrevistar representantes de diferentes instituições para entender suas percepções e experiências com o processo de ranqueamento e;	Objetivo Esp. 3 3. Analisar a percepção das instituições à luz de oito dimensões relacionadas aos conceitos de Ciclo de Políticas Públicas e Governança Turística.
Metodologia <ol style="list-style-type: none"> 1. Formulação do roteiro com base nos conceitos de CPP e GT; 2. Realização de entrevistas semiestruturadas; 3. Coleta de documentos secundários; 4. Aplicação de Análise de Conteúdo - Laurence Bardin (1977); 5. Análise, discussão e interpretação de oito dimensões; 6. Reunião de todas as dimensões para formação da percepção geral das instituições sobre o ranqueamento. 		Percepção geral do ranqueamento: <i>“As instituições percebem o ranqueamento como uma atividade em constante evolução, reconhecem sua relevância para o desenvolvimento do turismo no estado, mas destacam a necessidade de melhorias em várias partes do processo”.</i>	

APÊNDICE B - Modelo de Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE)



TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Concordo em participar, como voluntária(o), do estudo que tem como pesquisadora responsável a aluna de graduação **Katia Rodrigues dos Anjos**, do curso de **Turismo** da Universidade de São Paulo, nº USP: **10741580** que pode ser contatada pelo e-mail katianjos@usp.br e pelo telefone **(11) 98622-8687**. Tenho ciência de que o estudo tem em vista realizar entrevistas com atores importantes para o desenvolvimento turístico no Estado de São Paulo, visando, por parte da referida aluna a realização de um trabalho de conclusão de curso.

Minha participação consistirá em conceder uma entrevista que será gravada e transcrita. Entendo que esse estudo possui finalidade acadêmica e que os dados obtidos não serão divulgados, a não ser com prévia autorização, e que nesse caso será preservado o anonimato dos participantes, assegurando assim, minha privacidade. Além disso, sei que posso abandonar minha participação quando quiser. Tenho ciência de que não receberei nenhum pagamento por esta participação.

São Paulo, ____ de ____ de 2024.

Assinatura

Escola de Comunicações e Artes – ECA USP
Av. Professor Lúcio Martins Rodrigues, 433
Cidade Universitária, Butantã, São Paulo-SP
05508-020

APÊNDICE C – Roteiro de Entrevista



Katia Anjos
(11) 98622-8687
katianjos@usp.br



Trabalho de conclusão de curso

Diversidade de perspectivas institucionais no ranqueamento das estâncias turísticas do estado de São Paulo.

ROTEIRO DE ENTREVISTA - SEMIESTRUTURADA

Objetivo da entrevista: Compreender como cada instituição lida com a participação no processo de ranqueamento da Estâncias do Estado de São Paulo.

Informações gerais: Nome completo, cargo e instituição que representa.

1.Participação no processo de ranqueamento: Poderia descrever com detalhes o seu papel e as atividades que realiza no processo de ranqueamento das Estâncias do Estado de São Paulo?

2.Reação das estâncias ao processo: Como as estâncias têm reagido ao processo de ranqueamento? Elas reconhecem a importância e o propósito deste processo? Quais são as principais dificuldades enfrentadas?

3.Suporte oferecido às estâncias: Que tipo de suporte ou recursos são oferecidos às estâncias para auxiliá-las no processo de ranqueamento?

4.Avaliação do processo de ranqueamento: Como você avalia o atual processo de ranqueamento? Informe ainda quais aspectos você considera eficazes e quais acredita que precisam ser melhorados.

5.Fragilidades do processo: Quais são as principais fragilidades ou desafios que você identifica no atual processo de ranqueamento?

6.Transparência do processo: O processo de ranqueamento é transparente? As estâncias têm acesso suficiente às informações sobre como o ranqueamento é realizado e como as decisões são tomadas?

7.Sugestões de aprimoramento: Você tem alguma sugestão específica para aprimorar o processo de ranqueamento? Por favor, explique.

8.Impacto do processo de ranqueamento: Você poderia compartilhar quais são os impactos mais significativos, positivos ou negativos, que você observou nas estâncias como resultado direto do processo de ranqueamento? Por favor, forneça exemplos específicos e explique por que você considera esses impactos significativos.

ANEXOS

ANEXO A – Lei complementar 1.261/15



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SÃO PAULO

LEI COMPLEMENTAR Nº 1.261, DE 29 DE ABRIL DE 2015

(ÚLTIMA ATUALIZAÇÃO: LEI COMPLEMENTAR Nº 1.383, DE 17 DE MARÇO DE 2023)

(PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 32/12, DO DEPUTADO JOÃO CAMEZ - PSDB, E OUTROS)

Estabelece condições e requisitos para a classificação de Estâncias e de Municípios de Interesse Turístico e dá providências correlatas

O GOVERNADOR DO ESTADO DE SÃO PAULO:
Faço saber que a Assembleia Legislativa decreta e eu promulgo a seguinte lei complementar:

CAPÍTULO I **DISPOSIÇÕES GERAIS**

Artigo 1º - A classificação de Municípios Turísticos, assim considerados as Estâncias e os Municípios de Interesse Turístico, far-se-á por lei estadual, observadas as condições e atendidos os requisitos mínimos estabelecidos nesta lei complementar.

Parágrafo único - Todas as Estâncias, independentemente da sua natureza ou vocação, serão classificadas por lei como Estâncias Turísticas.

CAPÍTULO II **DAS ESTÂNCIAS TURÍSTICAS**

Artigo 2º - São condições indispensáveis e cumulativas para a classificação de

Município como Estância Turística:

I - ser destino turístico consolidado, determinante de um turismo efetivo gerador de deslocamentos e estadas de fluxo permanente de visitantes;

II - possuir expressivos atrativos turísticos de uso público e caráter permanente, naturais, culturais ou artificiais, que identifiquem a sua vocação voltada para algum ou alguns dos segmentos abaixo relacionados, sintetizados no Anexo I desta lei complementar:

- a)** Turismo Social;
- b)** Ecoturismo;
- c)** Turismo Cultural;
- d)** Turismo Religioso;
- e)** Turismo de Estudos e de Intercâmbio;
- f)** Turismo de Esportes;
- g)** Turismo de Pesca;
- h)** Turismo Náutico;
- i)** Turismo de Aventura;
- j)** Turismo de Sol e Praia;
- k)** Turismo de Negócios e Eventos;
- l)** Turismo Rural;
- m)** Turismo de Saúde;

III - dispor, no mínimo, dos seguintes equipamentos e serviços turísticos: meios de hospedagem, serviços de alimentação, serviços de informação e receptivo turísticos;

IV - dispor de infraestrutura de apoio turístico, como acesso adequado aos atrativos, serviços de transporte, de comunicação, de segurança e de atendimento médico emergencial, bem como sinalização indicativa de atrativos turísticos adequada aos padrões internacionais;

V - dispor de infraestrutura básica capaz de atender às populações fixas e flutuantes no que se refere a abastecimento de água potável, sistema de coleta e tratamento de esgotos sanitários e gestão de resíduos sólidos;

VI - ter um plano diretor de turismo, aprovado e revisado a cada 3 (três) anos;

VII - manter Conselho Municipal de Turismo devidamente constituído e atuante.

§ 1º - O Conselho Municipal de Turismo, de caráter deliberativo, deve ser constituído, no mínimo, por representantes das organizações da sociedade civil representativas dos setores de hospedagem, alimentação, comércio e receptivo turístico, além de representantes da administração municipal nas áreas de turismo, cultura, meio ambiente e educação.

§ 2º - Cada Conselho terá regimento próprio, com regras para a eleição de seu presidente e duração do respectivo mandato.

Artigo 3º - Somente poderão ser classificados como Estâncias Turísticas os municípios com até 200.000 (duzentos mil) habitantes, observado o censo demográfico decenal do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, salvo aqueles assim classificados antes da publicação desta lei complementar.

CAPÍTULO III

DOS MUNICÍPIOS DE INTERESSE TURÍSTICO

Artigo 4º - São condições indispensáveis e cumulativas para a classificação de Município como de Interesse Turístico:

I - ter potencial turístico;

II - dispor de serviço médico emergencial e, no mínimo, dos seguintes equipamentos e serviços turísticos: meios de hospedagem no local ou na região, serviços de alimentação e serviço de informação turística;

III - dispor de infraestrutura básica capaz de atender às populações fixas e flutuantes no que se refere a abastecimento de água potável e coleta de resíduos sólidos;

IV - possuir expressivos atrativos turísticos, plano diretor de turismo e Conselho Municipal de Turismo, nos mesmos termos previstos nos incisos II, VI e VII do artigo 2º desta lei complementar.

CAPÍTULO IV

DA ELABORAÇÃO LEGISLATIVA

SEÇÃO I

DOS PROJETOS DE CLASSIFICAÇÃO DE MUNICÍPIOS TURÍSTICOS

Artigo 5º - O projeto de lei que objetive a classificação de município como Estância Turística ou como de Interesse Turístico deverá ser apresentado por qualquer Deputado, devidamente instruído com os seguintes documentos:

I - para classificação de Estâncias:

a) estudo da demanda turística existente nos 2 (dois) anos anteriores à apresentação do projeto, a ser realizado pela Prefeitura Municipal em convênio com órgão público estadual, federal, instituição de ensino superior ou entidade especializada;

b) inventário, subscrito pelo Prefeito Municipal, dos atrativos turísticos do município, de que trata o inciso II do artigo 2º desta lei complementar, com suas respectivas localizações e vias de acesso;

c) inventário dos equipamentos e serviços turísticos, de que trata o inciso III do artigo 2º desta lei complementar ;

d) inventário da infraestrutura de apoio turístico de que trata o inciso IV do artigo 2º desta lei complementar;

e) certidões emitidas pelos órgãos oficiais competentes para efeito de comprovação dos requisitos estabelecidos no inciso V do artigo 2º desta lei complementar ;

f) cópia do Plano Diretor Municipal de Turismo e atas das 6 (seis) últimas reuniões do Conselho Municipal de Turismo, devidamente registradas em cartório;

II - para classificação de Municípios de Interesse Turístico:

a) estudo da demanda turística existente no ano anterior à apresentação do projeto, a ser realizado pela Prefeitura Municipal em convênio com órgão público estadual, federal, instituição de ensino superior ou entidade especializada;

b) inventário, subscrito pelo Prefeito Municipal, dos atrativos turísticos do município, de que trata o inciso II do artigo 2º desta lei complementar, com suas respectivas localizações e vias de acesso;

c) inventário, subscrito pelo Prefeito Municipal, dos equipamentos e serviços

turísticos, do serviço de atendimento médico emergencial e da infraestrutura básica de que tratam os incisos II e III do artigo 4º desta lei complementar;

d) cópia do Plano Diretor Municipal de Turismo e atas das 6 (seis) últimas reuniões do Conselho Municipal de Turismo, devidamente registradas em cartório.

§ 1º - A Comissão da Assembleia Legislativa incumbida de apreciar os projetos de lei de classificação de municípios como Estância Turística ou de Interesse Turístico encaminhará os documentos de que trata este artigo à Secretaria de Estado competente para os assuntos relacionados ao turismo, para sua manifestação quanto ao cumprimento dos requisitos estabelecidos nesta lei complementar.

§ 2º - Caberá à Secretaria de Estado competente para os assuntos relacionados ao turismo manifestar-se sobre cada projeto e, para efeito do disposto no artigo 6º desta lei complementar, elaborar o ranqueamento das Estâncias e dos Municípios de Interesse Turístico, com base nos requisitos estabelecidos nesta lei complementar, escalonados de acordo com a matriz de avaliação proposta em regulamento, para efeito de classificação de, no máximo, 80 (oitenta) Estâncias e 165 (cento e sessenta e cinco) Municípios de Interesse Turístico, que serão habilitados a receber recursos do Fundo de Melhoria dos Municípios Turísticos, previsto no artigo 146 da Constituição do Estado. (NR)

- § 2º com redação dada pela Lei Complementar nº 1.383, de 17/03/2023, com efeitos a partir do exercício financeiro seguinte.

SEÇÃO II

DO PROJETO DE LEI REVISIONAL DOS MUNICÍPIOS TURÍSTICOS

Artigo 6º - O Poder Executivo deverá encaminhar à Assembleia Legislativa, a cada 3 (três) anos, projeto de Lei Revisional dos Municípios Turísticos, observados o ranqueamento das Estâncias Turísticas e dos Municípios de Interesse Turístico de que trata o § 2º do artigo 5º desta lei complementar e outras melhorias implementadas pelo município, como a Lei Municipal das Micro e Pequenas Empresas, cursos de capacitação profissional na área de turismo receptivo e condições de acessibilidade às pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida.

§ 1º - Até 8 (oito) Estâncias Turísticas que obtiverem menor pontuação no ranqueamento poderão passar a ser classificadas como Municípios de Interesse Turístico, para fins de habilitação ao recebimento de recursos do Fundo de Melhoria dos Municípios Turísticos, podendo permanecer utilizando o termo Estância Turística exclusivamente para denominação do município, se assim tiver adotado oficialmente. (NR)

- § 1º com redação dada pela Lei Complementar nº 1.383, de 17/03/2023, com efeitos a partir do exercício financeiro seguinte.

§ 2º - Poderão ser classificados como Estância Turística até 8 (oito) Municípios de Interesse Turístico melhor ranqueados que obtiverem pontuação superior à das Estâncias Turísticas de que trata o § 1º deste artigo, com base nos critérios abaixo relacionados: (NR)

- § 2º com redação dada pela Lei Complementar nº 1.383, de 17/03/2023, com efeitos a partir do exercício financeiro seguinte.

1. fluxo turístico permanente; (NR)

- *Item 1 com redação dada pela Lei Complementar nº 1.383, de 17/03/2023, com efeitos a partir do exercício financeiro seguinte.*

2. atrativos turísticos; (NR)

- *Item 2 com redação dada pela Lei Complementar nº 1.383, de 17/03/2023, com efeitos a partir do exercício financeiro seguinte.*

3. equipamentos e serviços turísticos. (NR)

- *Item 3 com redação dada pela Lei Complementar nº 1.383, de 17/03/2023, com efeitos a partir do exercício financeiro seguinte.*

§2º-A - Até 8 (oito) Municípios de Interesse Turístico que obtiverem menor pontuação no ranqueamento poderão passar a compor a lista reserva prevista no artigo 7º-A desta lei complementar. (NR)

- *§ 2º-A acrescentado pela Lei Complementar nº 1.383, de 17/03/2023, com efeitos a partir do exercício financeiro seguinte.*

§ 3º - Para efeito do disposto neste artigo, os municípios classificados por lei como Estância Turística e de Interesse Turístico deverão encaminhar à Secretaria de Estado competente para os assuntos relacionados ao turismo, até o dia 30 de abril do ano de apresentação do projeto de Lei Revisional, a documentação de que tratam os incisos I e II do artigo 5º desta lei complementar, respectivamente.

§ 4º - A não observância pelo município do disposto no § 3º deste artigo implicará a revogação da lei que dispôs sobre a sua classificação como Estância Turística ou como Município de Interesse Turístico, com a consequente perda da respectiva condição e dos auxílios, subvenções e demais benefícios dela decorrentes.

CAPÍTULO V

DISPOSIÇÕES FINAIS

Artigo 7º - Os municípios classificados por lei como Estâncias Balneárias, Hidrominerais, Climáticas e Turísticas passam a ser classificados como Estâncias Turísticas, sem prejuízo da utilização da terminologia anteriormente adotada, para efeito de divulgação dos seus principais atrativos, produtos e peculiaridades.

Artigo 7º-A - A Assembleia Legislativa pode aprovar lei estabelecendo lista reserva de municípios que atendam as condições para classificação como Interesse Turístico, nos termos dos artigos 4º e 5º desta lei complementar, além do máximo de 165 (cento e sessenta e cinco) Municípios de Interesse Turístico previsto no § 2º do artigo 5º. (NR)

- *"Caput" acrescentado pela Lei Complementar nº 1.383, de 17/03/2023, com efeitos a partir do exercício financeiro seguinte.*

§ 1º - Os municípios que compõem a lista reserva prevista no 'caput' deste artigo não serão habilitados a receber recursos do Fundo de Melhoria dos Municípios Turísticos, previsto no artigo 146 da Constituição do Estado. (NR)

- § 1º acrescentado pela Lei Complementar nº 1.383, de 17/03/2023, com efeitos a partir do exercício financeiro seguinte.

§ 2º - Até 8 (oito) municípios da lista reserva poderão, por ocasião da Lei Revisional, serem classificados como Municípios de Interesse Turístico habilitados a receber recursos do Fundo de Melhoria dos Municípios Turísticos, desde que obtenham pontuação superior à dos Municípios de Interesse Turístico de que trata o § 2º do artigo 6º desta lei complementar, com base nos critérios do ranqueamento. (NR)

- § 2º acrescentado pela Lei Complementar nº 1.383, de 17/03/2023, com efeitos a partir do exercício financeiro seguinte.

Artigo 8º - Esta lei complementar e suas disposições transitórias entram em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas a Lei nº 10.426, de 8 de dezembro de 1971, a Lei nº 1.457, de 11 de novembro de 1977, a Lei nº 1.563, de 28 de março de 1978, e o artigo 11 da Lei nº 6.470, de 15 de junho de 1989.

CAPÍTULO VI

DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS

Artigo 1º - A partir da publicação desta lei complementar, serão arquivados todos os projetos de lei ainda não deliberados pelo Plenário da Assembleia Legislativa que objetivem classificar municípios como Estâncias de qualquer natureza ou como de Interesse Turístico.

Artigo 2º - O primeiro projeto de Lei Revisional dos Municípios Turísticos deverá ser apresentado em até 3 (três) anos após a publicação desta lei complementar, período em que os municípios classificados como Estâncias, que não atenderem aos requisitos estabelecidos nesta lei complementar, deverão se adequar às suas exigências, à exceção do previsto no inciso V do artigo 2º desta lei complementar, sob pena de perderem a sua condição de estância.

§ 1º - Os municípios classificados como Estâncias que não atenderem ao requisito previsto no inciso V do artigo 2º desta lei complementar deverão aplicar parte dos recursos oriundos do Fundo de Melhoria dos Municípios Turísticos de que trata o artigo 146 da Constituição do Estado em obras e serviços de infraestrutura básica, até que satisfaçam as condições estabelecidas nesta lei complementar.

§ 2º - A comprovação do investimento previsto no § 1º deste artigo deverá ser encaminhada à Secretaria de Estado competente para os assuntos relacionados ao turismo, juntamente com a documentação de que trata o §3º do artigo 6º desta lei complementar, como requisito indispensável para a sua classificação como Estância Turística.

Palácio dos Bandeirantes, 29 de abril de 2015.

GERALDO ALCKMIN

Roberto Alves de Lucena

Secretário de Turismo

Renato Villela

Secretário da Fazenda

Edson Aparecido dos Santos

Secretário-Chefe da Casa Civil

ANEXO I

SEGMENTAÇÃO DE TURISMO BASEADA NAS DEFINIÇÕES DO ÓRGÃO DE TURISMO NACIONAL

- a)** Turismo Social: é a forma de conduzir e praticar a atividade turística promovendo a igualdade de oportunidades, a equidade, a solidariedade e o exercício da cidadania na perspectiva da inclusão;
- b)** Ecoturismo: segmento da atividade turística que utiliza, de forma sustentável, o patrimônio natural e cultural, incentiva sua conservação e busca a formação de uma consciência ambientalista por meio da interpretação do ambiente, promovendo o bem-estar das populações;
- c)** Turismo Cultural: compreende as atividades turísticas relacionadas à vivência do conjunto de elementos significativos do patrimônio histórico e cultural e dos eventos culturais, valorizando e promovendo os bens materiais e imateriais da cultura;
- d)** Turismo Religioso: configura-se pelas atividades turísticas decorrentes da busca espiritual e da prática religiosa em espaços e eventos relacionados às religiões institucionalizadas, independentemente da origem étnica ou do credo;
- e)** Turismo de Estudos e Intercâmbio: constitui-se da movimentação turística gerada por atividades e programas de aprendizagem e vivências para fins de qualificação, ampliação de conhecimento e de desenvolvimento pessoal e profissional;
- f)** Turismo de Esportes: compreende as atividades turísticas decorrentes da prática, envolvimento ou observação de modalidades esportivas;
- g)** Turismo de Pesca: compreende as atividades turísticas decorrentes da prática da pesca amadora;
- h)** Turismo Náutico: caracteriza-se pela utilização de embarcações náuticas com a finalidade da movimentação turística;
- i)** Turismo de Aventura: compreende os movimentos turísticos decorrentes da prática de atividades de aventura de caráter recreativo e não competitivo;
- j)** Turismo de Sol e Praia: constitui-se das atividades turísticas relacionadas à recreação, entretenimento ou descanso em praias;
- k)** Turismo de Negócios e Eventos: compreende o conjunto de atividades turísticas decorrentes dos encontros de interesse profissional, associativo, institucional, de caráter comercial, promocional, técnico, científico e social;
- l)** Turismo Rural: é o conjunto de atividades turísticas desenvolvidas no meio rural, comprometido com a produção agropecuária, agregando valor a produtos e serviços, resgatando e promovendo o patrimônio cultural e natural da comunidade;
- m)** Turismo de Saúde: constitui-se das atividades turísticas decorrentes da utilização de meios e serviços para fins médicos, terapêuticos e estéticos.

Publicada na Assessoria Técnico-Legislativa, aos 29 de abril de 2015.

ANEXO B - Resultado final do ranqueamento 2021

Tabela I
Ranqueamento das Estâncias Turísticas

Municípios	Pontuação Final
Ubatuba	92
Atibaia	89
Peruibe	87
Praia Grande	84,25
Iguape	83
Itanhaém	82,75
São Bento do Sapucaí	81,25
Campos do Jordão	81
Ilhabela	80,5
Brotas	78,25
Caconde	77,5
Cananéia	76,5
São Vicente	76,5
Monte Alegre do Sul	76
Socorro	75,75
Caraguatatuba	75,25
Serra Negra	75
Piraju	74,5
Tupã	74,5
Guarujá	74
Santos	73,75
Águas de São Pedro	73,5
Bertioga	73,5
Itu	73,5
São Sebastião	72,5
Guaratinguetá	72
Santa Fé do Sul	70,75
Ibitinga	70,25
Ilha Solteira	69,75
Bananal	68,5
Cunha	68,5
Águas da Prata	68
Olímpia	67,75
São Roque	67,75
Joanópolis	67
Ribeirão Pires	67
Salesópolis	67
Paraguaçu Paulista	66,5
Amparo	66,25
São Pedro	66

Águas de Lindóia	65,5
São José do Barreiro	65,5
São Luís do Paraitinga	65,5
Salto	64
Nuporanga	63
Barra Bonita	62,5
Santo Antônio do Pinhal	62
Santa Rita do Passa Quatro	61,5
Bragança Paulista	61,25
Holambra	60,75
Lindóia	60,5
Mongaguá	59,5
Águas de Santa Bárbara	59
Eldorado	59
Aparecida	58
Avaré	57
Batatais	56,5
Ilha Comprida	56
Analândia	55,5
Embu das Artes	55
Paranapanema	55
Pereira Barreto	50,75
Tremembé	50
Morungaba	49
Ibirá	45
Ibiúna	45
Presidente Epitácio	44
Igaraçu do Tietê	42,5
Poá	42,5
Campos Novos Paulista	41